

RELATÓRIO DE GESTÃO



cfo

CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

EXERCÍCIO DE

2023



- Capa
- Sumário
- Siglas e Abreviaturas
- Apresentação 04
- Mensagem do Presidente 05

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 06

- Identificação da Autarquia 07
- Missão, Visão e Valores 08
- Principais Números do CFO 09
- Modelo de Negócio 10
- Estrutura Organizacional 11
- Organograma do CFO 12
- Composição do Plenário 13
- Instâncias de Governança 16
- Canais de Comunicação 17
- Partes Interessadas e Cadeia de Valor 19

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 20

- Gestão de Riscos 21
- Matriz de Análise SWOT 22
- Evolução da Odontologia 23

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO 25

- Governança 26
- Objetivos e Mapa Estratégicos 27
- Comissões e Representações 28
- Setor de Auditoria 32
- Setor Jurídico 33
- Setor Administrativo 34
- Setor de Registro 35
- Setor de Especialidades 36
- Eventos 37
- Setor de Transporte 39
- Gestão de Pessoas 40
- Gestão de Contratos e Compras 42
- Tecnologia da Informação 45

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 46

- Execução Orçamentária 47
- Declaração do Contador 52
- Balanço Orçamentário e Financeiro 53
- Balanço e Variações Patrimoniais 55
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa 57
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura 58
- Notas Explicativas 59



INFORMAÇÕES AGREGADAS DO SISTEMA CFO/CROS 63

- Fiscalização - Sistema CFO/CROs 64
- Processos Éticos - CROs 69
- Tabela de Informações Agregadas 71
- Resultados de Projetos e Ações 72

LINKS ÚTEIS 73

AC - Acre
AL - Alagoas
AP - Amapá
AM - Amazonas
APD - Auxiliar de Prótese Dentária
ARP - Ata de Registro de Preço
ASB - Auxiliar em Saúde Bucal
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
BA - Bahia
BF - Balanço Financeiro
BI - Business Intelligence
BO - Balanço Orçamentário
BP - Balanço Patrimonial
BSC - Balanced Scorecard
CAO - Central de Atendimento Odonto
CD - Cirurgião-Dentista
CE - Ceará
CFO - Conselho Federal de Odontologia
CGAI - Comitê Gestor de Acesso à Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CPD - Centro de Processamento de Dados
CRO - Conselho Regional de Odontologia
DF - Distrito Federal
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DJ - Decisão Judicial
DN - Decisão Normativa
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

EPAO - Entidade Prestadora de Assistência Odontológica
EPO - Empresa de Produtos Odontológicos
ES - Espírito Santo
GERCON - Gerência Contábil
GO - Goiás
IN - Instrução Normativa
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LB - Laboratório de Prótese Dentária
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MA - Maranhão
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MG - Minas Gerais
MPF - Ministério Público Federal
MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
NBCTSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
PA - Pará
PAT - Plano Anual de Treinamento
PB - Paraíba
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE - Pernambuco
PI - Piauí
PL - Projeto de Lei
PR - Paraná
PROJUR - Procuradoria Jurídica
RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte
RO - Rondônia
RR - Roraima
RS - Rio Grande do Sul
SC - Santa Catarina
SCO - Sistema Conselho de Odontologia
SE - Sergipe
SP - São Paulo
SRP - Sistema de Registro de Preço
STF - Supremo Tribunal Federal
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TO - Tocantins
TPD - Técnico de Prótese Dentária
TSB - Técnico em Saúde Bucal
VPA - Variações Patrimoniais Aumentadas
VPD - Variações Patrimoniais Diminuídas

O **Relatório de Gestão do exercício de 2025** é a prestação de contas anual apresentada aos órgãos de controle interno e externo, bem como à sociedade. Trata-se de uma obrigação constitucional, prevista no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988.

Sua elaboração segue as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do órgão de controle interno, conforme **Instrução Normativa (IN TCU) nº 84**, de 22 de abril de 2020, da **Decisão Normativa (DN TCU) nº 198**, de 23 de março de 2022 e da recente **Decisão Normativa (DN TCU) nº 216**, de 28 de março de 2025.

Este documento - no formato de relatório integrado e objetivo - relata qual a missão institucional do Conselho Federal de Odontologia (CFO), facilitando a compreensão de como os recursos são aplicados na supervisão, orientação e fiscalização do exercício profissional e na promoção da saúde bucal, visando à proteção da sociedade e dos que exercem a Odontologia legalmente.

Por fim, este documento integra as principais ações da Autarquia, planejadas estrategicamente, levando em consideração os desafios de criar políticas que geram valor social. Também, integra informações agregadas dos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) de todo o território nacional.



O exercício de 2025 ficará registrado na história do Conselho Federal de Odontologia como um período de profundas adversidades institucionais, que exigiram firmeza, responsabilidade e compromisso inabalável com o interesse público. Os acontecimentos verificados ao longo daquele ano, amplamente conhecidos, culminaram no afastamento de Conselheiros Federais por determinação judicial, impondo à Autarquia um cenário de excepcionalidade e a necessidade de pronta reorganização administrativa e institucional.

Foi nesse contexto que, por decisão da Justiça Federal, assumi a Presidência do Conselho Federal de Odontologia na condição de autoridade remanescente, com a missão de assegurar a continuidade das atividades institucionais, preservar a legalidade dos atos administrativos e restabelecer a confiança da sociedade, dos profissionais de Odontologia e dos órgãos de controle.

Desde 28 de janeiro de 2026, temos empreendido esforços consistentes e estruturados para promover uma agenda de reconstrução baseada em princípios sólidos de governança, transparência, integridade e responsabilidade. Entre as medidas adotadas, destacam-se a revisão de fluxos internos, o fortalecimento dos mecanismos de controle, a ampliação da transparência ativa e a adoção de práticas alinhadas às melhores diretrizes de governança pública.

No mesmo sentido, temos atuado de forma incisiva no fortalecimento da atividade fiscalizatória do Sistema CFO/CROs, compreendendo-a como instrumento essencial para a proteção da sociedade e a valorização da Odontologia. Foram iniciadas ações voltadas à padronização de procedimentos, ao aprimoramento das diretrizes de fiscalização e ao incremento da capacidade de monitoramento e avaliação das atividades finalísticas.

Adicionalmente, esta gestão tem priorizado o exercício efetivo da competência de supervisão dos Conselhos Regionais de Odontologia, promovendo maior integração institucional, uniformidade de entendimentos e rigor técnico na orientação e acompanhamento das atividades desenvolvidas nos âmbitos estaduais. O objetivo é assegurar que todo o Sistema atue de forma harmônica, eficiente e alinhada às normas legais e aos princípios da Administração Pública.

Este relatório de gestão reflete não apenas o cumprimento das obrigações legais e institucionais referentes ao exercício de 2025, mas também o reconhecimento desta Presidência quanto à responsabilidade pela fidedignidade das informações prestadas e o compromisso inequívoco com a correção de rumos e com a construção de uma nova cultura organizacional no âmbito do CFO. Uma cultura pautada pela ética, pela eficiência administrativa e pelo respeito irrestrito às normas que regem a Administração Pública.

Dentre os principais resultados alcançados em 2025, destacam-se o superávit orçamentário de 13,7 milhões de reais e, de forma integrada aos CROs, o acréscimo de 53,3 mil novos profissionais inscritos, 188 mil fiscalizações realizadas e 1,2 mil processos éticos julgados pelo Sistema de Conselhos de Odontologia, reforçando o relevante serviço público da Autarquia em prol da sociedade e do interesse coletivo.

Reafirmo, ainda, que esta gestão seguirá empenhada no fortalecimento das estruturas de compliance e governança, com a implementação de políticas, controles e instrumentos que assegurem maior previsibilidade, integridade e segurança na tomada de decisões. O objetivo é consolidar um ambiente institucional resiliente, capaz de prevenir irregularidades e de responder, com celeridade e rigor, a quaisquer desvios que possam comprometer a missão desta Autarquia.

Seguimos firmes no propósito de honrar a relevância do Conselho Federal de Odontologia, garantindo que sua atuação esteja sempre orientada pelo interesse público, pela valorização da profissão odontológica e pela proteção da saúde da população brasileira.



JAIRO SANTOS OLIVEIRA

Presidente do CFO (em exercício)

Cirurgião-Dentista
CRO - PI nº 1137

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

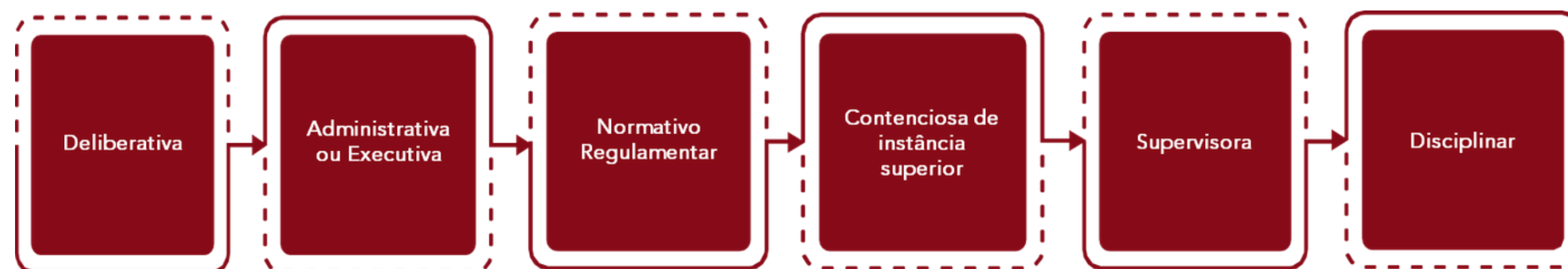
O **Conselho Federal de Odontologia** é a unidade central da entidade, responsável direta perante o poder público - por si e através dos Conselhos Regionais - pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público e da classe odontológica em todo o território nacional.

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971 e regido pelo Regimento Interno do CFO, formam em seu conjunto uma Autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, constituindo o Sistema Conselho de Odontologia (SCO).

FINALIDADES DO CFO

- Supervisionar a ética odontológica;
- Zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;
- Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais;
- Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
- Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional; e
- Funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia.

O CFO EXERCE AS SEGUINTE FUNÇÕES:



SEDE DO CFO

SHIN CA 07, Lote 02, Bloco B
Lago Norte - Brasília/DF

MISSÃO



Supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerce legalmente.

VISÃO



Ser uma entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais por sua contribuição e liderança nas questões relacionadas à Saúde e à Odontologia por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade.

VALORES



Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência
Comportamento Ético
Excelência
Aprimoramento Contínuo.



109
COLABORADORES



R\$ 116.893.224,11
EM RECEITA REALIZADA



373
ATOS ADMINISTRATIVOS
(PORTARIAS, DECISÕES,
RESOLUÇÕES)



CFO + 27 CROS
CFO + 26 ESTADOS
+ DISTRITO FEDERAL



4.082
MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
PELA OUIDORIA



278
NOTÍCIAS PUBLICADAS
NO SITE CFO



724.244
PROFISSIONAIS INSCRITOS



188.015
FISCALIZAÇÕES
PROFISSIONAIS
(CROS)



276.624
SEGUIDORES NAS
REDES SOCIAIS
* Total acumulado de todas as redes

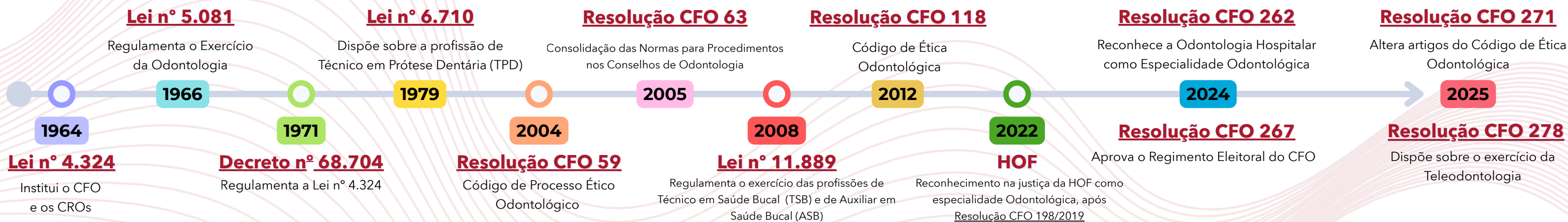


98.991
EMPRESAS INSCRITAS



1.209
PROCESSOS ÉTICOS
JULGADOS
(CFO/CROS)

LINHA DO TEMPO



O **modelo de negócios do CFO** é crucial para entender como a entidade cria, entrega e captura valor, descrevendo de forma clara e concisa como gera receita, quais são seus principais recursos e atividades, como é estruturada sua relação com clientes e parceiros, representando assim, um conjunto de atividades desempenhadas visando trazer resultados efetivos em sua supervisão da ética profissional em todo o território nacional.

PARCERIAS CHAVES

- Outros Conselhos Profissionais;
- Entidades de representação da Odontologia;
- Poder Legislativo.

RECURSOS CHAVES

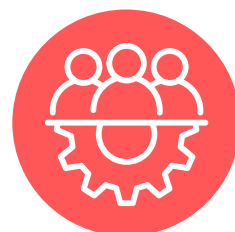
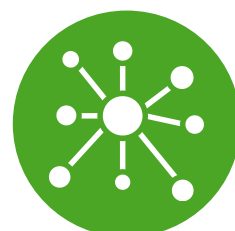
- Legitimidade dos profissionais;
- Equipes internas de colaboradores;
- Estrutura dos Conselhos Regionais.

RELACIONAMENTOS

- Sociedade;
- Conselhos Regionais;
- Fornecedores;
- Colaboradores;
- Conselheiros;
- Poder Público;
- Profissionais.

SEGMENTO DE CLIENTES

- Sociedade;
- Profissionais da Odontologia.



ATIVIDADES CHAVES

- Fiscalização do exercício profissional;
- Promover quaisquer diligências ou verificações do funcionamento dos Conselhos de Odontologia.

PROPOSTA DE VALOR

- Integrar com outras áreas sobre desenvolvimento em políticas de saúde pública;
- Propor constantes atualizações legislativas referente à Odontologia;
- Promover aperfeiçoamento da área odontológica em todas as suas frentes.

CANAIS

- Redes sociais;
- Sítios da Internet;
- Publicidades oficiais;
- Comunicação direta.

RISCOS

- PL 3256/2024;
- Resolução CNJ n. 547/2024;
- Dificuldade de receita em CROs com menor número de inscritos;
- Conflitos por mudanças nas atribuições de profissionais de saúde.



FONTES DE RECEITA DO CFO

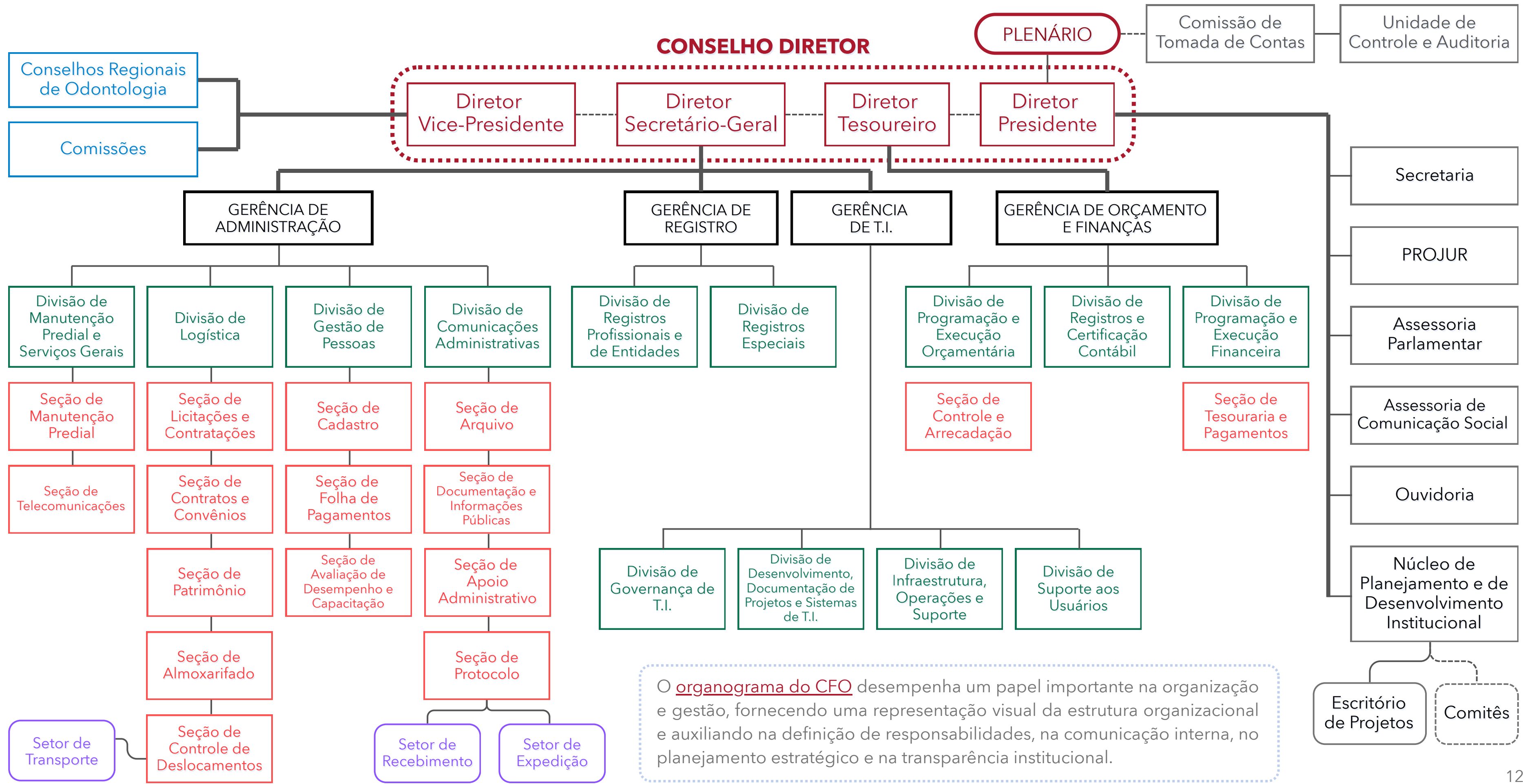
- 🦷 20 % da totalidade do imposto sindical pago pelos Cirurgiões-Dentistas;
- 🦷 1/3 das anuidades cobradas pelos Conselhos Regionais;

- 🦷 1/3 da taxa de expedição das carteiras profissionais e
- 🦷 1/3 das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais.

A **administração do Conselho Federal de Odontologia** é exercida por uma Diretoria (Conselho Diretor), com mandato trienal, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

Os cargos de Conselheiro, Conselheiro Diretor, Presidente e Membro de Comissões são de exercício honorífico, considerados como serviço público relevante.





O organograma do CFO desempenha um papel importante na organização e gestão, fornecendo uma representação visual da estrutura organizacional e auxiliando na definição de responsabilidades, na comunicação interna, no planejamento estratégico e na transparência institucional.

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Odontologia é constituído por **9 (nove) membros efetivos** e **9 (nove) suplentes**, designados pelo título de Conselheiros, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos na forma prevista em Regimento Próprio, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em Assembleia de Delegados dos Conselhos Regionais.

Em razão de afastamentos e decisões judiciais, os conselheiros e a composição do Conselho Diretor ao longo do ano de 2025 contou com mudanças em períodos definidos, melhor apresentadas nas tabelas abaixo.

GESTÃO DE 2024 A 2027 - (ELEITA EM 08/12/2024)

Mês-Ano	Conselheiro	Registro Profissional	Cargo Exercido (Status no período)
Janeiro a Julho - 2025	Cláudio Yukio Miyake	CRO-SP-37416	Presidente
	Raimundo Nazareno de Souza Ávila	CRO-AP-049	Vice-Presidente
	Roberto de Sousa Pires	CRO-PA-1298	Secretário-Geral
	Élio Silva Lucas	CRO-ES-1307	Tesoureiro
	Ataíde Mendes Aires	CRO-MA-294	Conselheiro Federal Efetivo e Presidente da CTC
	Anderson Lessa Siqueira	CRO-SE-996	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC (empossado em 08/01/2025)
	Gláucio de Moraes e Silva	CRO-RN-1356	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC
	Jairo Santos Oliveira	CRO-PI-1137	Conselheiro Federal Efetivo
	Samir Najjar	CRO-DF-1435	Conselheiro Federal Efetivo (empossado em 08/01/2025)
	Bianca Soares Zambiasi	CRO-RS-23044	Conselheira Federal Suplente
	Eduardo Borges Neiva Ferro	CRO-MG-21164	Conselheiro Federal Suplente
	Eduardo Esberard Favilla	CRO-RJ-20627	Conselheiro Federal Suplente
	Gilmar Trevizan	CRO-MS-1232	Conselheiro Federal Suplente
	João Batista Figueiredo Franco	CRO-AM-231	Conselheiro Federal Suplente
	Romildo José de Siqueira Bringel	CRO-CE-2700	Conselheiro Federal Suplente
Sandra Regina Pereira Silvestre	CRO-SC-30729	Conselheira Federal Suplente	

Mês-Ano	Conselheiro	Registro Profissional	Cargo Exercido (Status no período)
Agosto a Setembro - 2025	Cláudio Yukio Miyake	CRO-SP-37416	Presidente
	Raimundo Nazareno de Souza Ávila	CRO-AP-049	Vice-Presidente
	Roberto de Sousa Pires	CRO-PA-1298	Secretário-Geral
	Élio Silva Lucas	CRO-ES-1307	Tesoureiro
	Ataíde Mendes Aires	CRO-MA-294	Conselheiro Federal Efetivo e Presidente da CTC
	Anderson Lessa Siqueira	CRO-SE-996	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC
	Gláucio de Moraes e Silva	CRO-RN-1356	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC
	Jairo Santos Oliveira	CRO-PI-1137	Conselheiro Federal Efetivo
	Samir Najjar	CRO-DF-1435	Conselheiro Federal Efetivo
	Bianca Soares Zambiasi	CRO-RS-23044	Conselheira Federal Suplente
	Eduardo Borges Neiva Ferro	CRO-MG-21164	Conselheiro Federal Suplente
	Eduardo Esberard Favilla	CRO-RJ-20627	Conselheiro Federal Suplente
	Gilmar Trevizan	CRO-MS-1232	Conselheiro Federal Suplente (Licenciado a partir de 01/08/2025)
	João Batista Figueiredo Franco	CRO-AM-231	Conselheiro Federal Suplente
	Romildo José de Siqueira Bringel	CRO-CE-2700	Conselheiro Federal Suplente
Sandra Regina Pereira Silvestre	CRO-SC-30729	Conselheira Federal Suplente	

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Mês-Ano	Conselheiro	Registro Profissional	Cargo Exercido (Status no período)
Outubro - 2025 (Status ao final do mês, pós-21/10)	Cláudio Yukio Miyake	CRO-SP-37416	Presidente
	Raimundo Nazareno de Souza Ávila	CRO-AP-049	Vice-Presidente (Licenciado em 21/10/2025)
	Roberto de Sousa Pires	CRO-PA-1298	Secretário-Geral (Licenciado em 21/10/2025)
	Élio Silva Lucas	CRO-ES-1307	Tesoureiro
	Ataíde Mendes Aires	CRO-MA-294	Conselheiro Federal Efetivo e Presidente da CTC
	Anderson Lessa Siqueira	CRO-SE-996	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC
	Gláucio de Moraes e Silva	CRO-RN-1356	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC (Licenciado em 21/10/2025)
	Jairo Santos Oliveira	CRO-PI-1137	Conselheiro Federal Efetivo
	Samir Najjar	CRO-DF-1435	Conselheiro Federal Efetivo
	Bianca Soares Zambiasi	CRO-RS-23044	Conselheira Federal Suplente
	Eduardo Borges Neiva Ferro	CRO-MG-21164	Conselheiro Federal Suplente
	Eduardo Esberard Favilla	CRO-RJ-20627	Vice-Presidente interino (Designado em 21/10/2025)
	Gilmar Trevizan	CRO-MS-1232	Conselheiro Federal Suplente (Licenciado)
	João Batista Figueiredo Franco	CRO-AM-231	Conselheiro Federal Suplente
Romildo José de Siqueira Bringel	CRO-CE-2700	Secretário-Geral interino (Designado em 21/10/2025)	
Sandra Regina Pereira Silvestre	CRO-SC-30729	Conselheira Federal Suplente	

Mês-Ano	Conselheiro	Registro Profissional	Cargo Exercido (Status no período)
Novembro - 2025 (Status ao final do mês, pós decisões de 24/11 e 26/11)	Cláudio Yukio Miyake	CRO-SP-37416	Presidente (Licenciado a partir de 24/11/2025)
	Raimundo Nazareno de Souza Ávila	CRO-AP-049	Vice-Presidente (Afastado judicialmente em 26/11/2025)
	Roberto de Sousa Pires	CRO-PA-1298	Secretário-Geral (Afastado judicialmente em 26/11/2025 após retorno e breve interinidade na Presidência)
	Élio Silva Lucas	CRO-ES-1307	Tesoureiro (Afastado judicialmente em 26/11/2025)
	Ataíde Mendes Aires	CRO-MA-294	Conselheiro Federal Efetivo e Presidente da CTC (Afastado judicialmente em 26/11/2025)
	Anderson Lessa Siqueira	CRO-SE-996	Conselheiro Federal Efetivo e Membro da CTC (Afastado judicialmente em 26/11/2025)
	Gláucio de Moraes e Silva	CRO-RN-1356	Conselheiro Federal Efetivo (Renunciou ao cargo em 26/11/2025)
	Jairo Santos Oliveira	CRO-PI-1137	Conselheiro Federal Efetivo
	Samir Najjar	CRO-DF-1435	Conselheiro Federal Efetivo (Afastado judicialmente em 26/11/2025)
	Bianca Soares Zambiasi	CRO-RS-23044	Presidente da CTC (Designada em 26/11/2025)
	Eduardo Borges Neiva Ferro	CRO-MG-21164	Membro da CTC (Designado em 26/11/2025)
	Eduardo Esberard Favilla	CRO-RJ-20627	Vice-Presidente interino
	Gilmar Trevizan	CRO-MS-1232	Conselheiro Federal Suplente (Licenciado)
	João Batista Figueiredo Franco	CRO-AM-231	Conselheiro Federal Efetivo e Tesoureiro (Assumiu vacância em 26/11/2025)
Romildo José de Siqueira Bringel	CRO-CE-2700	Presidente (Assumiu a presidência do CFO em 26/11/2025)	
Sandra Regina Pereira Silvestre	CRO-SC-30729	Secretária-Geral (Nomeada em 26/11/2025)	

Mês-Ano	Conselheiro	Registro Profissional	Cargo Exercido (Status no período)
Dezembro - 2025 (Configuração mantida do final de novembro)	Cláudio Yukio Miyake	CRO-SP-37416	Presidente (Licenciado)
	Raimundo Nazareno de Souza Ávila	CRO-AP-049	Vice-Presidente (Afastado judicialmente)
	Roberto de Sousa Pires	CRO-PA-1298	Secretário-Geral (Afastado judicialmente)
	Élio Silva Lucas	CRO-ES-1307	Tesoureiro (Afastado judicialmente)
	Ataíde Mendes Aires	CRO-MA-294	Conselheiro Federal Efetivo (Afastado judicialmente)
	Anderson Lessa Siqueira	CRO-SE-996	Conselheiro Federal Efetivo (Afastado judicialmente)
	Jairo Santos Oliveira	CRO-PI-1137	Conselheiro Federal Efetivo
	Samir Najjar	CRO-DF-1435	Conselheiro Federal Efetivo (Afastado judicialmente)
	Bianca Soares Zambiasi	CRO-RS-23044	Presidente da CTC
	Eduardo Borges Neiva Ferro	CRO-MG-21164	Membro da CTC
	Eduardo Esberard Favilla	CRO-RJ-20627	Vice-Presidente interino
	Gilmar Trevizan	CRO-MS-1232	Conselheiro Federal Suplente (Licenciado)
	João Batista Figueiredo Franco	CRO-AM-231	Conselheiro Federal Efetivo e Tesoureiro
	Romildo José de Siqueira Bringel	CRO-CE-2700	Presidente (Interino/Eleito após 26/11/2025)
Sandra Regina Pereira Silvestre	CRO-SC-30729	Secretária-Geral	

OBSERVAÇÕES POR CONSELHEIRO

CLÁUDIO YUKIO MIYAKE, CD:

- Término mandato: 24/11/2025 - Solicitação de licença - Portaria CFO-SEC-257, de 24 de novembro de 2025.

RAIMUNDO NAZARENO DE SOUZA ÁVILA, CD

- Término mandato: 21/10/2025 - Solicitação de licença - Portaria CFO-SEC-235, de 21 de outubro de 2025.
- 26 de novembro de 2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806 04.2025.4.01.3400.

ROBERTO DE SOUSA PIRES, CD

- Término mandato: 21/10/2025 - Solicitação de licença - Portaria CFO-SEC-237, de 21 de outubro de 2025.
- Portaria CFO-SEC-256, de 21 de novembro de 2025 - Comunica término da licença e retorno ao cargo de Secretário-Geral. - Portaria CFO-SEC-257, de 21 de novembro de 2025 - Designa o Conselheiro Dr. Roberto de Sousa Pires para exercer o cargo de Presidente do CFO, enquanto perdurar a licença do Presidente titular, Dr. Claudio Yukio Miyake. - 26 de novembro de 2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806 04.2025.4.01.3400

ÉLIO SILVA LUCAS, CD

- Término mandato: 26/11/2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400.

ATAÍDE MENDES AIRES, CD

- Término mandato: 26/11/2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400.

ANDERSON LESSA SIQUEIRA, CD

- Término mandato: 26/11/2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400.
- Empossado como Conselheiro Federal Efetivo durante a CCCXLIII Reunião Ordinária do Plenário do CFO, realizada no dia 8 de janeiro de 2025

GLÁUCIO DE MORAIS E SILVA, CD

- Término mandato: 21/10/2025 - Solicitação de licença - Portaria CFO-SEC-236, de 21 de outubro de 2025.
- 26/11/2025 - Solicitou renúncia do cargo de Conselheiro, sendo votada e aprovada durante a Reunião Extraordinária Plenário.

JAIRO SANTOS OLIVEIRA, CD

- Término mandato: 07/12/2027

SAMIR NAJJAR, CD

- Término mandato: 26/11/2025 - afastado por força da decisão judicial - Ação Popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400.
- Empossado como Conselheiro Federal Efetivo durante a CCCXLIII Reunião Ordinária do Plenário do CFO, realizada no dia 8 de janeiro de 2025.

SUPLENTE - BIANCA SOARES ZAMBIASI, CD

- Término mandato: 27/03/2026 - Solicitação de Renúncia (Prot. 000769/2026)
- 26/11/2025 - Durante a Reunião Extraordinária do Plenário, após votação, foi designada como Presidente da Comissão de Tomada de Contas. 11/03/2026 - Solicitação de licenciamento temporário (Prot. 000537/2026).

SUPLENTE - EDUARDO BORGES NEIVA FERRO, CD

- 26/11/2025 - Durante a Reunião Extraordinária do Plenário foi designado como membro da Comissão de Tomada de Contas.

SUPLENTE - EDUARDO ESBERARD FAVILLA, CD

- Término mandato: 25/03/2026 - Solicitação de Renúncia (Prot. 000659/2026).
- Portaria CFO-SEC-238, de 21 de outubro de 2025 - Designa o Conselheiro Dr. Eduardo Esberard Favilla para exercer o cargo de Vice-Presidente do CFO, substituindo o Conselheiro Dr. Raimundo Nazareno de Souza Ávila.

SUPLENTE - GILMAR TREVIZAN, CD

- Término mandato: em aberto - Solicitação de licenciamento temporário (Prot. 001773/2025).
- 01/08/2025 - Solicitação de licenciamento temporário.

SUPLENTE - JOÃO BATISTA FIGUEIREDO FRANCO, CD

- Término mandato: 07/12/2027
- 26/11/2025 -Durante Reunião Extraordinária do Plenário foi votada e aprovada a sugestão para ocupar a vacância como conselheiro efetivo, em virtude da renúncia do Conselheiro Dr. Gláucio de Moraes e Silva, sendo designado, após votação, como Tesoureiro do CFO.

SUPLENTE - ROMILDO JOSÉ DE SIQUEIRA BRINGEL, CD

- Término mandato: 07/12/2027
- Portaria CFO-SEC-240, de 21 de outubro de 2025 - Designa o Dr. Romildo Bringel para exercer o cargo de Secretário-Geral do CFO, substituindo o Conselheiro Roberto de Sousa Pires, durante seu período de licença. Portaria CFO-SEC-258, de 24 de novembro de 2025 - Designa o Dr. Romildo Bringel para exercer o cargo de Secretário-Geral do CFO, em lugar do Conselheiro Roberto de Sousa Pires, enquanto este estiver no exercício da Presidência do CFO, nos termos do Regimento Interno. 26/11/2025 - assumiu a presidência do CFO, após votação, em Reunião Extraordinária do Plenário.

SUPLENTE - SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE, CD

- Término mandato: 07/12/2027
- Portaria CFO-SEC-240, de 21 de outubro de 2025 - Designa o Dr. Romildo Bringel para exercer o cargo de Secretário-Geral do CFO, substituindo o Conselheiro Roberto de Sousa Pires, durante seu período de licença. Portaria CFO-SEC-258, de 24 de novembro de 2025 - Designa o Dr. Romildo Bringel para exercer o cargo de Secretário-Geral do CFO, em lugar do Conselheiro Roberto de Sousa Pires, enquanto este estiver no exercício da Presidência do CFO, nos termos do Regimento Interno. 26/11/2025 - Durante Reunião Extraordinária do Plenário, após votação, foi nomeada para o cargo de Secretária-geral do CFO.

ESTRATÉGICO

GOVERNANÇA

Plenário + Diretoria + Comissões

- Regulamenta
- Avalia
- Direciona
- Monitora

De acordo com o Regimento Interno, a governança do CFO é a instância estratégica e decisória da Autarquia, responsável por regulamentar, avaliar, direcionar e monitorar internamente, composta pelo Plenário, Diretoria e Comissões (**Gestão Estratégica**).

TÁTICO

SUPERINTENDÊNCIA

Coordenações Gerais

- Coordena a gestão operacional

A **Gestão Tática**, por sua vez representada pela Superintendência Executiva, é responsável por coordenar, realizar a comunicação entre as partes internas e externas à administração, avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

OPERACIONAL

GESTÃO

Gerências + Chefias de Setor

- Executa processos finalísticos e de apoio

A **Gestão Operacional** é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio do Conselho Federal de Odontologia.

O setor de **Comunicação do CFO** tem como objetivo estabelecer uma interação eficaz entre o Conselho e a classe odontológica, a fim de divulgar informações essenciais, compreender as necessidades da categoria profissional e subsidiar as decisões administrativas da Diretoria.

Além disso, a Comunicação, sempre que necessário, divulga informações importantes para a sociedade em geral, tendo em vista os principais objetivos do Sistema Conselho de Odontologia (SCO), a regulamentação e fiscalização da ética e do exercício legal das profissões vinculadas à Odontologia.

O planejamento de comunicação é estruturado para **potencializar a presença digital**, aprimorar o relacionamento com os profissionais e fortalecer a interação com a imprensa.

Durante o ano de 2025, a Comunicação do Conselho atuou para divulgar diversos serviços, eventos e ações planejadas pelo CFO com foco em promover a ética e fiscalização, além de apoiar a divulgação de conhecimento e a melhoria na estrutura administrativa dos Conselhos como forma de suporte ao trabalho dos regionais. Também foi realizado um trabalho objetivando divulgar a relevância da valorização da Odontologia e da união da classe em prol de temas vinculados à Odontologia.

Desde 2024, o CFO consolidou uma nova ferramenta de informação: o **CFO Esclarece**. Lançado em 2023, o projeto tem como objetivo abordar os mais diversos temas da Odontologia por meio de matérias, podcasts, vídeos e outras informações, contando com a participação de professores, colaboradores e convidados.

Com uma abordagem dinâmica e acessível, o CFO Esclarece está disponível em diversos formatos para alcançar o máximo de profissionais e de interessados. O conteúdo pode ser acessado nas redes sociais, no site do Conselho Federal, em materiais impressos, no YouTube e nas plataformas de podcast, como Spotify.



Uma forma de comunicação efetiva entre a sociedade e o CFO, que se destaca por sua oferta de atendimento personalizado, o que resulta em maior celeridade na resolução das demandas, é a **Central de Atendimento à Odontologia (CAO)**. Em 2025, foram realizados 39.811 atendimentos por meio do 0800 e chat online, oferecendo sempre a resolução no menor período de tempo possível.



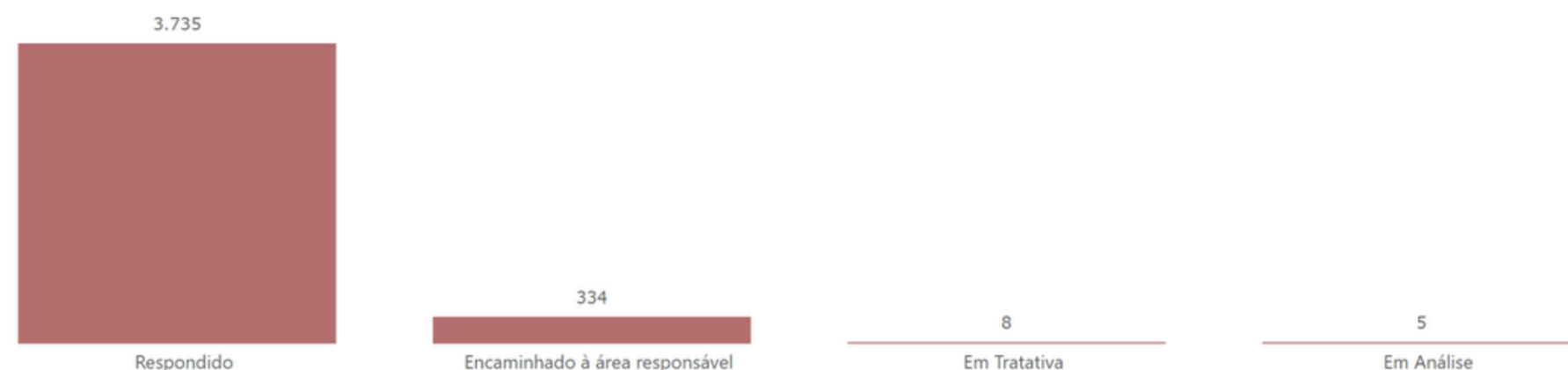
OUVIDORIA DO CFO

A Ouvidoria do CFO tem como finalidade **enviar, encaminhar e/ou receber demandas** diversas, tais como denúncias internas e externas, sugestões, elogios, reclamações, pedidos de esclarecimentos, processos jurídicos e éticos, dúvidas diversas, solicitação de documentos, estatísticas e declarações, pedidos de informações diversas, pedido de alteração cadastral, dúvidas quanto a registros/inscrições de profissionais, instituições e empresas, solicitação de carteira profissional, solicitação de comprovantes, informações sobre especialidades, dúvidas técnicas, solicitação de instruções, avisos e propagandas, dúvidas de âmbito acadêmico, solicitação de atos normativos, entre outras demandas.

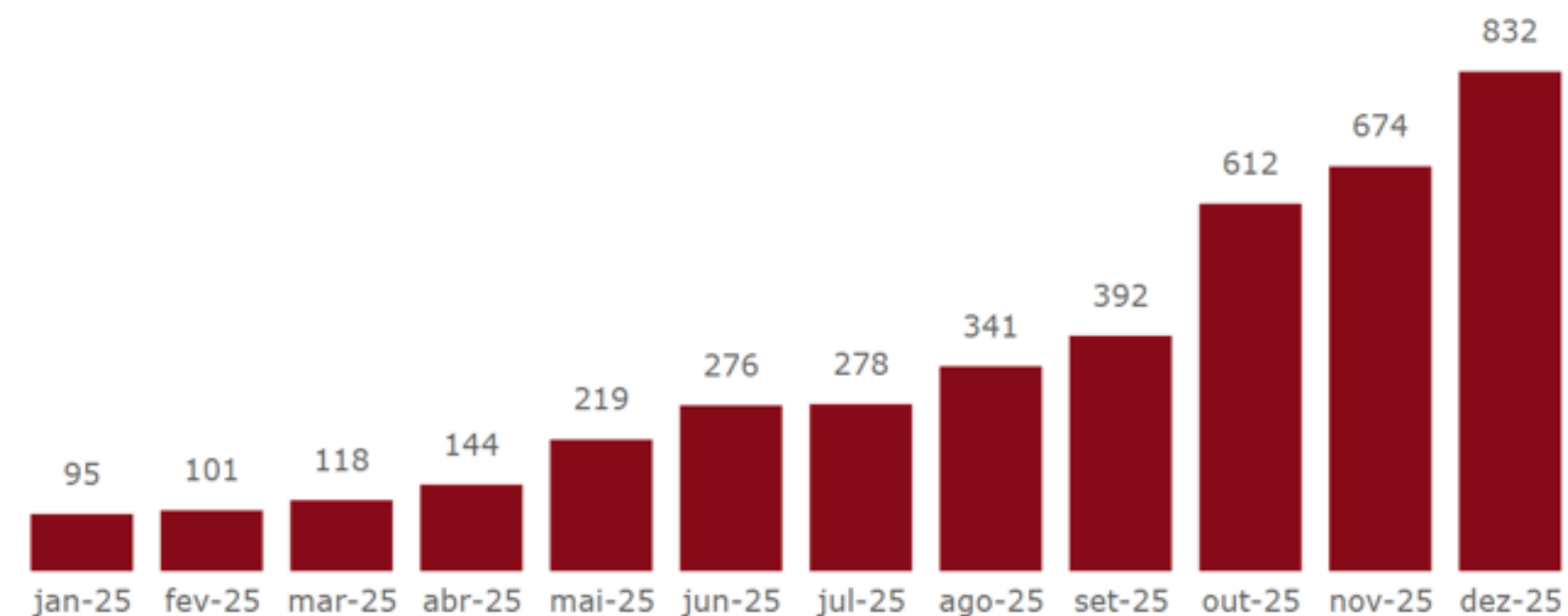
BASES NORMATIVAS PRINCIPAIS

- **§ 3º do art. 37 da Constituição Federal de 1988** – cita sobre formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta.
- **Inciso XXXIII do art. 5º e o § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988** – citam sobre direito de todos de receber informações de interesse particular ou coletivo/geral com prazo definido.
- **Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011)**
- **Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/2017)**
- **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**
- **Decreto nº 9.492/2018** – regulamenta os procedimentos para a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, de que trata a Lei nº 13.460/2017, e institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal.
- **Decreto nº 9.094/2017** – trata da simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
- **Instruções Normativas da Ouvidoria Geral da União (OGU)**

Atendimentos por status

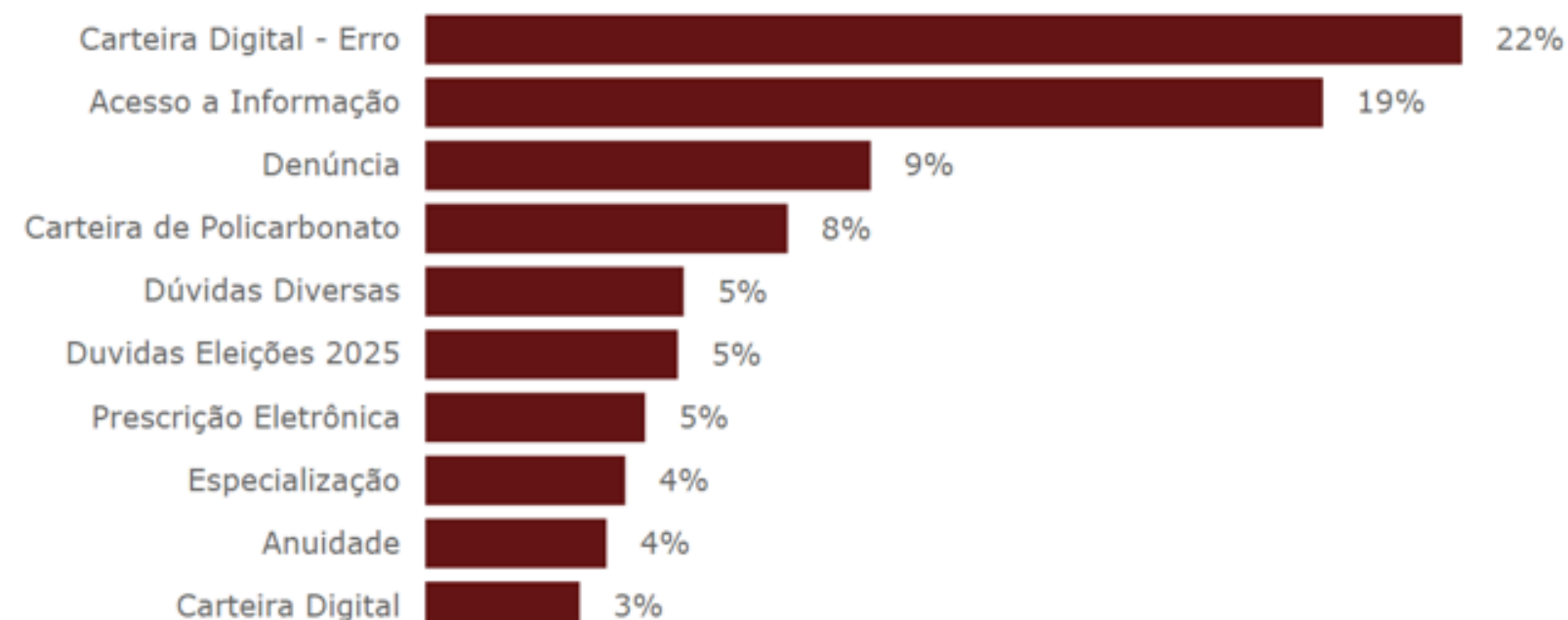


Atendimentos por mês



4.082

Principais assuntos tratados

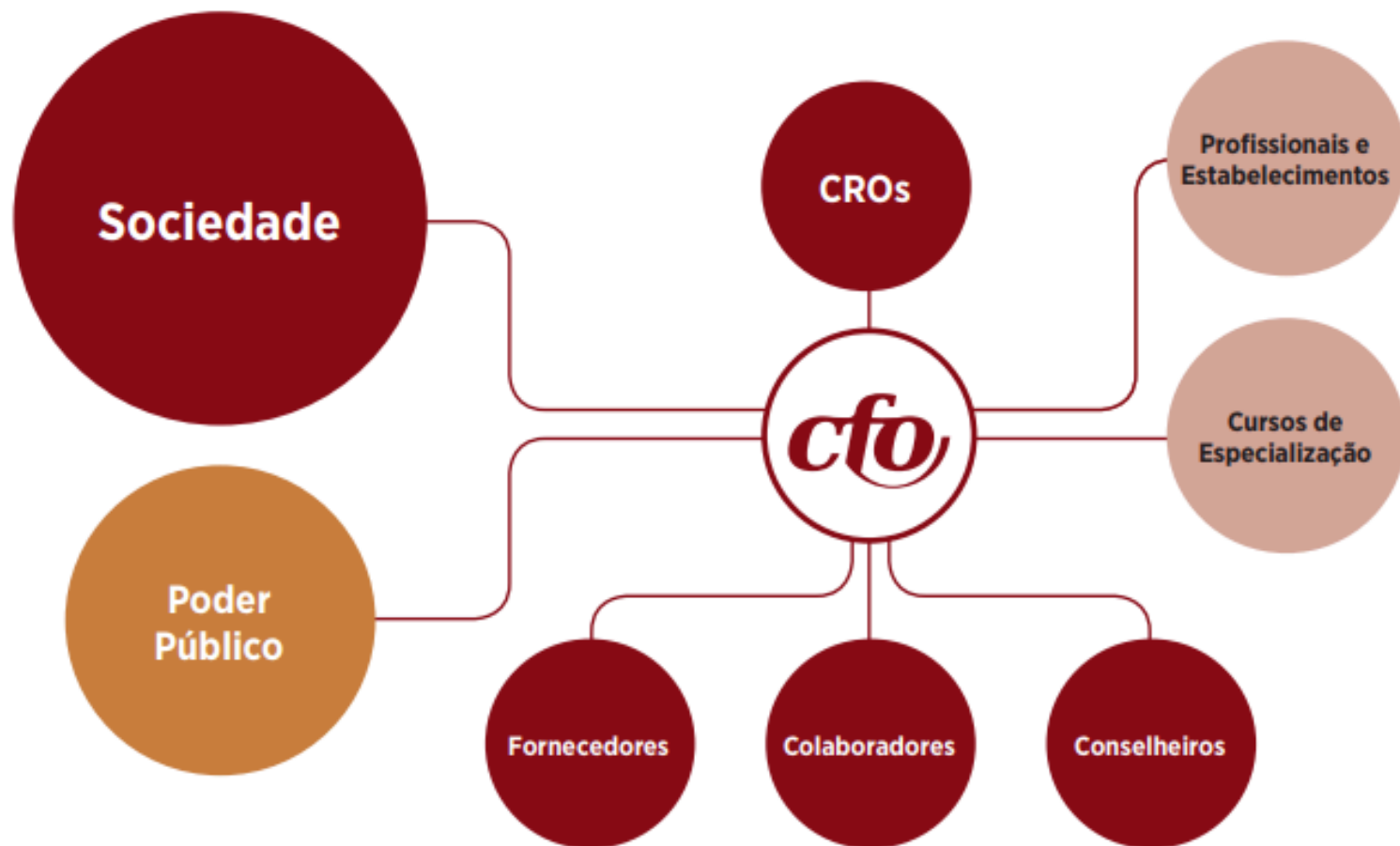


Dentre os principais assuntos tratados no Ouvidoria, destacam-se demandas sobre o aplicativo CFO-ID, acesso à informações diversas e denúncias.

PARTES INTERESSADAS E CADEIA DE VALOR

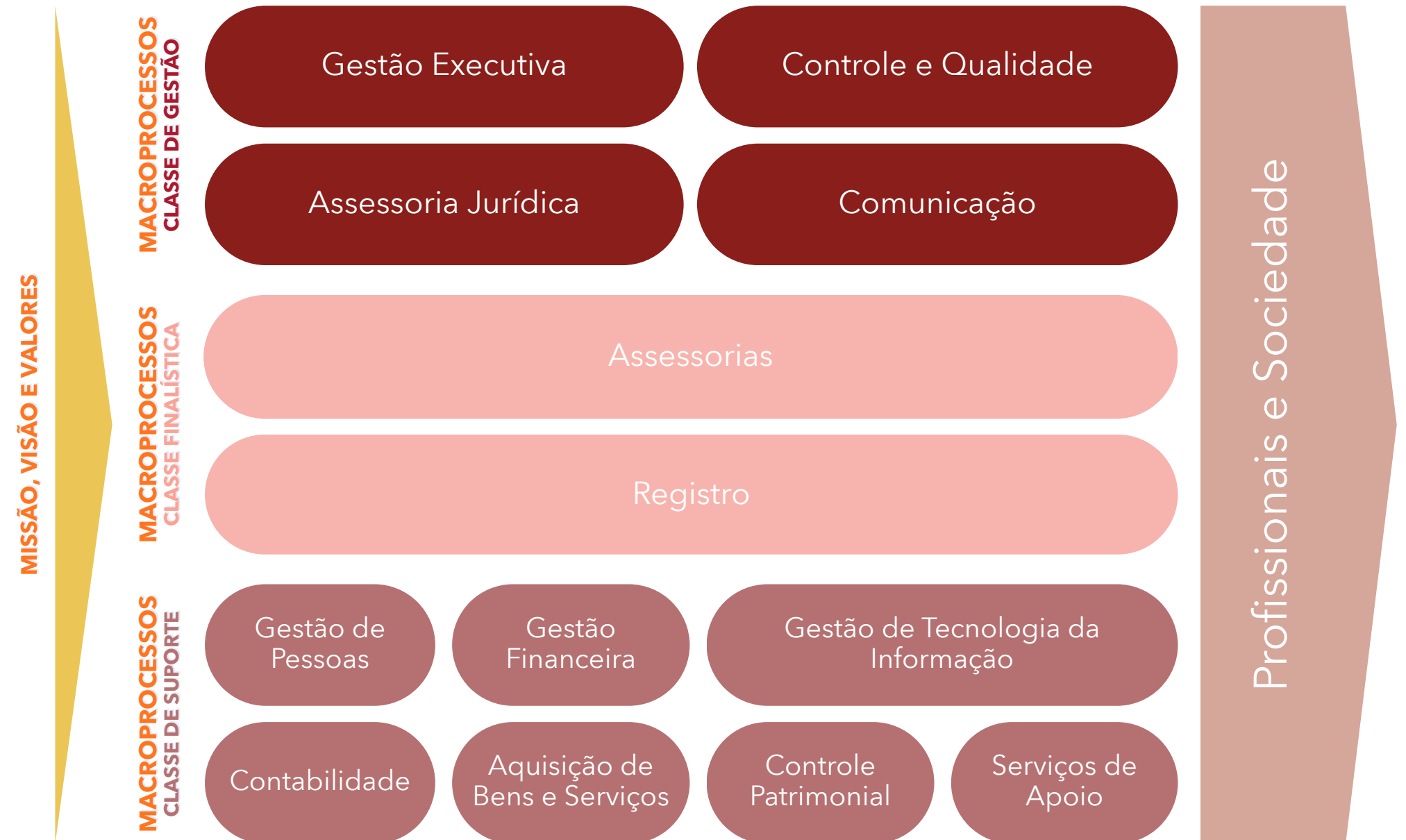
PARTES INTERESSADAS são aquelas que se relacionam diretamente ou indiretamente com a organização e cujas atividades são mutuamente afetadas, positiva ou negativamente, em razão desse relacionamento. Desta forma, é possível identificar pessoas e organizações que podem impactar, ser sensibilizados ou ainda perceber-se envolvidos pelas ações ou decisões do Conselho.

As partes interessadas foram estabelecidas, validadas e classificadas a partir do posicionamento estratégico definido pela Diretoria do CFO. O objetivo é promover conexões que visem fortalecer a atuação voltada à valorização, desenvolvimento e fortalecimento da profissão, contribuindo na elaboração de políticas para a saúde única e proteção da sociedade.



A **CADEIA DE VALOR** representa o conjunto de processos realizados no CFO, de uma forma gráfica demonstra como as atividades são desenvolvidas pela Autarquia para gerar valor ao seu público de interesse. Demonstra os objetivos da missão, a estratégia operacional visando atingir os processos gerenciais, de suporte e finalísticos.

Por fim, sinaliza onde o CFO quer chegar ao final da cadeia, por meio da sua visão, buscando sempre gerar valores aos profissionais e sociedade.



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA

Para o TCU, o **modelo de três linhas de defesa** “comunica claramente os papéis e as responsabilidades na estruturação da governança. As responsabilidades devem ser claramente definidas para que cada unidade compreenda os limites de suas responsabilidades e como seus cargos se encaixam na estrutura geral de gestão de riscos e governança”.

Ainda, o modelo constitui uma ferramenta de controle e proteção e está diretamente relacionado à prática de controles internos; serve de auxílio na identificação de estruturas e processos que atuam no atingimento dos objetivos, visando mitigar riscos e impactos na execução da missão organizacional.

Para alcance dos objetivos estratégicos é fundamental estabelecer linhas de defesa: **primeira linha, segunda linha e terceira linha.**

PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

É formada pelos gestores que controlam sua área de atuação, gerenciando os riscos, e são responsáveis por implementar ações para corrigir deficiências e processos.

Papéis da 1ª linha: Provisão de serviços aos clientes; gerenciar riscos;

SEGUNDA LINHA DE DEFESA

Supervisiona a conformidade, promovendo o desenvolvimento e controlando as atividades dos setores do CFO, por intermédio da Superintendência, Ouvidoria e Comissão de Tomada de Contas.

Papéis da 2ª linha: Expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos;

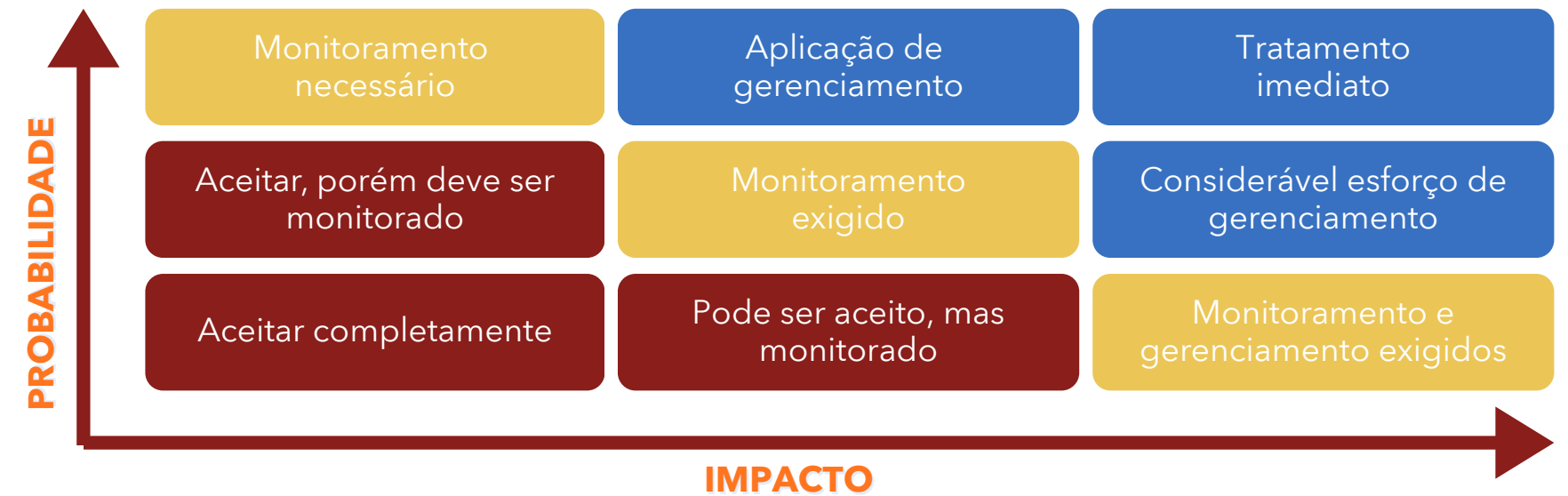
TERCEIRA LINHA DE DEFESA

É integrada pela unidade de controle interno da Autarquia e pela auditoria.

Papéis da 3ª linha: Avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos.



GESTÃO DE RISCOS



O CFO está em fase de definição dos atos administrativos necessários para a gestão de riscos da Autarquia. Estava previsto para o 2º semestre de 2025 o início das atividades, pois – devido a implantação de módulos de sistemas para gestão das atividades-meio – replanejamos a atividade.

Para um resultado positivo, é importante uma equipe dedicada, em sinergia, para iniciar o processo de sensibilização e capacitação, envolvendo todos os atores da organização (Alta Administração, Gestores e Colaboradores) na mitigação de riscos.

A parte inicial de mapeamento de processos – importante etapa para a gestão de riscos – teve início em 2019 e encontra-se em fase de atualização devido as melhorias implementadas na Autarquia, baseando-se na implementação de sistema informatizado, visando celeridade nas atividades, bem como a rastreabilidade.

A identificação dos riscos considerando todas as áreas de atuação do CFO deve consolidar-se em 2026. Importante destacar que CFO participou do e-Prevenção, integrante do "Programa Nacional de Prevenção à Corrupção", uma iniciativa das Redes de Controle do Governo Federal nos estados e que tem por objetivo auxiliar os gestores a disporem de maior segurança para tomada de decisões, avaliando o desempenho da organização quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção apresentando resultado de risco baixo e impacto básico.

Essa técnica levanta informações sobre o Ambiente Interno e Externo da organização, por meio de suas competências, capacidades e recursos, identificando aspectos positivos e negativos, classificando respectivamente como **Forças (Strengths)** ou **Fraquezas (Weaknesses)** a serem consideradas quando da construção de estratégias organizacionais. Já as informações sobre o Ambiente Externo são levantadas seguindo um procedimento similar, identificando situações atuais e futuras no contexto da organização, classificando-as respectivamente como **Oportunidades (Opportunities)** ou **Ameaças (Threats)**.

- Boa relação com os CROs
- Capacidade de apoio aos CROs com menor número de inscritos
- Controle dos Cursos de Especialização
- Capacidade de Orientação ao Poder Público
- Normas atuais com os avanços da Odontologia
- Padronização dos Serviços Cartoriais

FORÇAS (STRENGTHS)



FRAQUEZAS (WEAKNESSES)

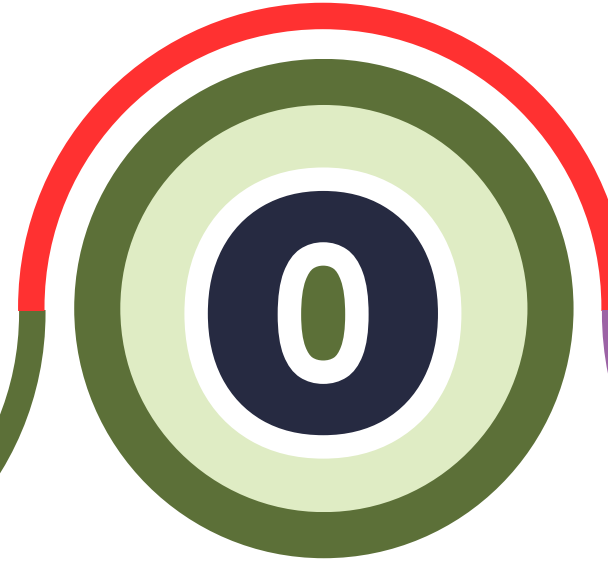
- Falta de padronização dos processos SCO
- Falta de integração de TI no SCO
- Sistemas de TI não atendem as necessidades
- CROs com menor número de inscritos têm recursos escassos para TI
- Informações dos CROs não chegam padronizadas ao CFO
- Sistema de Cursos de Especialização sem integração com Registro
- Colaboradores inexperientes exigem capacitação

A análise conjunta permite fazer um diagnóstico das situações e capacidades da organização e orienta a definição de estratégias e de seus objetivos, como forma de aproveitar os pontos positivos e reduzir os efeitos dos pontos negativos identificados na análise.

Neste **Plano Estratégico**, cada situação considerada no Diagnóstico Organizacional é organizada com base na classificação SWOT, indicando tema geral e parte interessada relacionada a ela.

- Utilizar superávit para reduzir anuidade, inadimplência e para atrair novos registros
- Integração com outras áreas no desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde

OPORTUNIDADES

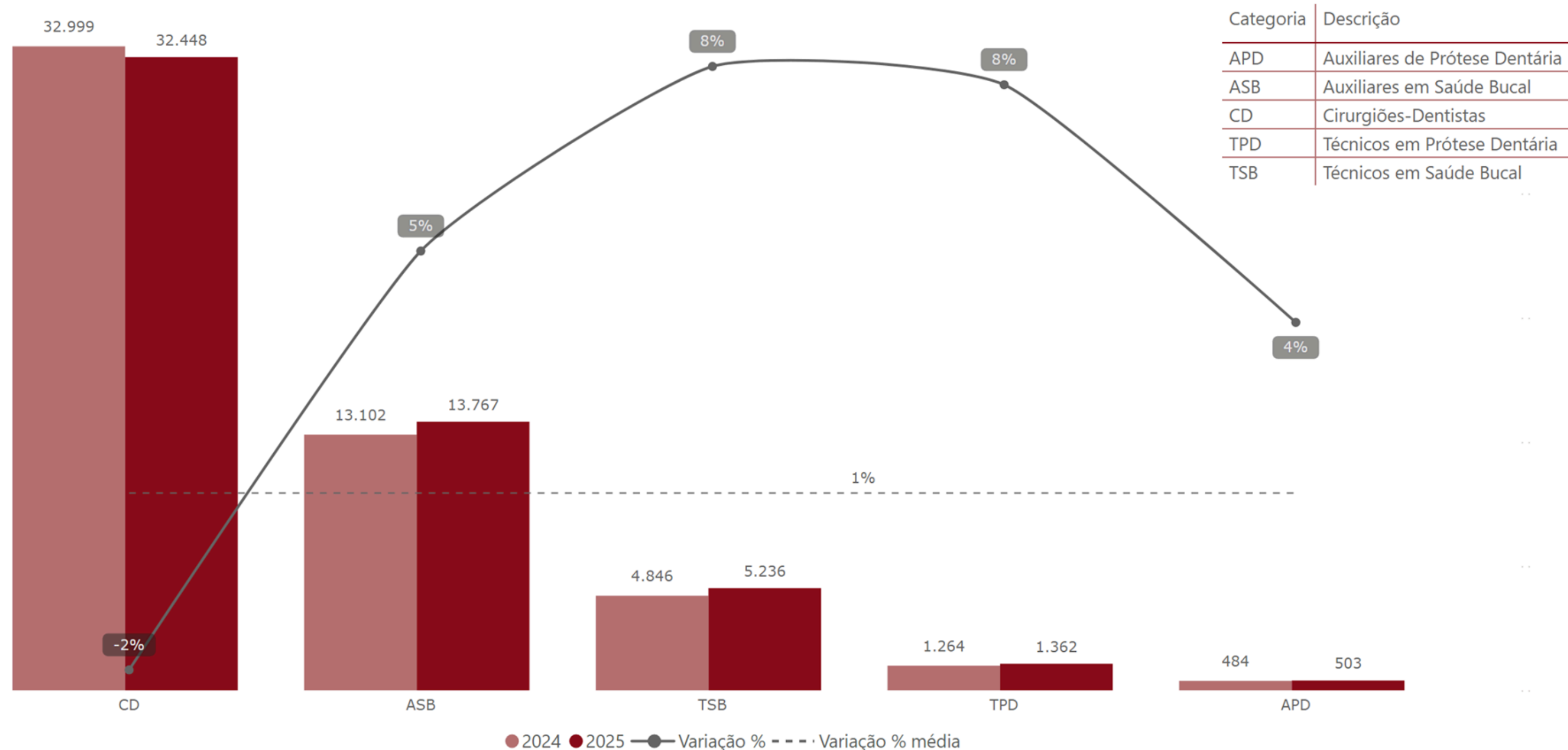


AMEAÇAS (THREATS)

- CROs com menor número de inscritos (receita insuficiente para operação)
- [PL 3256/2024](#) e [Resolução CNJ n. 547/2024](#);
- Perda de confiança com relação CFO/CROs em razão dos serviços de TI
- Falhas que levem ao não atendimento de exigências externas existentes e futuras
- Potencial de aumento de custos por reposição de colaboradores
- Potencial de Perda de Colaboradores novos após capacitação por outras oportunidades
- Risco na gestão de Informações cadastrais (LGPD)
- Conflitos por mudanças nas atribuições de profissões de saúde

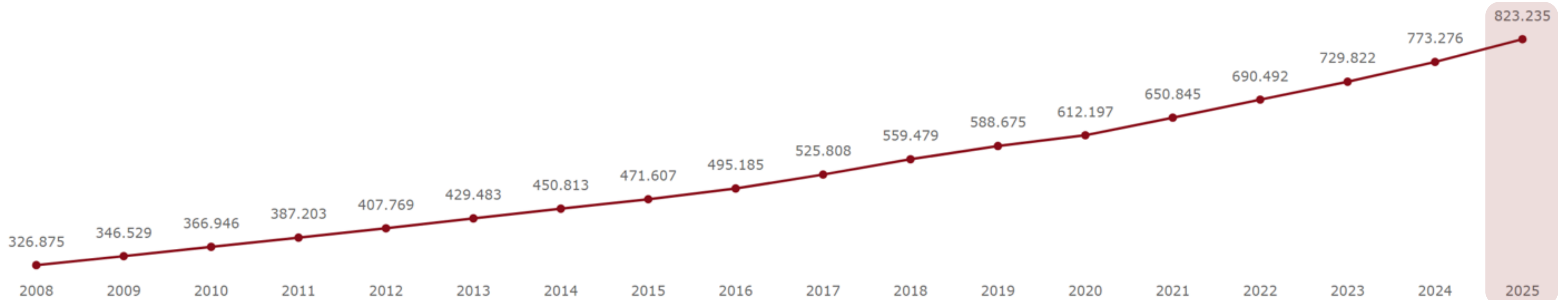
O início do movimento da Odontologia brasileira ocorreu em 1960, que teve como meta a criação dos Conselhos de Odontologia. À época existia o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO), que enviou ao Ministério da Saúde uma minuta de projeto de lei, que teve a melhor das acolhidas. Através da Exposição de Motivos nº 185, de 31 de agosto de 1960, o tema foi submetido à apreciação do então Presidente da República, João Goulart. O Poder Executivo, com a Mensagem nº 357, de 27 de setembro de 1960, encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, que, após tramitação normal, foi convertido na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. Para conhecer mais sobre o movimento da Odontologia brasileira acesse <https://website.cfo.org.br/historico/>.

Evolução de novos profissionais (PF) inscritos por categoria (2024-2025)



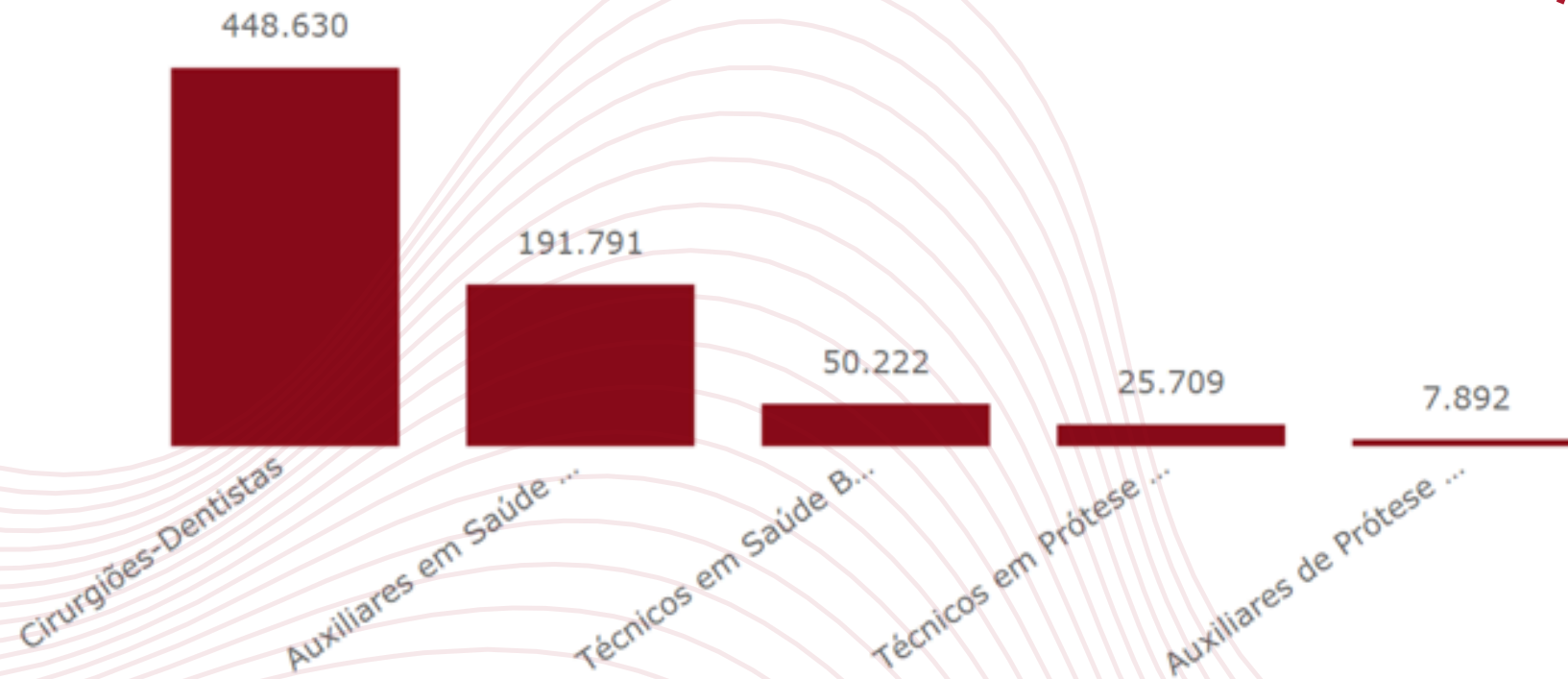
Série histórica de inscritos (PF e PJ)

Índice de crescimento médio anual: **6%**



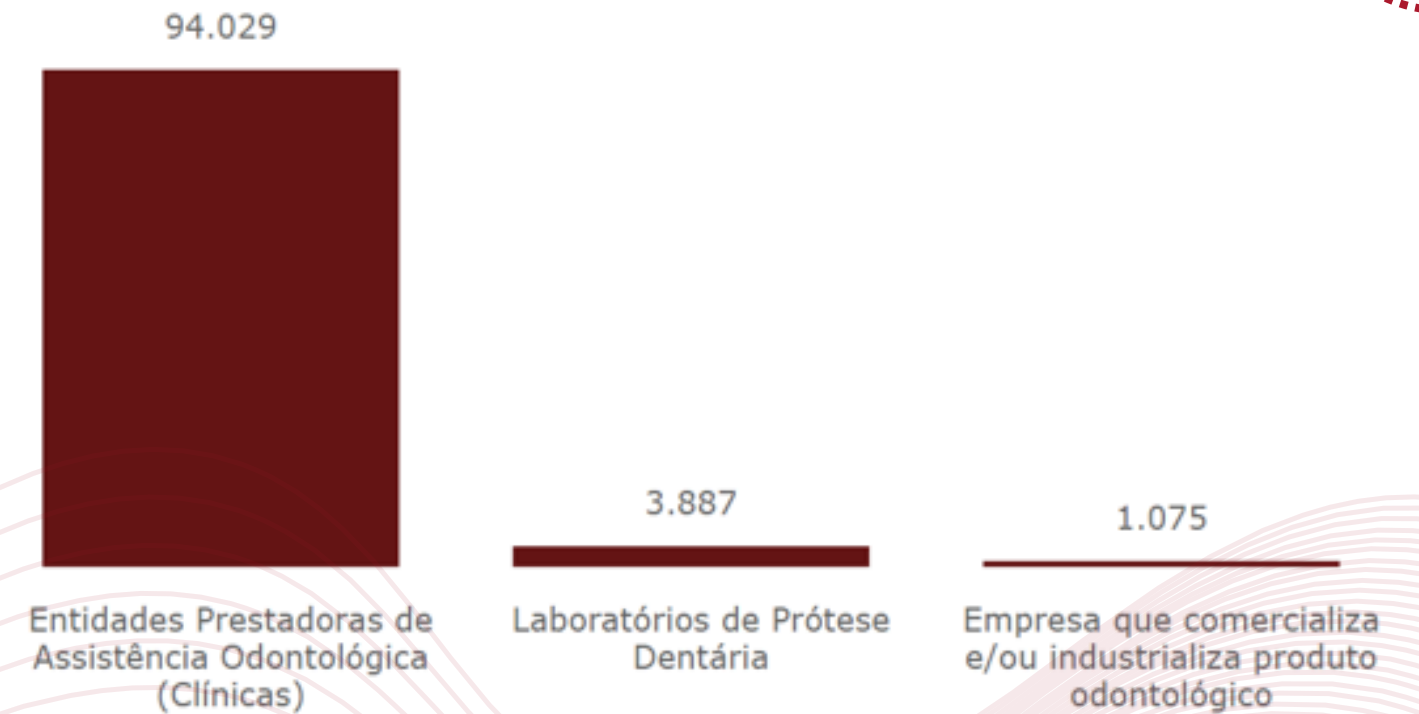
Total de profissionais (PF) registrados por categoria

724.244



Total de entidades (PJ) registradas por categoria

98.991



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO

A estrutura de governança do Conselho Federal de Odontologia está orientada para assegurar o cumprimento de seus **objetivos estratégicos** por meio de processos decisórios transparentes, alinhados ao interesse público e às diretrizes institucionais internas e externas.

O relacionamento com a sociedade e as partes interessadas é promovido de forma contínua, com a consideração de suas demandas, necessidades e expectativas na formulação e revisão da estratégia institucional.

Apoio externo à governança:

Conselhos Regionais
Entidades de Classe

A governança também incorpora práticas sistemáticas de gestão de riscos, visando à identificação, avaliação e mitigação de eventos que possam impactar o alcance dos objetivos.

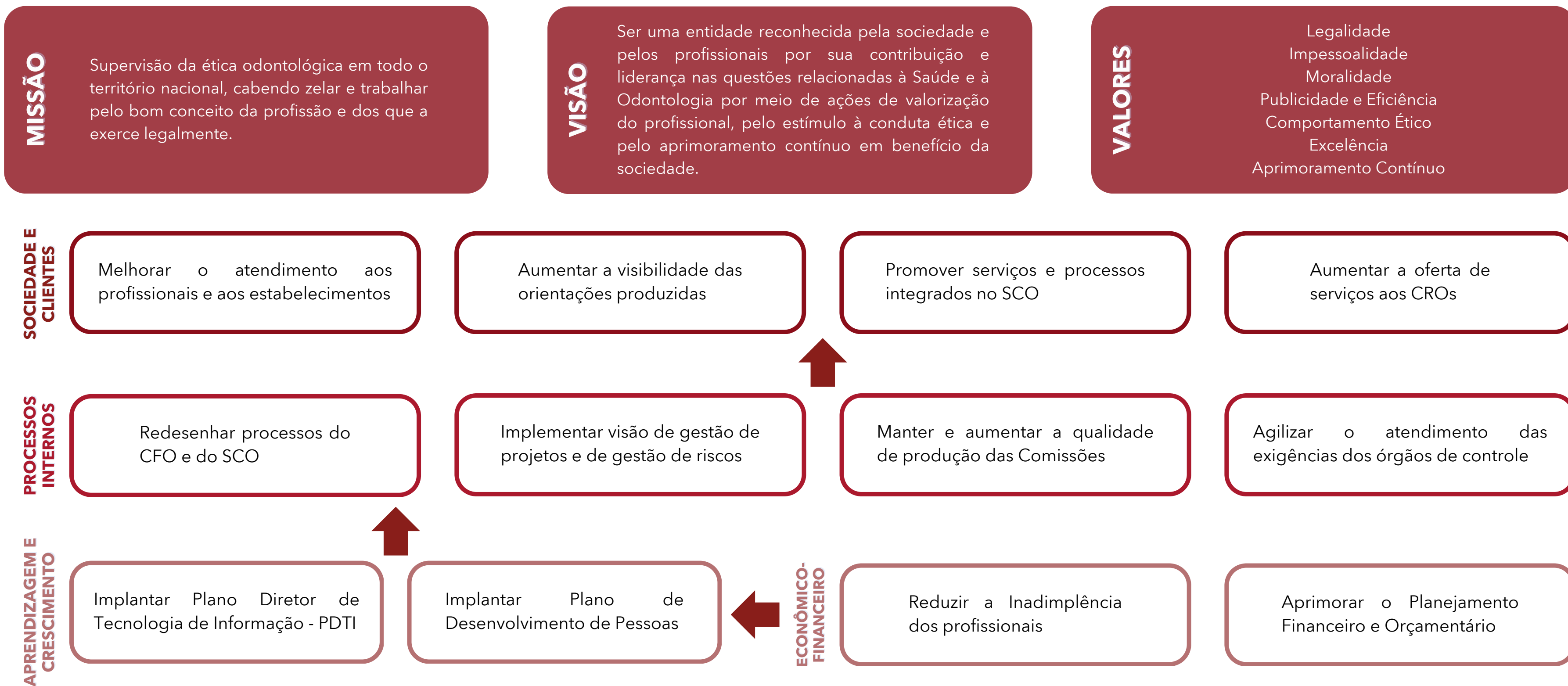
Adicionalmente, exerce a supervisão da gestão por meio de instâncias de controle, auditoria e monitoramento, garantindo a conformidade, a integridade e a efetividade das ações desenvolvidas pelo CFO e pelos CROs.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** detalham a Estratégia definida para a organização. Eles são relacionados com os Indicadores e Metas para construir o Balanced Scorecard (BSC), ou seja, a lista de indicadores de Desempenho Balanceados e alinhados com a Estratégia do CFO.

O **MAPA ESTRATÉGICO** resume e consolida informações para a Gestão e permite a comunicação dos elementos principais para alinhamento das ações na Autarquia.



É importante esclarecer a distinção conceitual, funcional e procedimental entre as **Representações** e as **Comissões** internas do CFO, destacando sua natureza, forma de constituição, competência decisória e impacto institucional.

As **Comissões** possuem **caráter interno**, organizacional e estratégico, sendo instrumentos de organização administrativa e participação colegiada dentro da própria estrutura da entidade. Possuem caráter técnico-consultivo ou especializado e sua forma de organização e pautas são decididas entre os pares, surgem por deliberação interna e podem ser criadas por: necessidade administrativa, projeto específico, demanda técnica e planejamento estratégico.

Além disso, estudam temas específicos, elaboram pareceres, propõe melhorias, organizam eventos ou atividades, apoiam a gestão em áreas técnicas ou estratégicas, atuam por prazo determinado ou indeterminado, possuem coordenação definida internamente, produzem relatórios ou propostas, prestam contas à Diretoria etc.

DESAFIOS DAS COMISSÕES (NATUREZA INTERNA)

- Manter participação ativa e comprometida, especialmente quando os membros acumulam outras funções;
 - A construção consensual pode demandar tempo e mediação;
 - Diferentemente das representações externas, o cumprimento de prazos depende da própria organização e disciplina interna;
 - Garantir que as propostas produzidas pelas comissões sejam efetivamente aproveitadas na gestão;
 - Ausência de mecanismos formais de transição de gestão e necessidade de regulamentação interna;
- Continuidade administrativa em caso de transição de gestão, que pode gerar
 1. descontinuidade de projetos e retrabalhos;
 2. perda de informações estratégicas;
 3. falhas no acompanhamento de representações externas;
 4. interrupção de trabalhos de comissões;
 5. redução da eficiência administrativa no período de transição;
 6. risco de descumprimento de prazos institucionais.

COMISSÕES PERMANENTES (TOTAL: 8)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 7

COMISSÃO DE ENSINO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 9

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BUCAL

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 7

COMISSÃO PARLAMENTAR

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 18

COMISSÃO DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 8

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CFO/CROs

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 8

COMISSÃO GESTORA DE ACESSO À INFORMAÇÃO - (CGAI) E DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - (LGPD)

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

COMISSÕES ESPECIAIS (TOTAL: 1)

COMISSÃO ESPECIAL DE ÉTICA

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 4

GRUPOS (TOTAL: 4)

GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDO E PROPOSIÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICA E DO CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO ODONTOLÓGICO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 9

GRUPO ESPECIAL PARA ESTUDO E PROPOSIÇÃO DE ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CAPÍTULO "DO ANÚNCIO, DA PROPAGANDA E DA PUBLICIDADE" DO CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICA

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 5

GRUPO DE TRABALHO DA MEDALHA E DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO ODONTOLÓGICO NACIONAL

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAÇÃO SANITÁRIA DA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 11

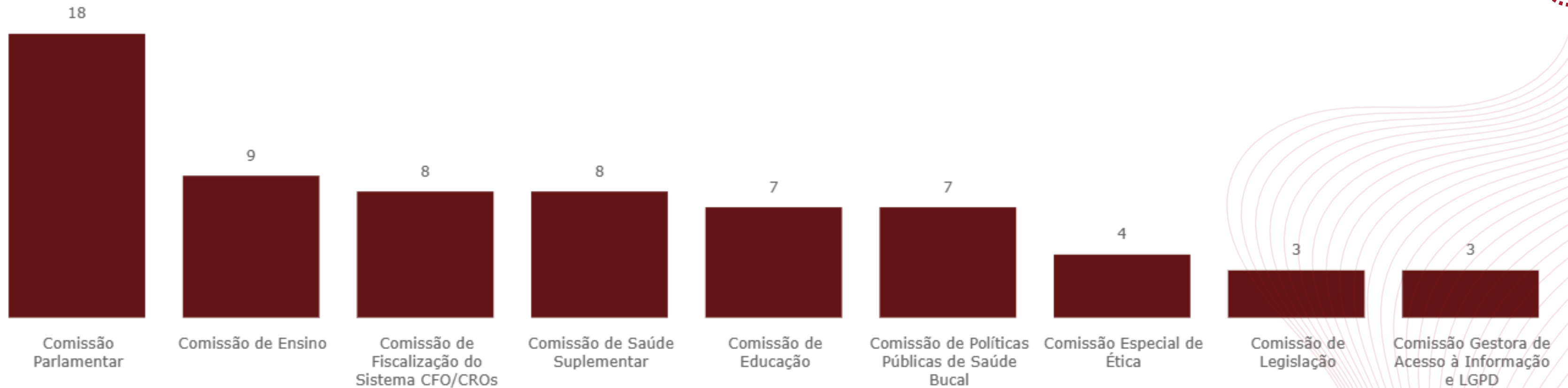
Atividades por tipo

204



Reuniões realizadas por tipo de comissão

67



As **Representações** no CFO possuem **caráter externo**, ou seja, referem-se à atuação do CFO em instâncias correlatas externas. São realizadas mediante demanda formal e não por iniciativa interna. Têm como finalidade defender interesses institucionais, prestar esclarecimentos, cumprir obrigações regulatórias e assegurar a participação em instâncias deliberativas.

A designação dos representantes ocorre por ato formal da gestão, com base em critérios técnicos e institucionais. Os dados de 2025 contemplam exclusivamente representações formalizadas por portaria, não incluindo participações pontuais em eventos.

No âmbito da ANS, a maioria das reuniões ocorreu de forma online, gerando significativa redução de custos. As participações abrangem diferentes câmaras técnicas (como COPISS, CATEC, CAMSS e CO-SAÚDE) e são concentradas em três representantes, o que favorece a continuidade, o alinhamento institucional e a eficiência no acompanhamento das pautas. Em alguns casos, as reuniões ocorreram sem a participação do CFO, e, em outros, não houve convite para participação.

DESAFIOS DAS REPRESENTAÇÕES (NATUREZA EXTERNA)

- O CFO não controla o momento da demanda, o que pode gerar necessidade de respostas rápidas e mobilização emergencial de representatividade e de recursos, gerando consequências institucionais em caso de atraso ou inconsistência.
- Não há garantia de que a manifestação externa represente fielmente o posicionamento oficial do CFO.
- Necessidade de designar representantes com domínio técnico e institucional compatível com a complexidade da matéria.
- Atos externos impactam diretamente a imagem da organização perante órgãos reguladores e a sociedade.
- Demandas externas podem surgir de forma simultânea, exigindo organização e priorização.
- Cancelamento de reuniões remotas, gerando a necessidade de devolução da indenização devida ao representante.

REPRESENTAÇÕES

FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS (CONSELHÃO)

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 9

FCFAS - FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS (CONSELHINHO)

ORDINÁRIA

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 10

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 10

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (FCFAS)

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 10

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE SAÚDE (FENTAS)

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 10

ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 24

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GRUPO DE TRABALHO SOBRE A CONVENÇÃO DE MINAMATA SOBRE O MERCÚRIO

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE (CRTS)

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE (CRTS) - GT DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 3

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE (CRTS) - GT ESPECIALIDADES

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 6

COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 5

PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 10

COMISSÃO INTERSETORIAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE (CIABS) DO CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 1

COMISSÃO INTERSETORIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE NOS CICLOS DE VIDA (CIASCV) DO CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 1

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE BUCAL (CISB) DO CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 2

COMISSÃO INTERSETORIAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (CIVS) DO CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 2

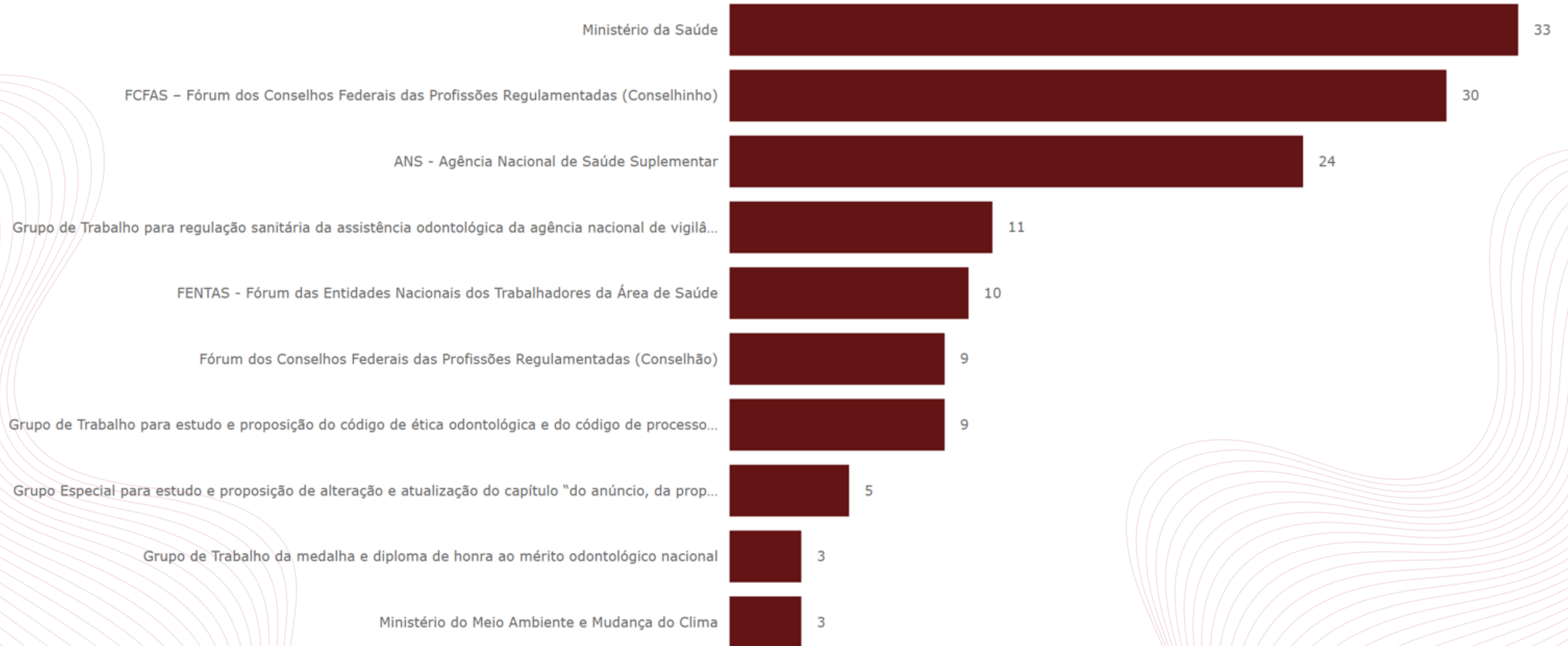
COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (CISS) DO CNS

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 0

GRUPO TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM PEDIATRIA

Quantidade de reuniões realizadas em 2025: 0

Representações e Grupos



Nota: A **Secretaria das Comissões** é o setor responsável por assessorar, auxiliar e fornecer suporte às atividades desenvolvidas pelos membros das comissões (âmbito interno) e por representantes titulares e suplentes (âmbito externo).

O **Setor de Auditoria Interna** do Conselho Federal de Odontologia - SEAUD/CFO realizou as atividades previstas no planejamento para o exercício de 2025, pautado nas atribuições estatutárias do CFO, em observância aos dispositivos legais e normativos internos.

As atividades desenvolvidas são executadas com independência, integridade e objetividade, de forma a auxiliar a tomada de decisões da Diretoria do Conselho Federal.

Em 2025, a Auditoria Interna do CFO desempenhou papel fundamental em atividades voltadas à **avaliação operacional, financeira e de conformidade**, bem como à apuração e ao monitoramento das ações realizadas pelos Conselhos Regionais.

Dentre as principais iniciativas, destacaram-se a execução de auditorias internas, a avaliação das prestações de contas anuais e o acompanhamento sistemático dos programas de apoio financeiro para o custeio de atividades de fiscalização (**PROFIS**), melhoria administrativa (**PROMAC**), reformas, ampliações e construções de sedes próprias (**PROINFRA**) e para o Dia do Dentista.

As Auditoria Interna nos Conselhos Regionais tiveram como objetivos gerais:

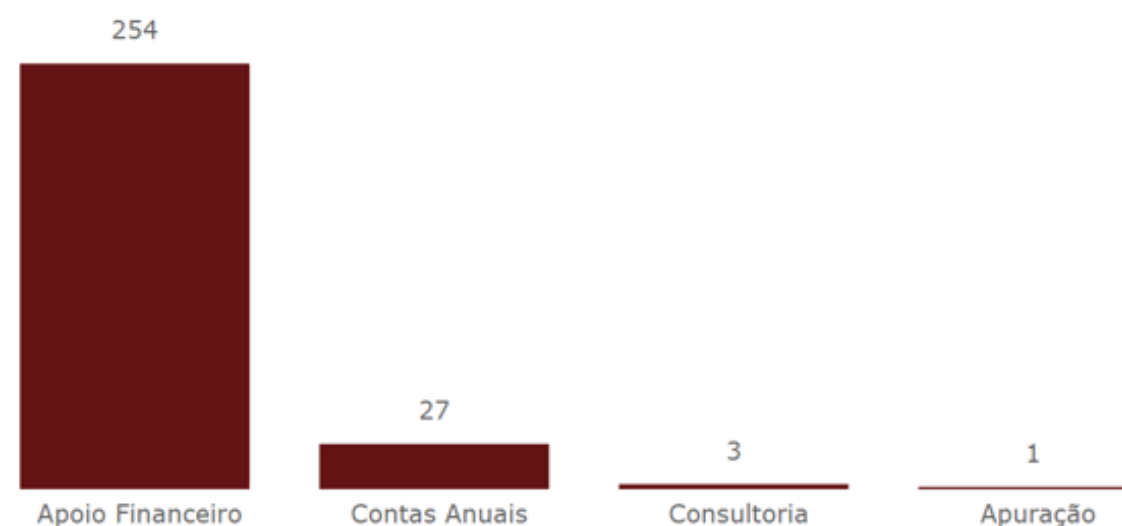
- Obter conhecimento inicial e avaliar o nível dos controles internos;
- Aderência à legislação aplicável;
- Avaliar os processos de trabalhos existentes;
- Auxiliar no aprimoramento do ambiente de controle interno e das informações contábeis, financeiras e operacionais dos Regionais;
- Prestar assessoramento à alta administração do Conselho Regional e Federal.

Ao todo, foram abertos **128 processos de auditoria** que resultaram na **emissão de 285 relatórios técnicos e 27 notas**, os quais forneceram orientações estratégicas, identificaram oportunidades de melhorias e recomendaram correções pontuais, contribuindo diretamente para o fortalecimento do controle interno e promovendo maior eficiência e transparência nos processos administrativos e financeiros dos Regionais.

As atividade e exames realizados pelo Setor de Auditoria para a análise das Prestações de Contas Anuais dos Conselhos Regionais de Odontologia abrangem avaliação do cumprimento integral da obrigação de prestar contas nos moldes e prazos estabelecidos na Resolução CFO nº 243/2022.

Relatórios de auditoria por tipo

285

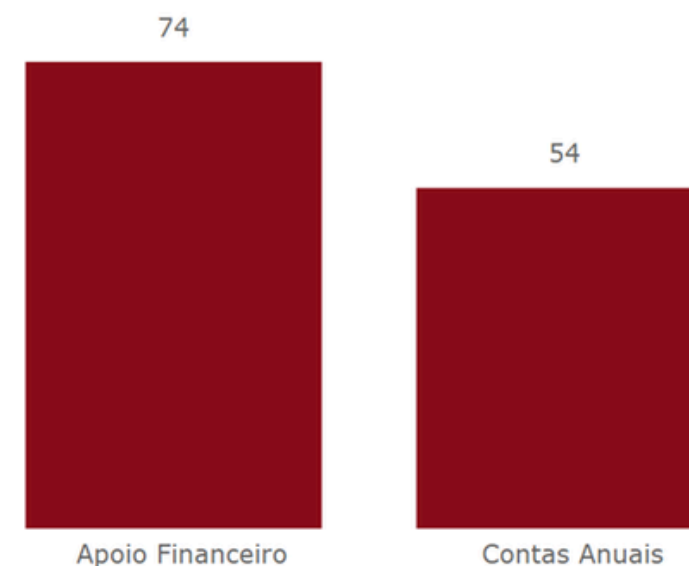


Notas de auditoria por tipo



Processos de auditoria por tipo

128



AÇÕES FUTURAS

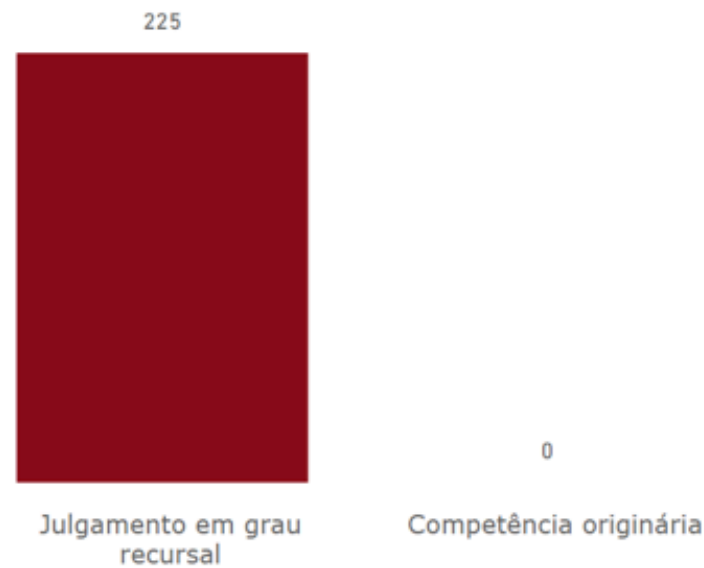
- Reforçar atuação preventiva;
- Ampliar a identificação e mitigação de riscos;
- Maior rigor nos acompanhamentos;
- Aprimoramento dos procedimentos;
- Maior rigor nas auditorias relativas aos programas financeiros.

O **Departamento Jurídico** desempenha um papel essencial para o Conselho Federal de Odontologia, garantindo que suas operações estejam em conformidade com a legislação aplicável, gerenciando riscos legais, representando-o em questões judiciais e administrativas e fornecendo assessoria legal especializada em todas as áreas de sua atuação.

Atua diretamente nas reuniões de: Sessões Plenárias e Administrativas, reuniões de Diretoria, Comissão de Tomada de Contas, Comissão Especial de Ética, Administrativas, Conselhos Regionais e ainda, junto a outras entidades (MPF, Casa Civil, TCU etc.)

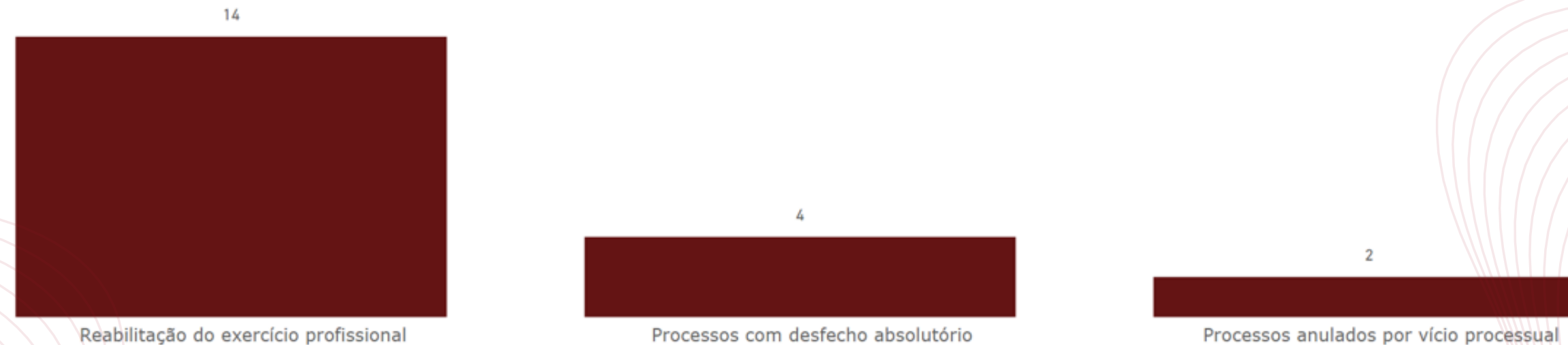
Processos julgados por tipo - CFO

225



Outras deliberações

20

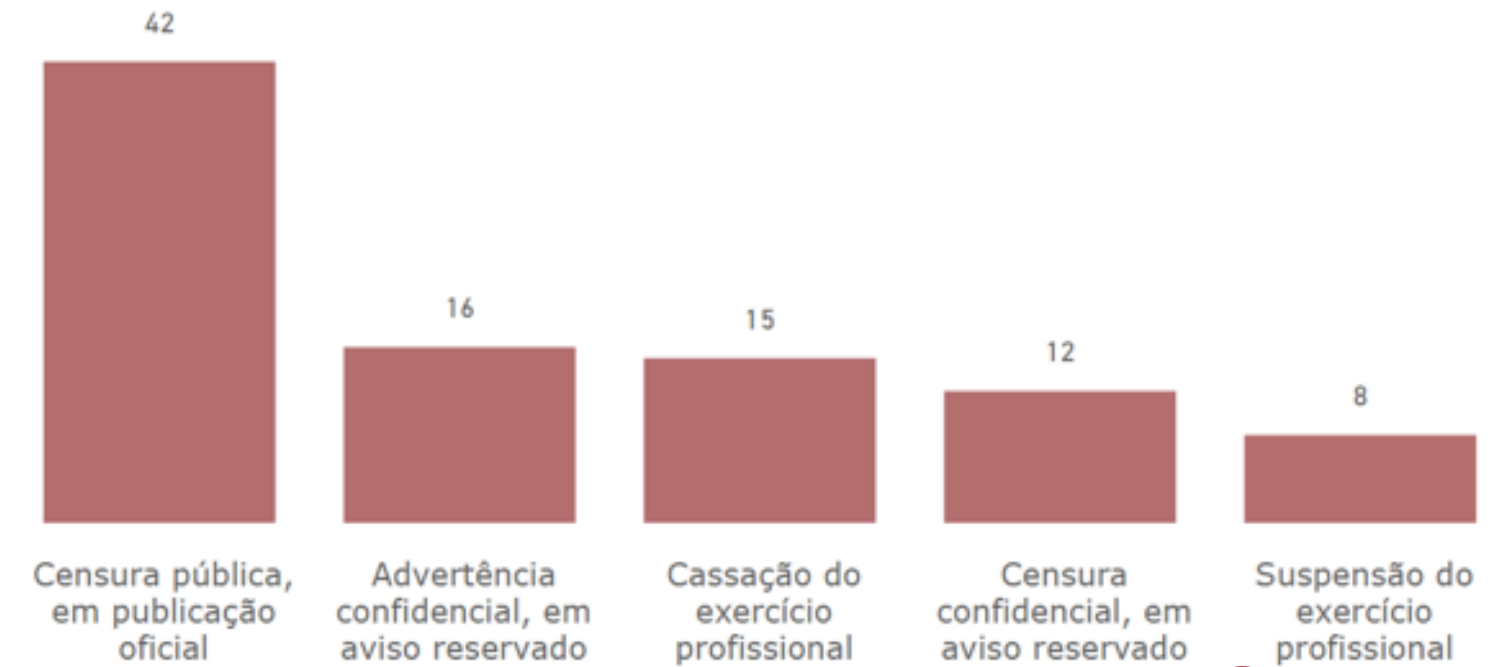


Os julgamentos em **processos éticos**, sejam aqueles em primeira instância ou em segunda instância, representam uma das atividades finalísticas do Conselho Federal de Odontologia.

Como estratégia, de modo que a sociedade seja devidamente protegida, buscamos o constante aprimoramento para avaliação célere desses processos.

Sanções aplicadas por tipo - CFO

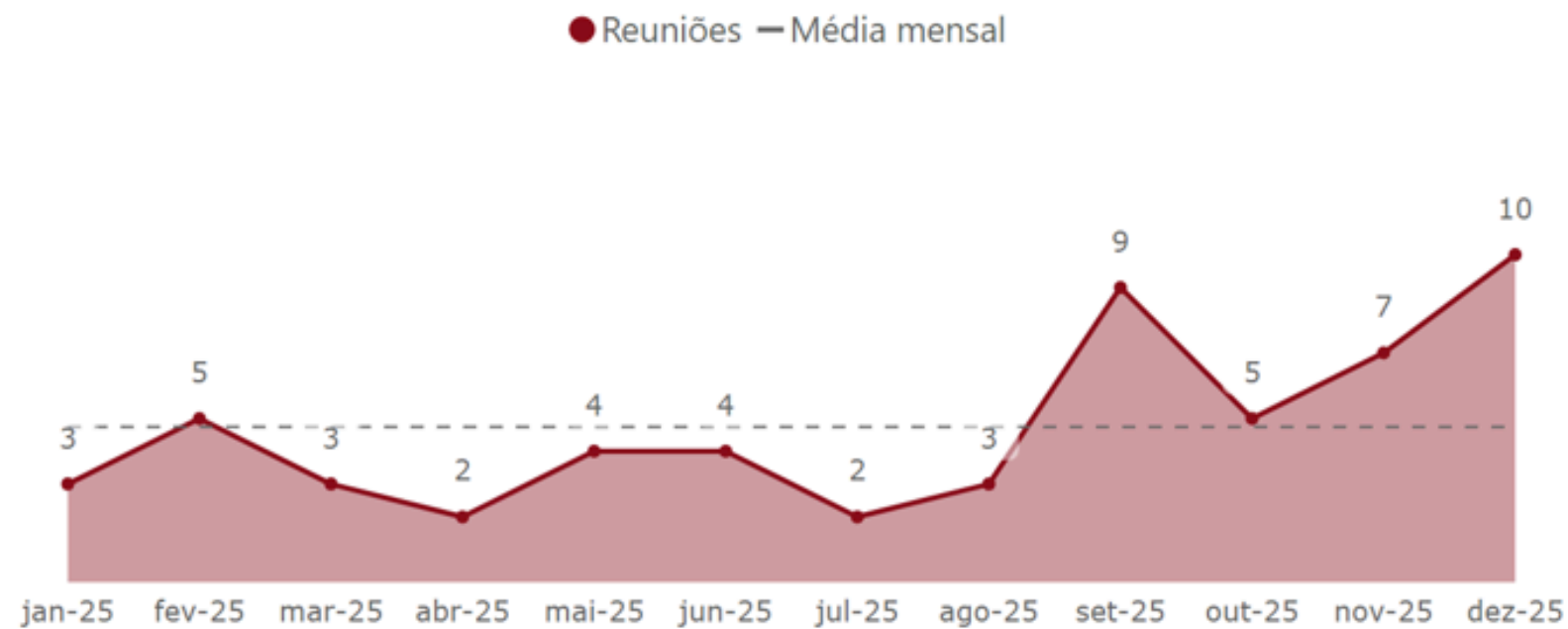
93



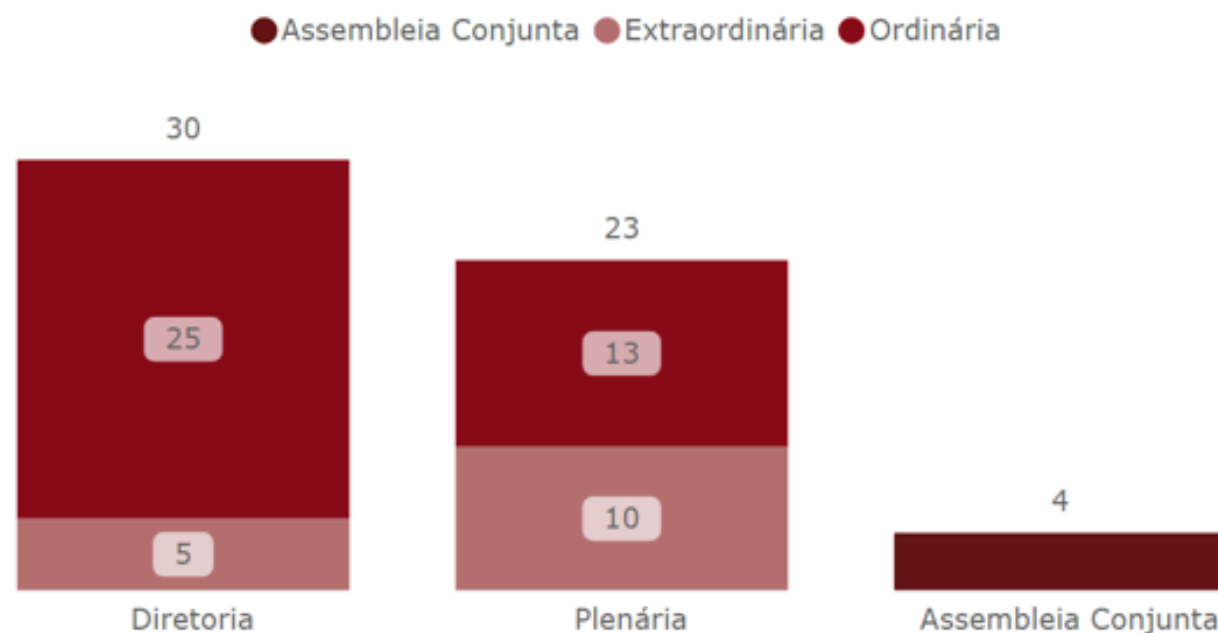
As Reuniões e Assembleias são essenciais para o bom funcionamento e a governança eficaz da autarquia, proporcionando um espaço para liderança, colaboração, tomada de decisões e prestações de contas.

Busca, também, promover a democracia interna e a participação dos membros, visando a troca de experiências, melhores práticas, debates, deliberação, negociação, construção de consenso, alinhamento de políticas e objetivos e transparência.

Reuniões por mês Média: 5



Reuniões por natureza e tipo 57



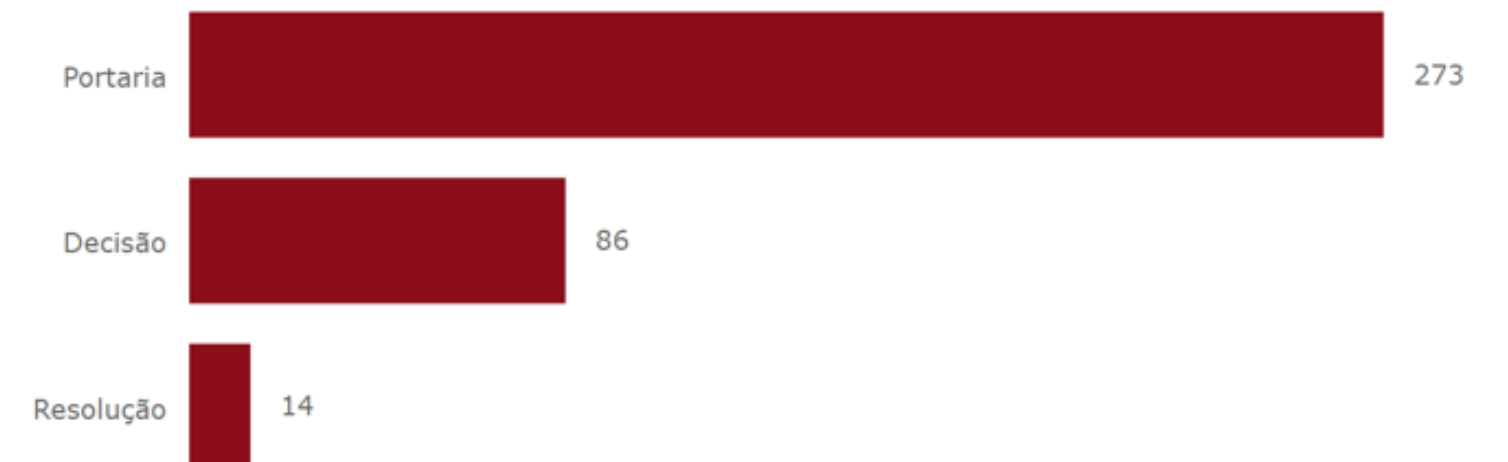
As Portarias, Decisões e Resoluções são atos normativos que representam a exteriorização das deliberações de Assembleias, Plenário e Diretoria, buscando trazer melhor padronização, esclarecimentos e transparência à classe odontológica.

PORTARIA: são atos através dos quais a Presidência dispõe dentro de sua competência sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa.

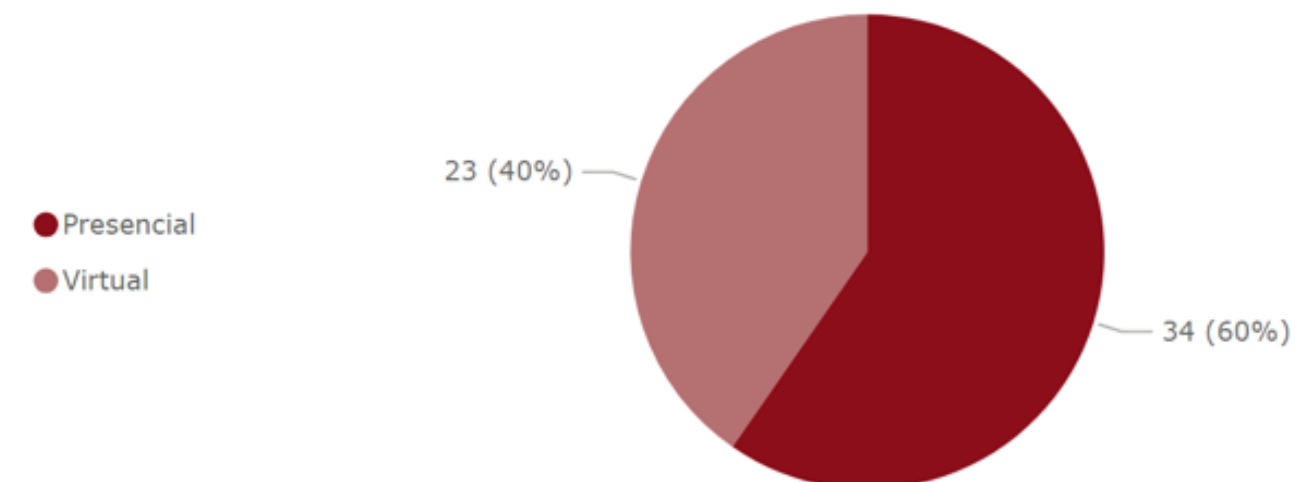
DECISÃO: são atos através dos quais a Autarquia decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação ou disposição regulamentar.

RESOLUÇÃO: são atos através dos quais a Autarquia impõe ou estabelece normas de caráter geral.

Atos por tipo 373



Reuniões por modalidade 57

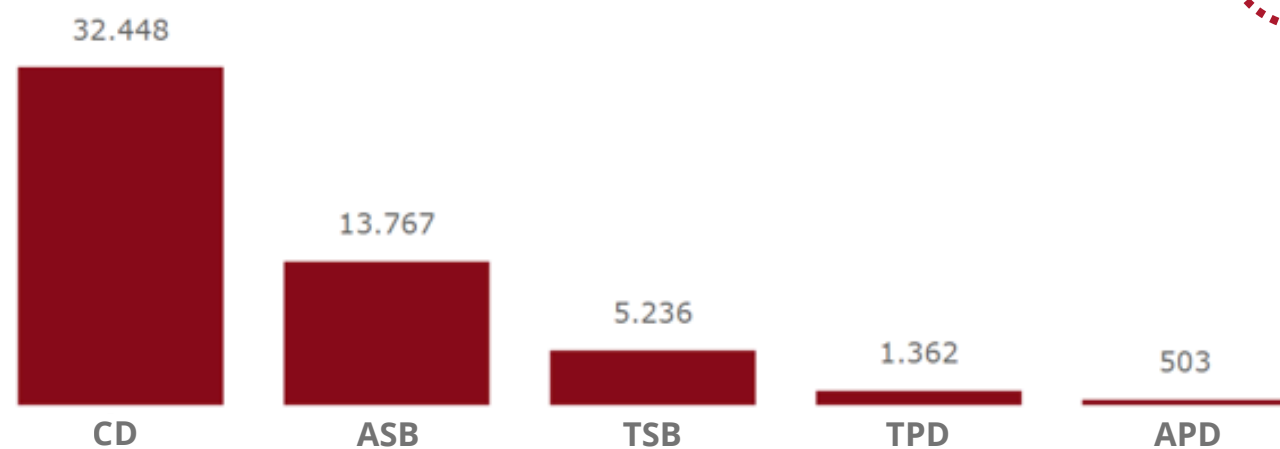


A atividade finalística de registro de profissionais na autarquia desempenha um papel fundamental na regulação dos profissionais, garantindo a proteção do público, a qualidade dos serviços, a promoção da ética profissional e o desenvolvimento adequado das atividades relacionadas à profissão.

Busca o cumprimento das normas e regulamentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Odontologia no âmbito do **registro de habilitação e especialidades**.

Novos profissionais registrados em 2025 por categoria

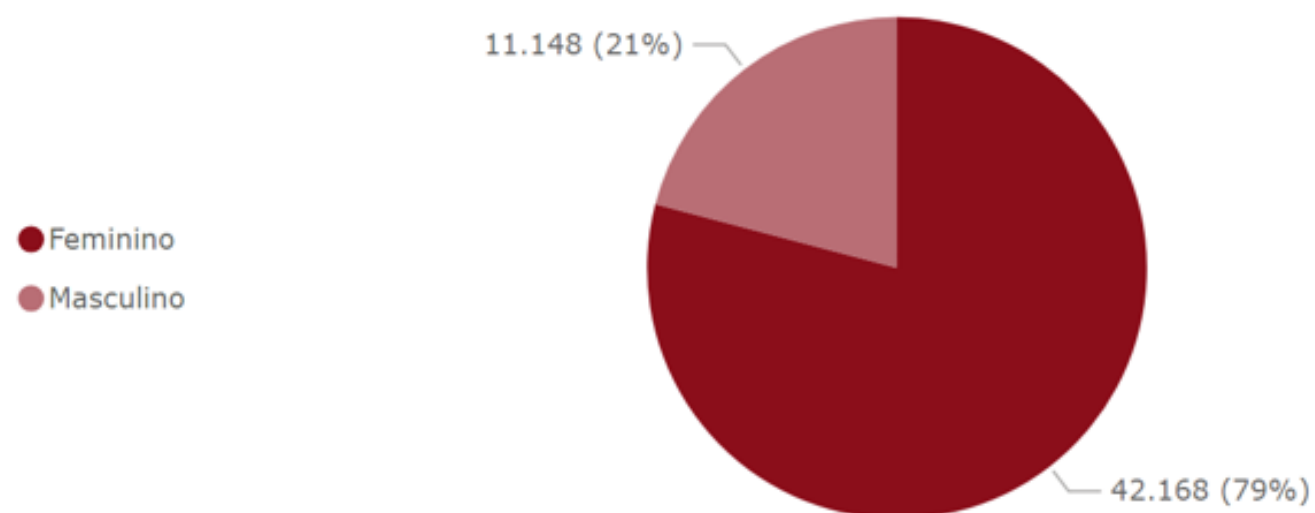
53.316



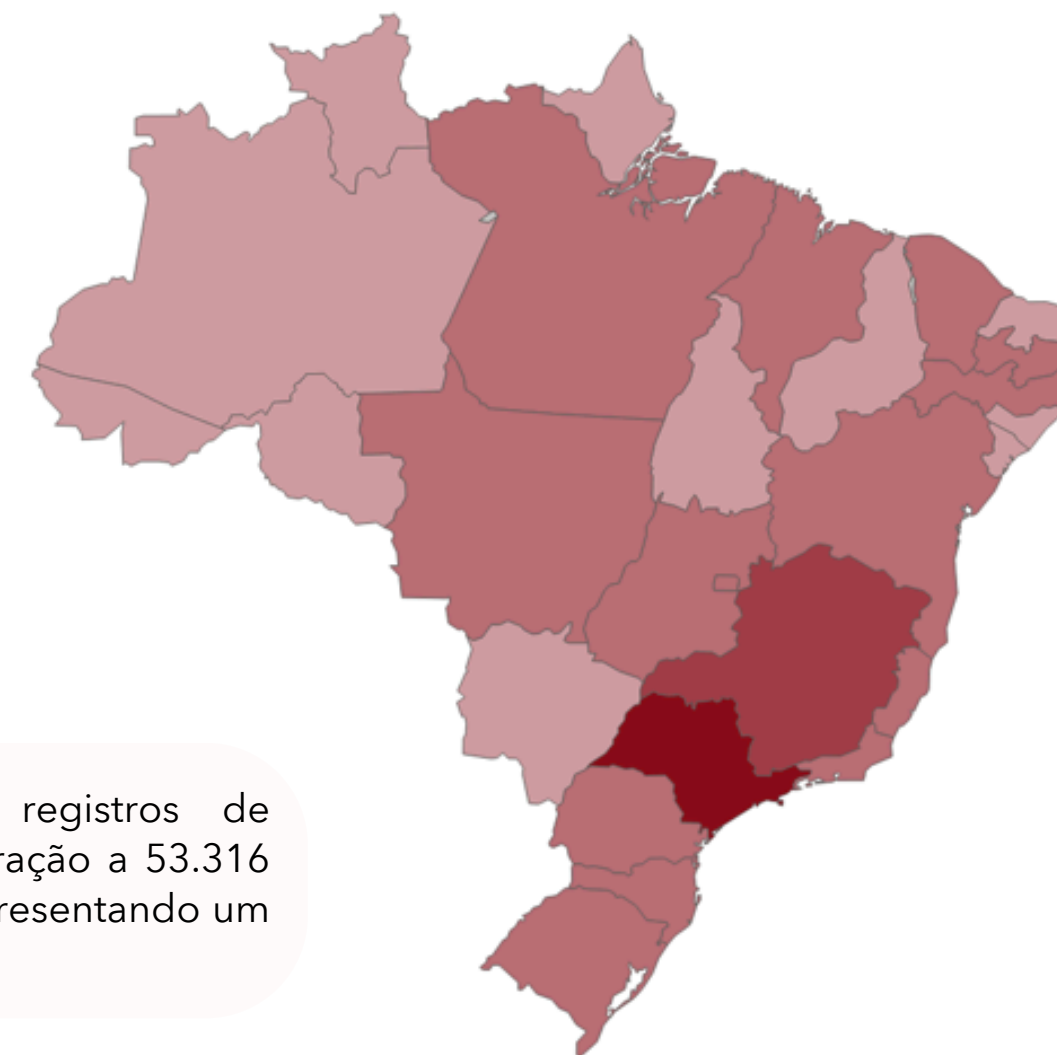
CD - Cirurgiões-Dentistas
 ASB - Auxiliares em Saúde Bucal
 TSB - Técnicos em Saúde Bucal
 TPD - Técnicos em Prótese Dentária
 APD - Auxiliares de Prótese Dentária

Novos profissionais registrados em 2025 por sexo

53.316



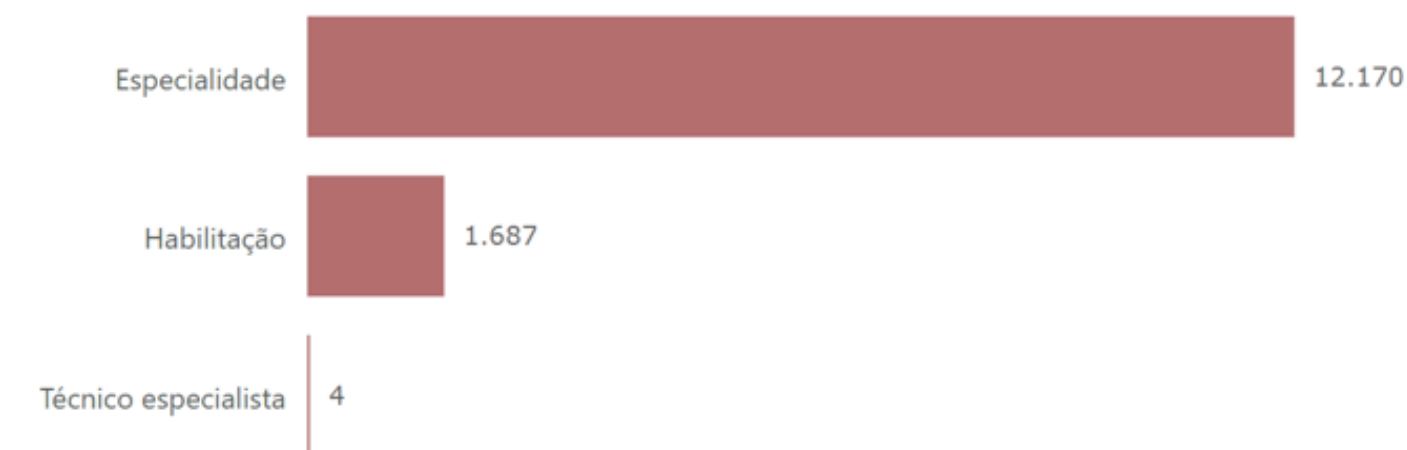
Novos profissionais registrados em 2025 por estado



Em 2024, o total de novos registros de profissionais foi 52.729 em comparação a 53.316 novos registros no ano de 2025, apresentando um acréscimo de 1,11%.

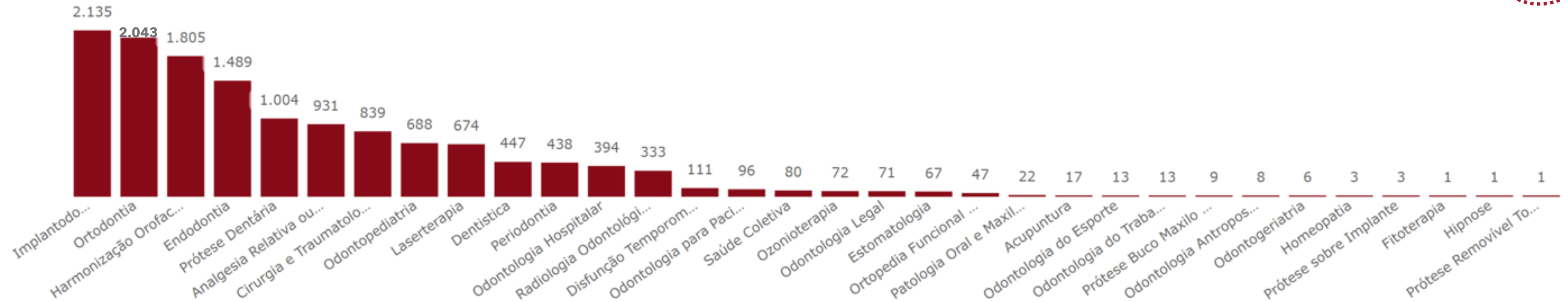
Novos profissionais especialistas em 2025 por tipo

13.861



Novos profissionais especialistas em 2025 por área de especialização

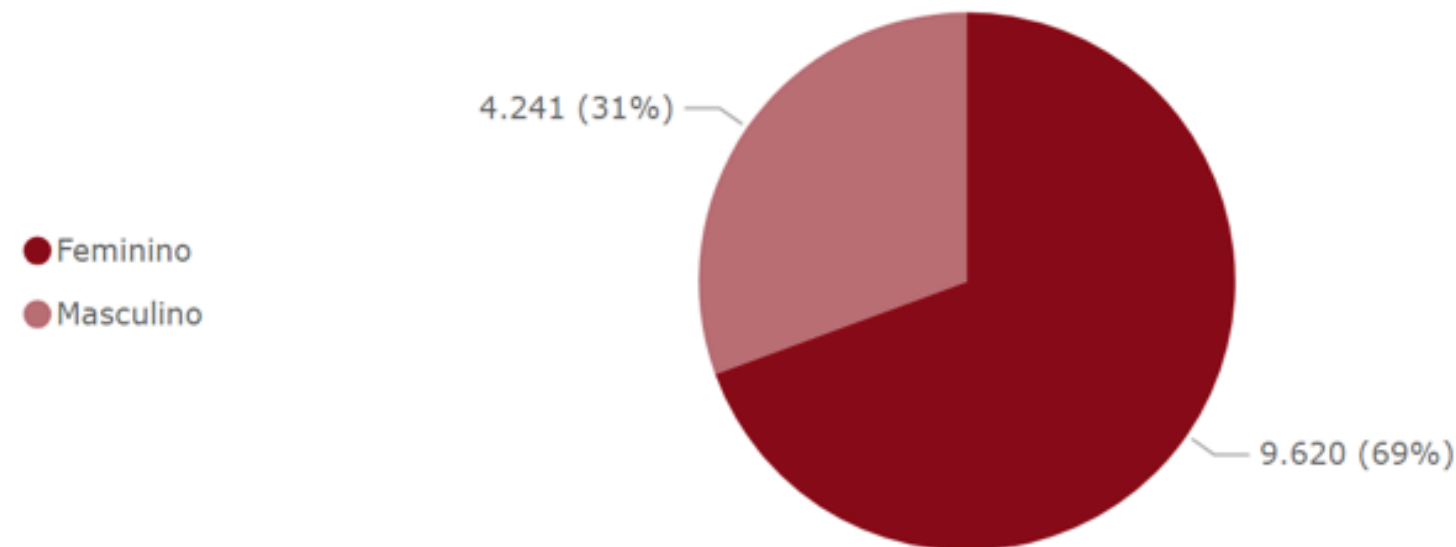
13.861



Os registros de títulos de especialistas e de habilitação são realizados em consonância com o disposto na Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, sendo disciplinadas por esse ato normativo as regras para cursos de especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino e cursos de especialização ministrados por Entidades de Classe. Internamente, cada processo de registro de título de especialista é avaliado pela equipe dos Setores de Registro e de Especialização, após instrução do processo pelos Conselhos Regionais de Odontologia.

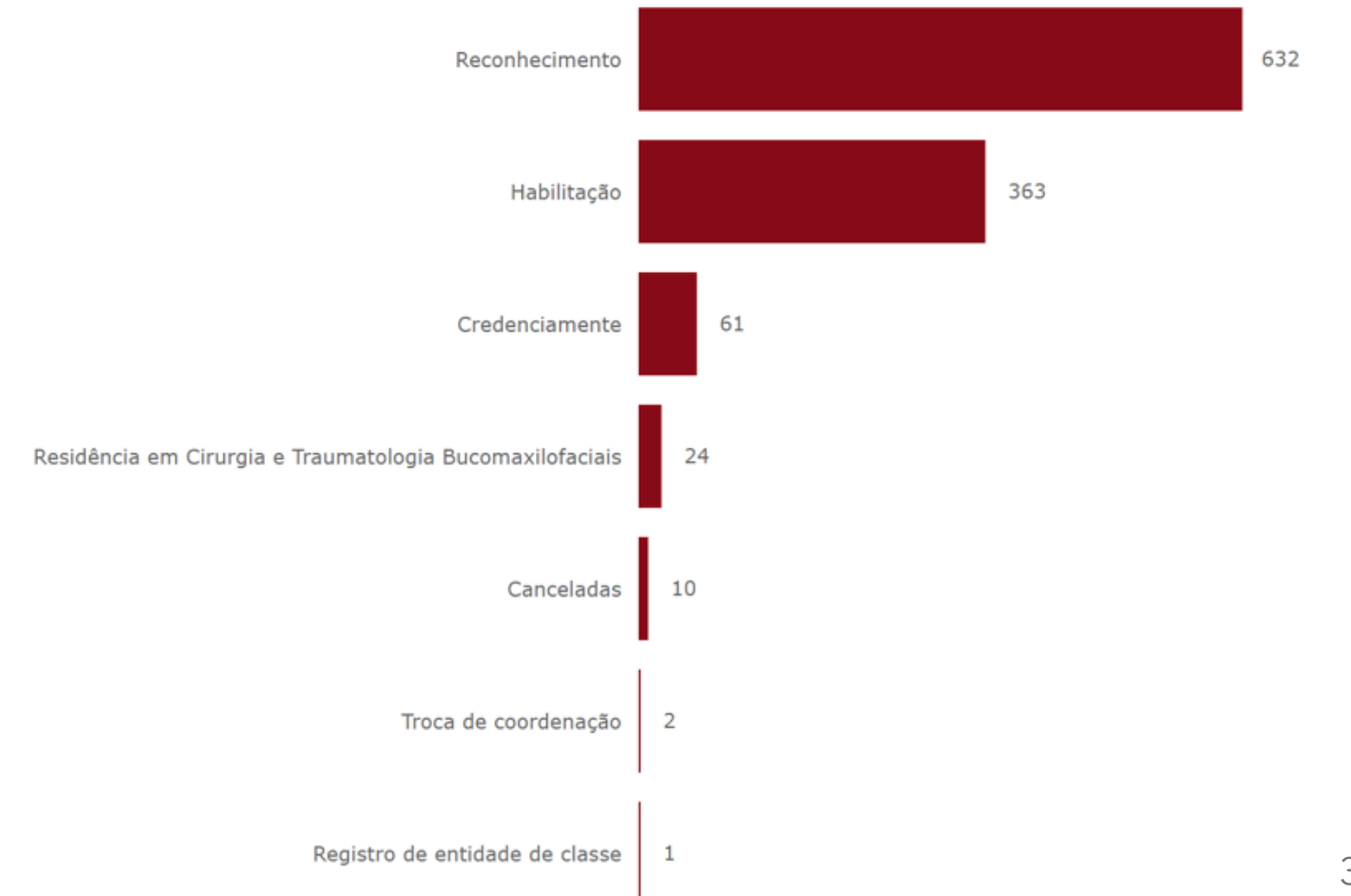
Novos profissionais especialistas em 2025 por sexo

13.861



Portarias de especialidade em 2025 por tipo

1.093



Ao longo do ano de 2025, o Conselho Federal de Odontologia esteve presente, na qualidade de participante e/ou apoiador, em diversos **eventos** de relevância para a classe odontológica em todo o país.

Essa atuação contínua contribuiu para o fortalecimento da **presença institucional**, a **ampliação do diálogo com profissionais e entidades**, bem como para a **promoção de pautas estratégicas** voltadas ao desenvolvimento e à valorização da Odontologia.

Evento	Data	Modalidade e Local
Live sobre Emissão de Recibos da Receita Federal	07/01/2025	Online
Solenidade de inauguração da nova sede do CRO-PE	09/01/2025	Presencial – PE
1ª Assembleia Conjunta 2025	21/01/2025	Presencial – SP
42º CIOSP	22 a 25/01/2025	Presencial – SP
Dia da Harmonização Orofacial	29/01/2025	Online
Solenidade de inauguração da nova sede do CRO-AM	20/02/2025	Presencial – AM
III Simpósio de Odontologia Digital das Forças Armadas e Auxiliares	20/03/2025	Presencial – RJ
Dia D de Prevenção ao Câncer de Boca	25/03/2025	Presencial – BA
VII Congresso Brasileiro de Dor Orofacial	03 a 05/04/2025	Presencial – SP
Orto Floripa 2025	04 e 05/04/2025	Presencial – SC
8º Congresso Brasileiro de Harmonização Orofacial	10 e 11/04/2025	Presencial – SP
IX Congresso Internacional Endodontia em Foco	10 a 12/04/2025	Presencial – RJ
Solenidade – 61 anos do CFO	23/04/2025	Presencial – DF
Live Imposto de Renda	29/04/2025	Online
2ª Assembleia Conjunta 2025	07 e 08/05/2025	Presencial – SC
II Encontro Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Odontologia	20 e 21/05/2025	Presencial – DF
Jornada Odontológica do Portal da Amazônia	23/05/2025	Presencial – MA

Evento	Data	Modalidade e Local
CONOAGRESTE	05 a 07/06/2025	Presencial – PE
XIV ENNEC	05 a 07/06/2025	Presencial – BA
8º Congresso CRO-PB	11 a 13/06/2025	Presencial – PB
24º Congresso Odontológico Rio-Grandense	12 a 14/06/2025	Presencial – RS
XXXVIII Congresso Conasems	15 a 18/06/2025	Presencial – BH
Inauguração CRO-RJ	26/06/2025	Presencial – RJ
Prêmio Nacional CFO de Saúde Bucal	02/07/2025	Presencial – AL
Evento Fluovi	03/07/2025	Presencial – RN
60ª Reunião ABENO	15 a 18/07/2025	Presencial – AM
51º Congresso de Estomatologia	22 a 25/07/2025	Presencial – MS
Encontro Nacional de Integração	24 e 25/07/2025	Presencial – DF
24º ENATESPO	31/07 a 02/08/2025	Presencial – RJ
APDESPBR Business 2025	01 e 02/08/2025	Presencial – SP
Entrega UOMs	21/08/2025	Presencial – SP
1º Encontro de Contadores e Auditores	17 e 18/09/2025	Presencial
FOUSP 125 anos	10/10/2025	Presencial – SP
Semana do Cirurgião-Dentista	20 a 24/10/2025	Presencial – DF
Dia Nacional do Cirurgião-Dentista	25/10/2025	-
Sessão solene Dia do Cirurgião-Dentista	29/10/2025	Presencial – SP
Eleições 2025	Datas diversas	Presencial e online



Conselho Federal de Odontologia leva ampla programação de debates e serviços para 42ª edição do CIOSP

Durante os quatro dias de evento, a ARENA CFO abordará temas como sustentabilidade, segurança do paciente, humanização do atendimento odontológico, avanços nas diversas áreas da Odontologia, entre outros.



CIOSP 2025



CRO-AM inaugura sede em solenidade com a presença de autoridades do Sistema Conselhos de Odontologia



INAUGURAÇÃO SEDE CRO-AM



CRO-PE INAUGURA NOVA SEDE EM SOLENIDADE COM PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

INAUGURAÇÃO SEDE CRO-PE



II ENCONTRO NACIONAL DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ODONTOLOGIA
DEBATE PAUTAS DE VALORIZAÇÃO DAS CATEGORIAS



II ENCONTRO NACIONAL DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ODONTOLOGIA



CFO REALIZA INAUGURAÇÃO INÉDITA DE ESTANDE INSTITUCIONAL DA ODONTOLOGIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



INAUGURAÇÃO ESTANDE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



ELEIÇÕES CROS 2025
GESTÃO 2026-2027

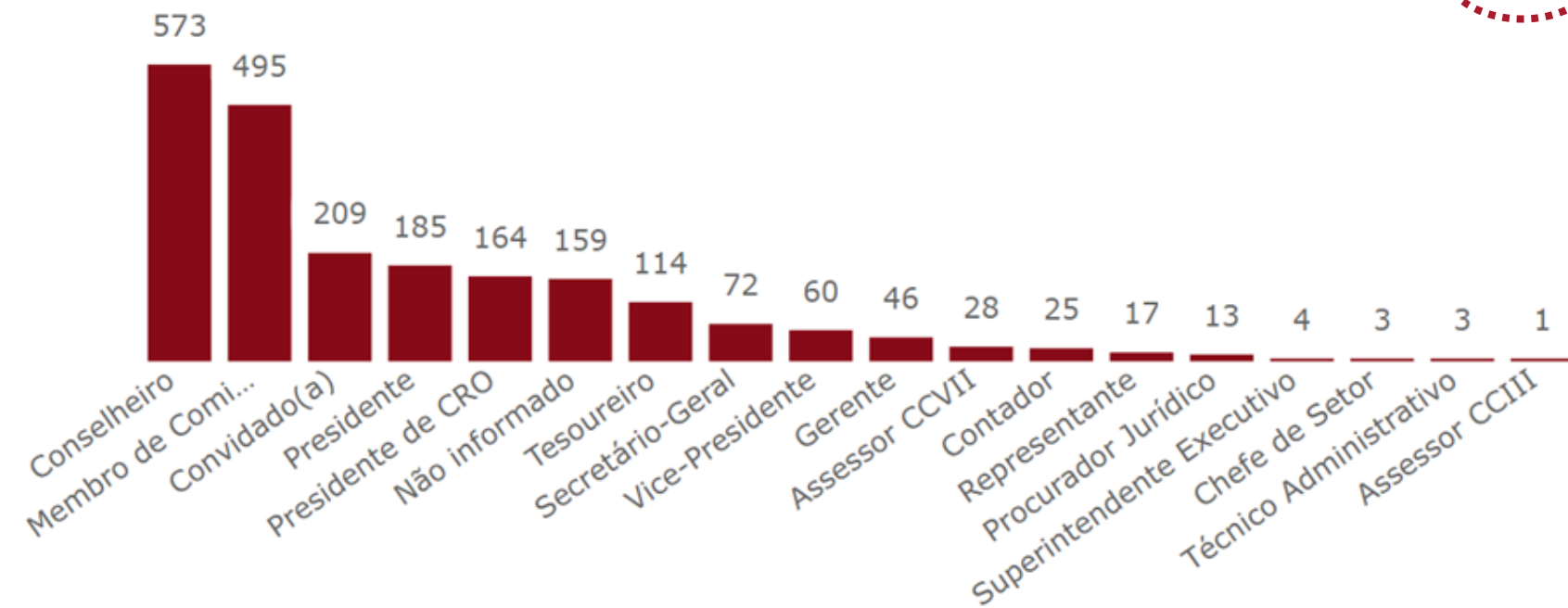
ELEIÇÕES DOS CONSELHOS REGIONAIS É AMANHÃ, PARTICIPE!

28 DE NOVEMBRO - SEXTA-FEIRA

ELEIÇÕES CROS 2025

O Conselho Federal de Odontologia dispõe de um setor responsável pela gestão de transportes e passagens, que atua no planejamento, na emissão e no acompanhamento de deslocamentos institucionais. Esse setor viabiliza a participação de conselheiros, empregados, assessores, membros de comissões e convidados em reuniões, eventos e demais atividades institucionais, assegurando eficiência logística, economicidade e conformidade com as normas administrativas vigentes, em especial a Decisão CFO 40/2025.

Passagens por cargo ou função



Passagens por Solicitação

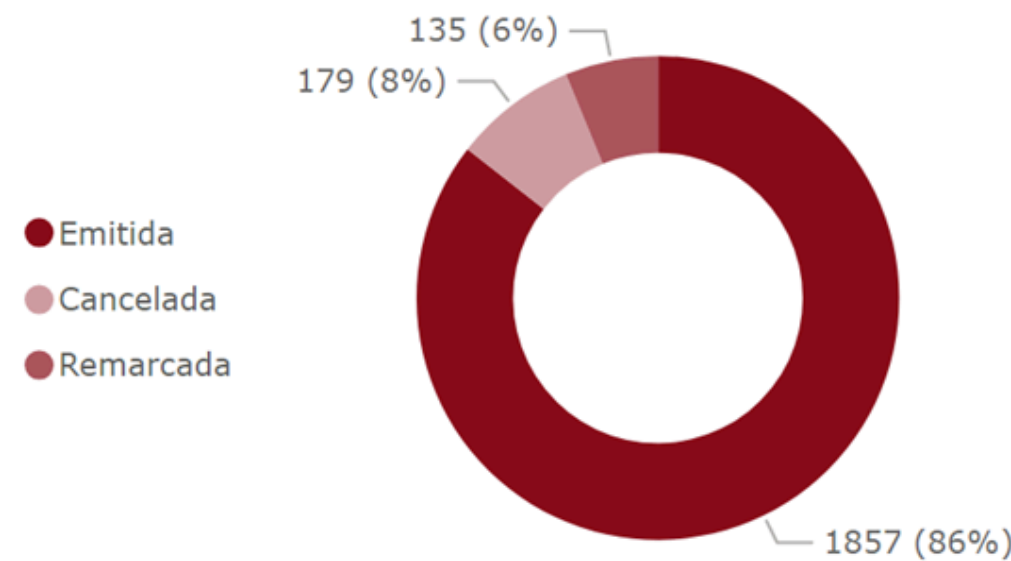


Passagens por Emissão



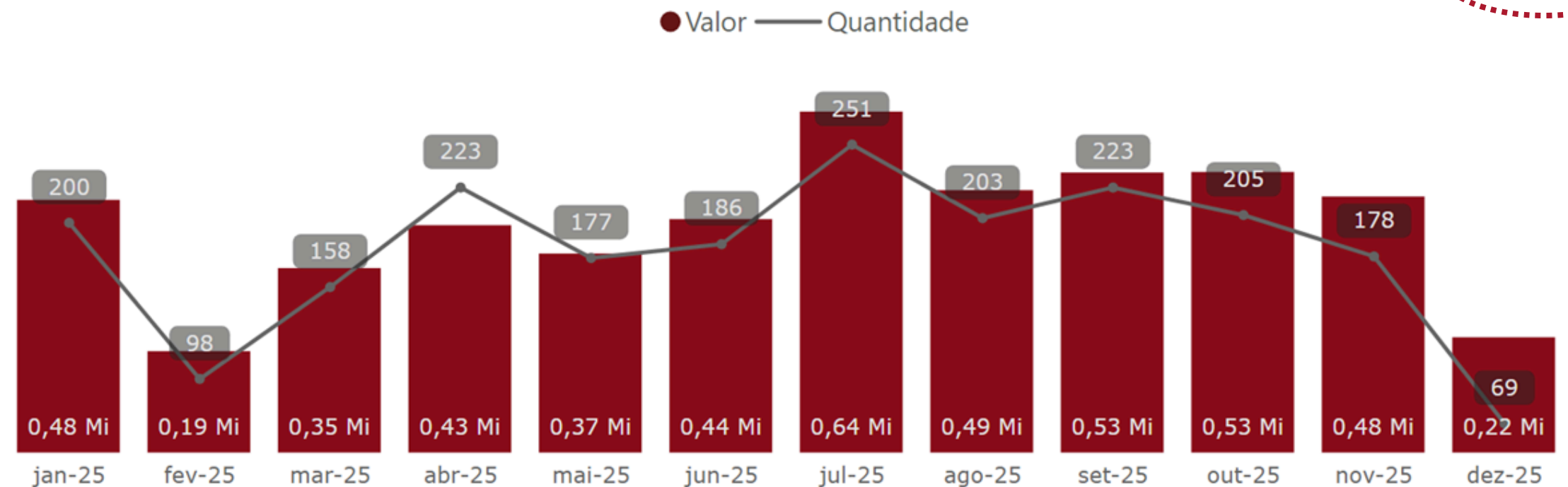
Passagens por situação

2.171



Gasto com passagens

R\$5.140.651



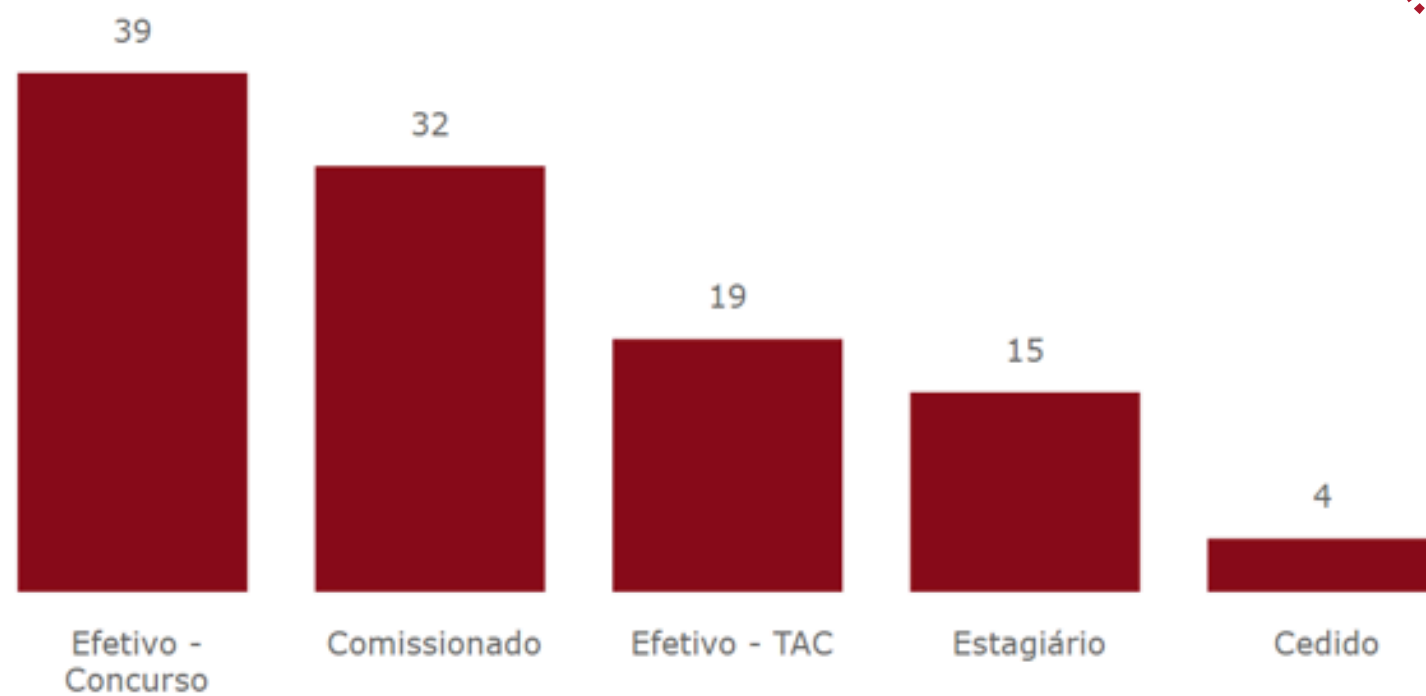
A natureza autárquica das entidades fiscalizadoras do exercício profissional, entre elas o Conselho Federal de Odontologia, constitui entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal (Mandado de Segurança 21797-9, DJ, de 18/05/2001, ADI 1.717-6, de 07/11/2022, ADC 36-DF, de 08/09/2020).

Não obstante o caráter sui generis dessa natureza autárquica, as relações entre empregados e conselhos profissionais têm seu regimento pela **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**, sendo o provimento efetivo realizado mediante concurso público.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Odontologia cumpre as obrigações legais impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas a seus empregados, bem como observa, quando devido, aspectos originários da Lei nº 8.112/90.

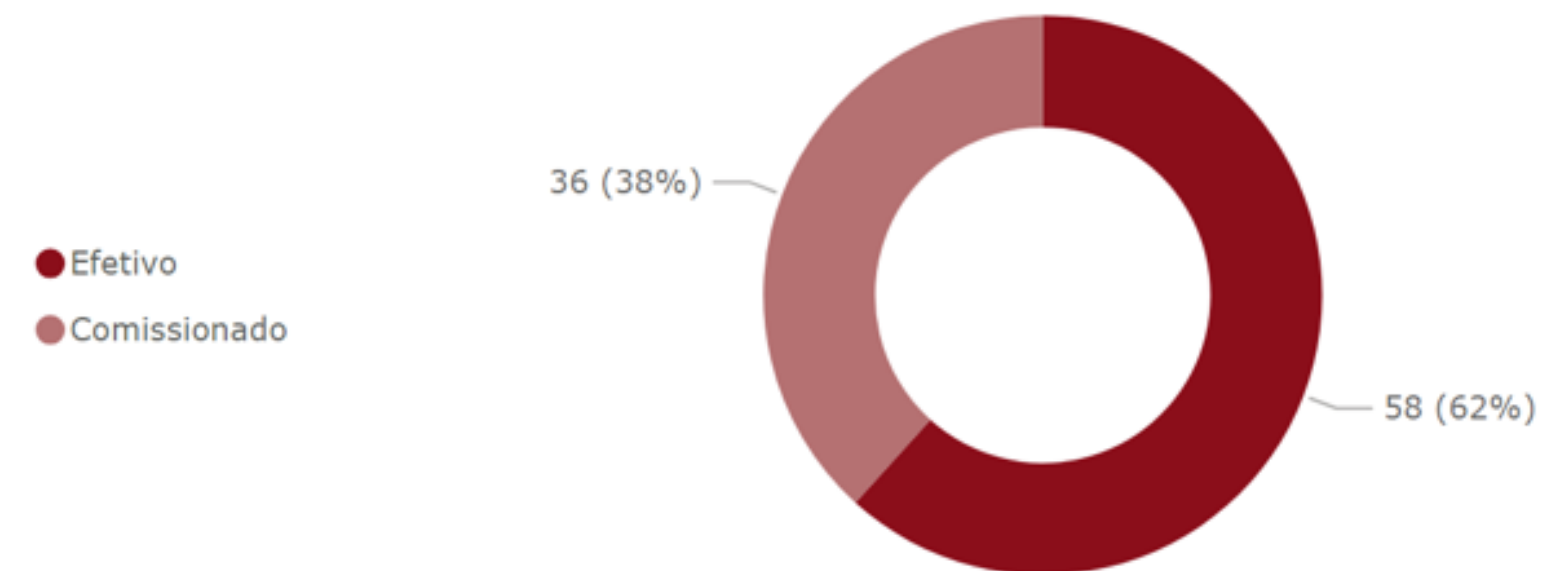
Quadro de pessoal por tipo de vínculo

109



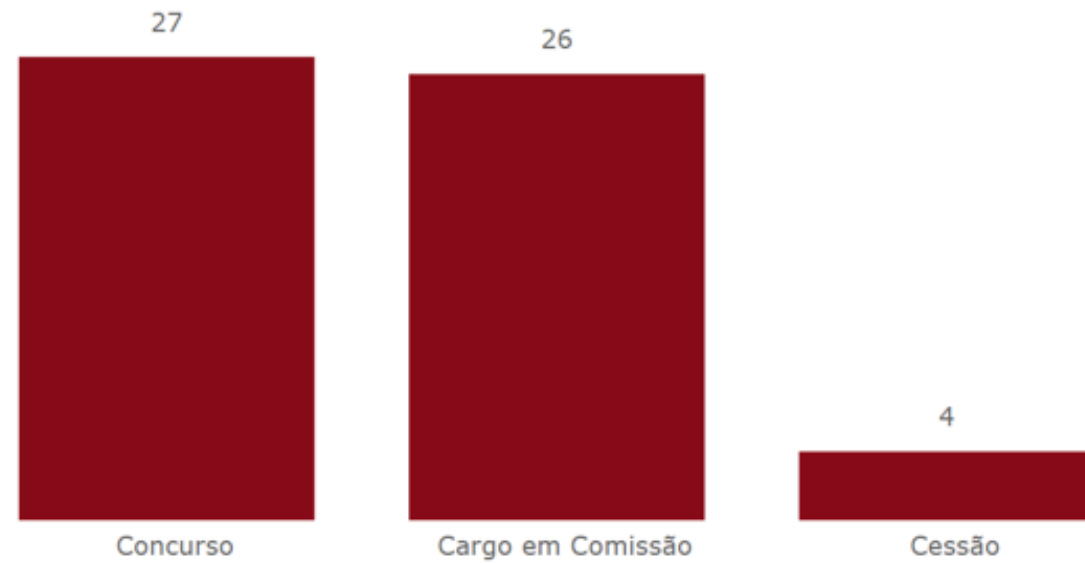
Empregados por tipo de vínculo

94



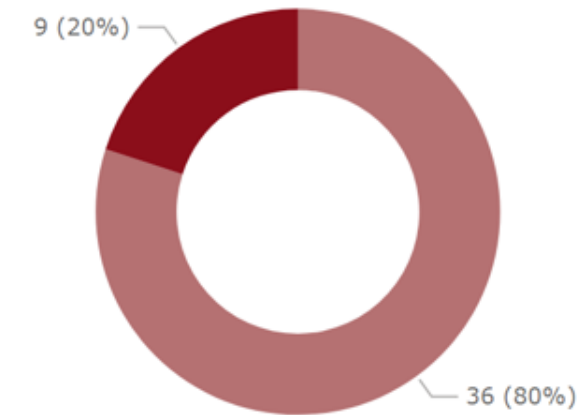
Admissões por tipo de vínculo

57



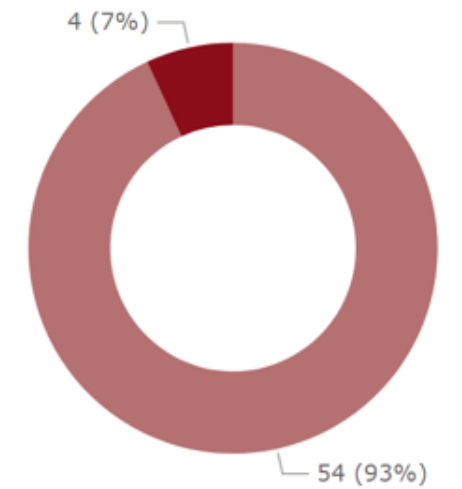
Empregos em Comissão por tipo de empregado

Comissionado
Efetivo



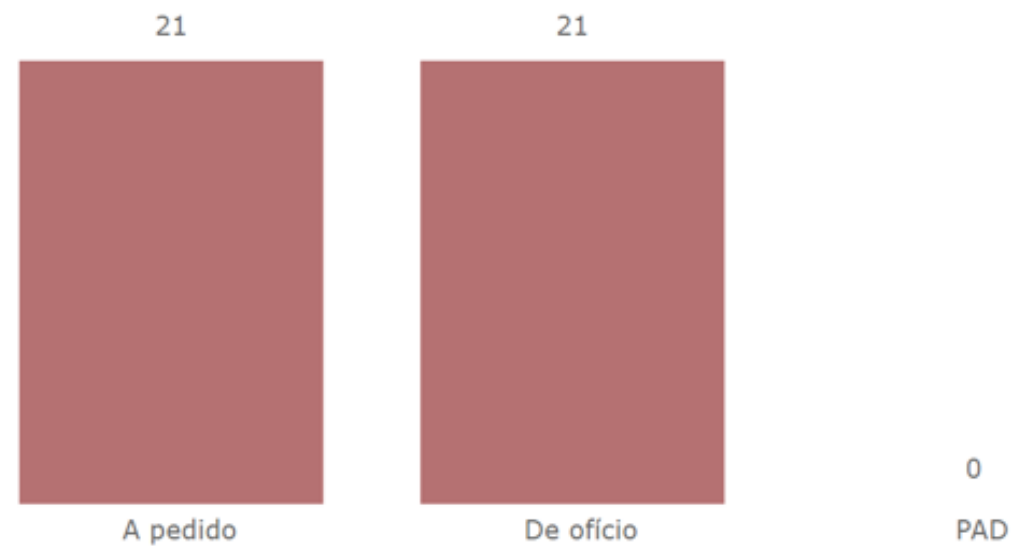
Empregados Efetivos em Função de Confiança

Não
Sim



Desligamentos por tipo

42

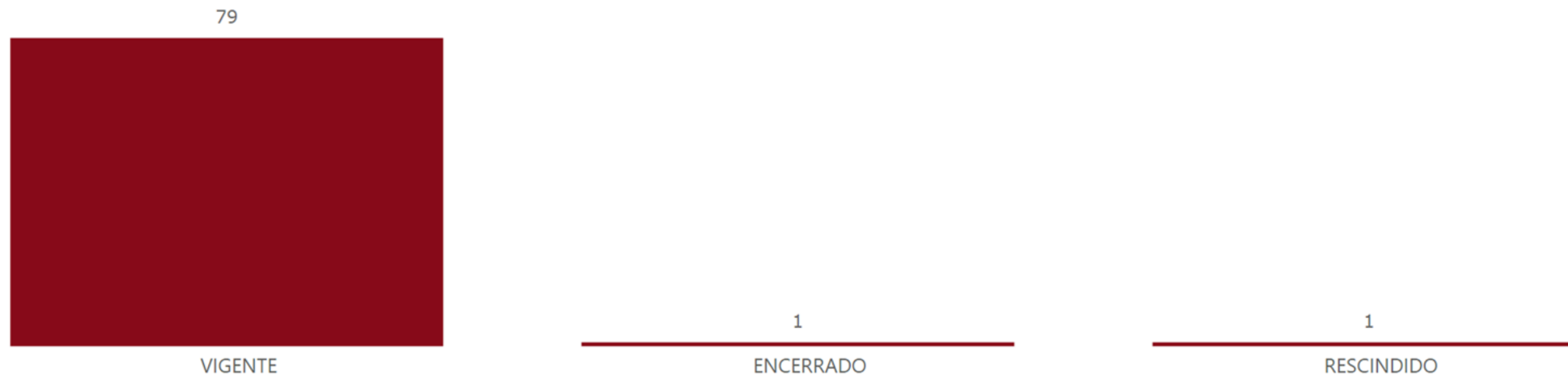


PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Motivação e desempenho de seus funcionários;
- Redução de rotatividade;
- Implementação de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração;
- Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho;
- Implementação do Plano Anual de Treinamento (PAT) para capacitação, treinamento e desenvolvimento;
- Manter e aprimorar as ações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- Qualidade de vida, saúde mental, ergonomia e conforto dos funcionários.

Contratos por status

81



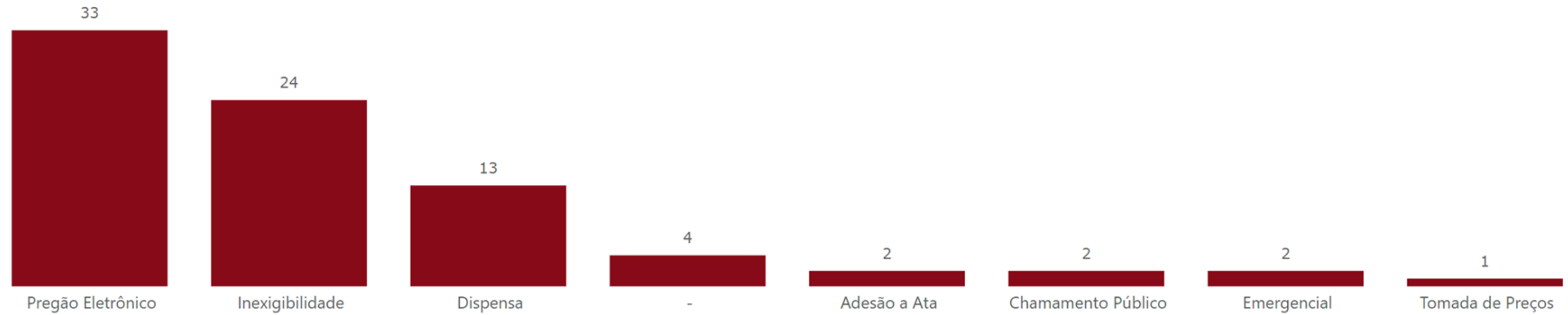
Valor anual por status do contrato

R\$70.815.339



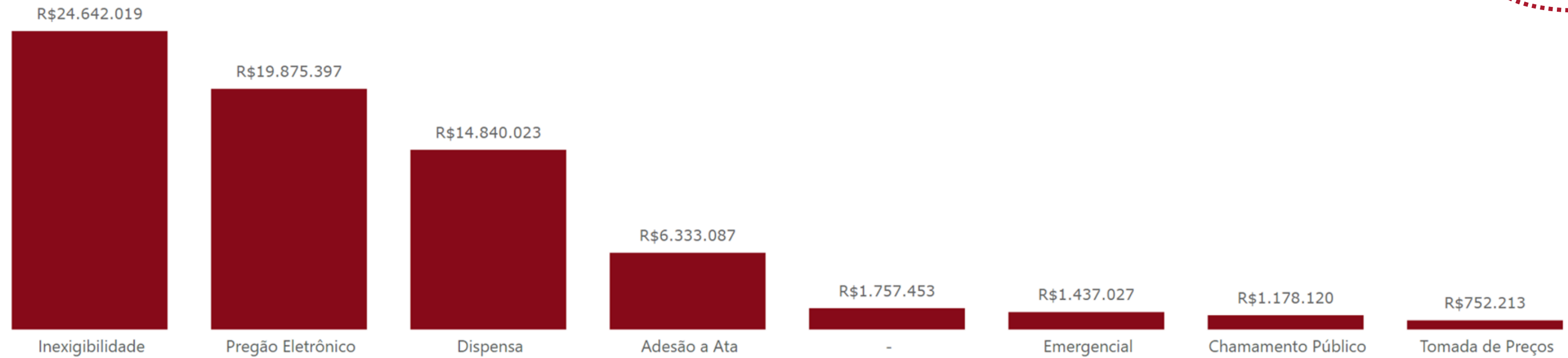
Contratos por tipo de contratação

81



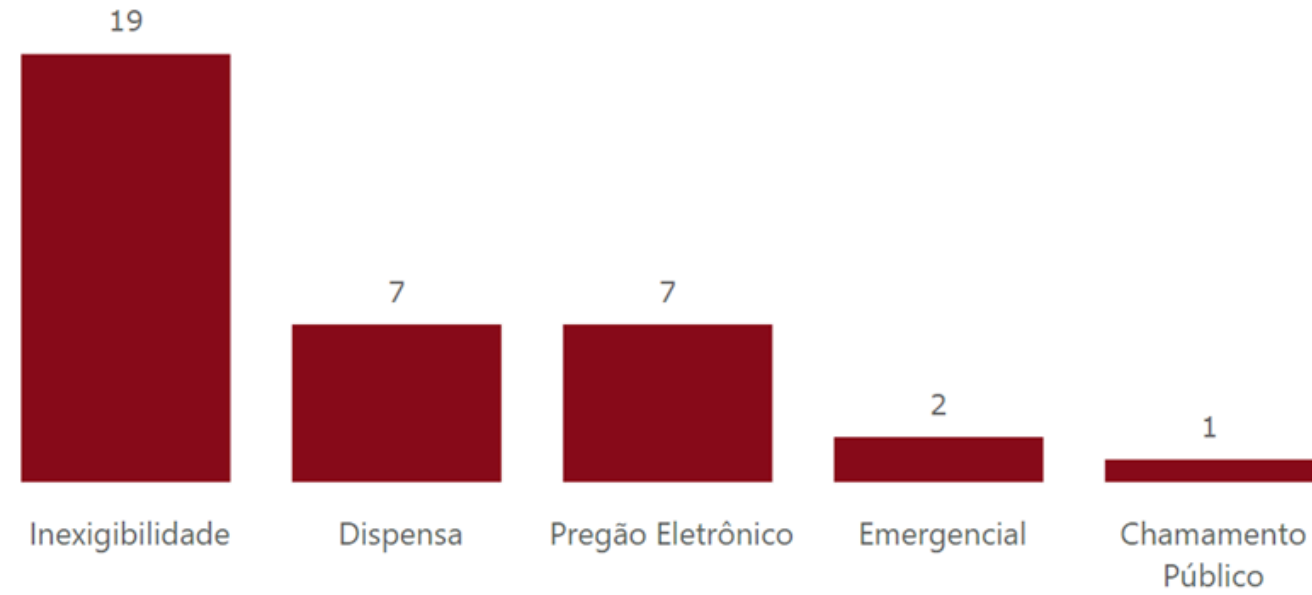
Valor anual por tipo de contratação

R\$70.815.339



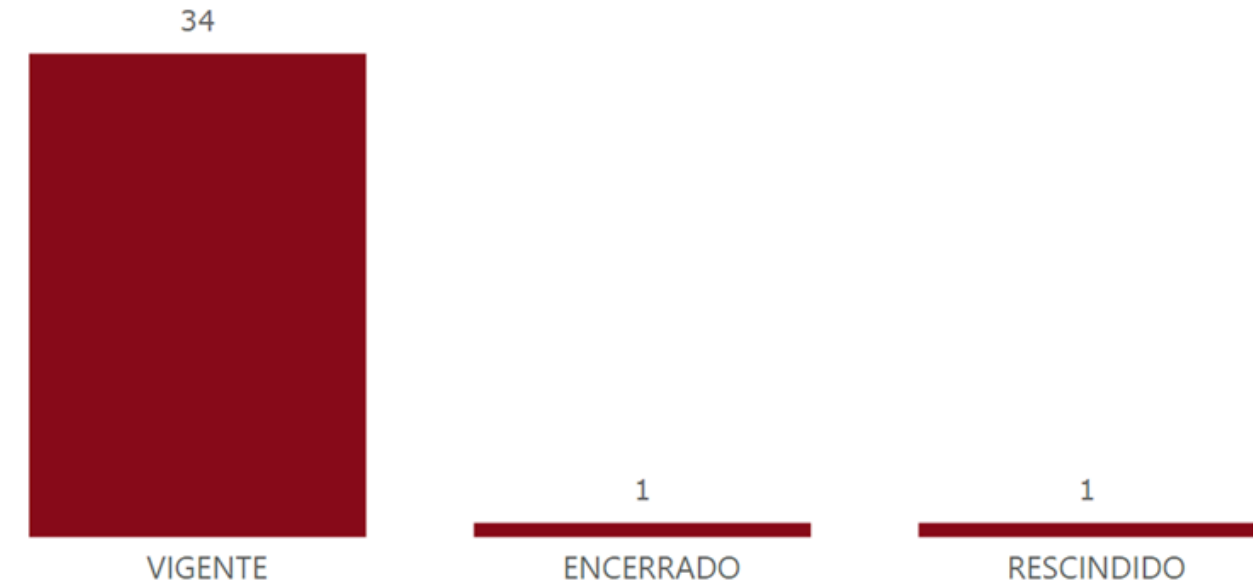
Contratos firmados em 2025 por tipo de contratação

36



Contratos firmados em 2025 por status

36



Valor anual dos contratos firmados em 2025 por tipo de contratação

R\$17.780.431



CONTEXTO DO EXERCÍCIO

O exercício de 2025 foi marcado por reestruturação institucional relevante na área de TI, em decorrência de mudanças administrativas e sucessivas alterações na liderança. Foram registradas quatro mudanças de gestão, impactando continuidade, padronização e governança.

Apesar disso, a TI manteve a sustentação dos serviços essenciais, ainda que com instabilidades pontuais em sistemas críticos, como CFO_ID e prescrição eletrônica.

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Em alinhamento com os relatórios anteriores e diretrizes do TCU, identificou-se necessidade de fortalecimento da governança. Destacam-se:

- Ausência de indicadores consolidados
- Baixa formalização de processos e baixa maturidade
- Dependência de conhecimento individual
- Alta demanda reprimida e instabilidade de sistemas

O PDTI surge como principal instrumento estruturante para reorganização da TI.

Houve interrupções temporárias em sistemas estratégicos: CFO-ID, Prescrição Eletrônica e Carteiras físicas, decorrentes de reestruturação e revisão técnica.

SISTEMAS DE APOIO

- SISDOC.NET - Gestão de Documentos
- PROCESSOS.NET - Gestão de Processos
- SISCAF.NET - Gestão de Inscritos
- SISCONT.NET - Gestão de Contabilidade
- SISPAD.NET - Gestão de Passagens e Diárias
- Portal da Transparência
- Rotina de Backup
- Site Corporativo

CONTRATOS DE TI

- Wi-Fi corporativo
- PDTI (Fundação Vanzolini)
- Tablets e televisores
- Pagamento eletrônico
- Internet CIOSP

DESEMPENHO OPERACIONAL (GLPI)

No exercício de 2025, foram registrados 5.967 chamados no sistema de gestão de serviços de TI (GLPI), os quais foram analisados e classificados com base em seu conteúdo descritivo.

Verificou-se predominância de demandas relacionadas ao sistema de identidade digital (CFO_ID), seguido por atendimentos classificados como "Outros" e solicitações referentes a acesso e credenciais.

Observou-se ainda que a maior parte dos chamados encontra-se na situação "Pendente", representando 45,68% do total, o que indica a necessidade de aprimoramento nos fluxos de atendimento e resolução.

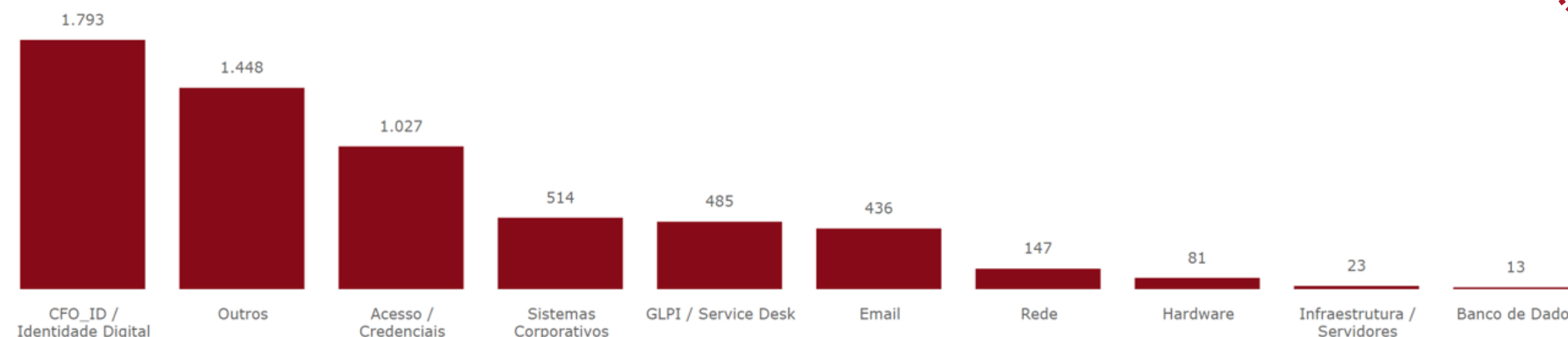
Destaca-se também a relevância das demandas relacionadas à sustentação de sistemas corporativos e ao suporte ao usuário, evidenciando a atuação contínua da área de Tecnologia da Informação na manutenção dos serviços institucionais.

Recomenda-se a adoção de melhorias nos processos de categorização e tratamento de chamados, com vistas ao aumento da eficiência operacional e à qualificação das informações gerenciais.

AÇÕES FUTURAS

- Implementação do PDTI
- Reestruturação do GLPI
- Evolução do CFO_ID
- Automação de processos
- Integração com a Receita Federal e com o Gov.Br
- Segurança da informação
- Documentação e padronização

Chamados de TI por tipo



Chamados de TI por status

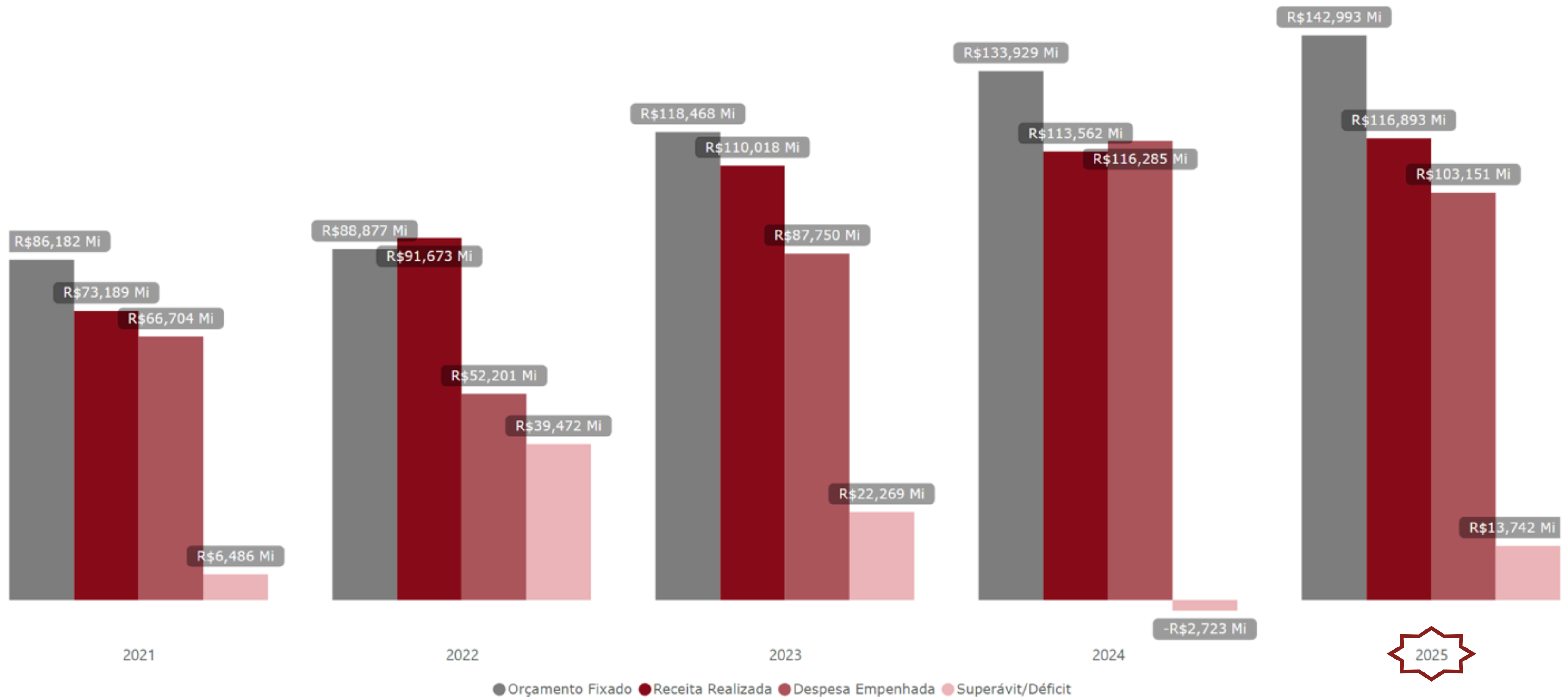


INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

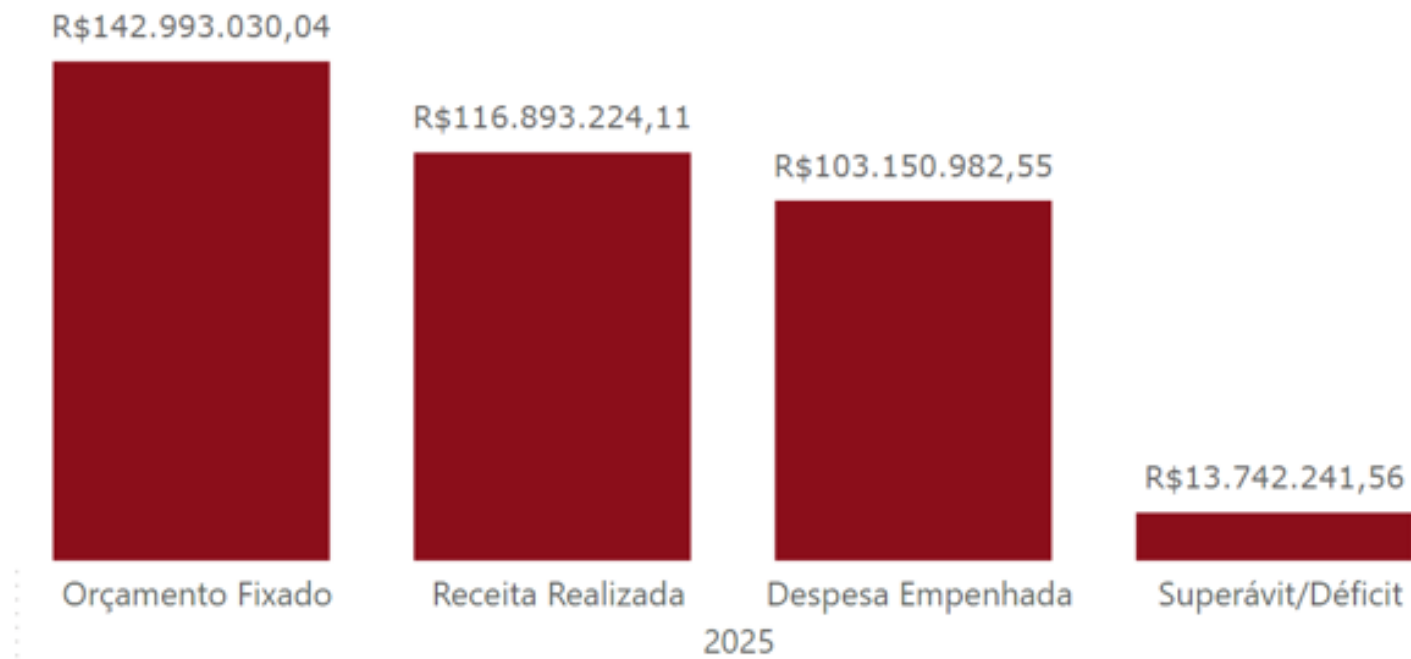
A execução orçamentária é um processo dinâmico e complexo que envolve o desembolso, controle e monitoramento dos recursos financeiros de uma organização para garantir o cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no orçamento. O gráfico abaixo representa a evolução orçamentária das receitas e despesas orçadas na proposta orçamentária com as realizadas nos últimos 5 anos.

A análise histórica demonstra que, entre 2021 e 2025, o CFO manteve resultados majoritariamente superavitários, com exceção pontual de 2024, em que houve déficit de pequena magnitude frente ao volume orçamentário. Já em 2025, verifica-se a retomada do superávit, reforçando a capacidade de ajuste e controle da gestão.

Resultado Orçamentário por ano



Resultado Orçamentário

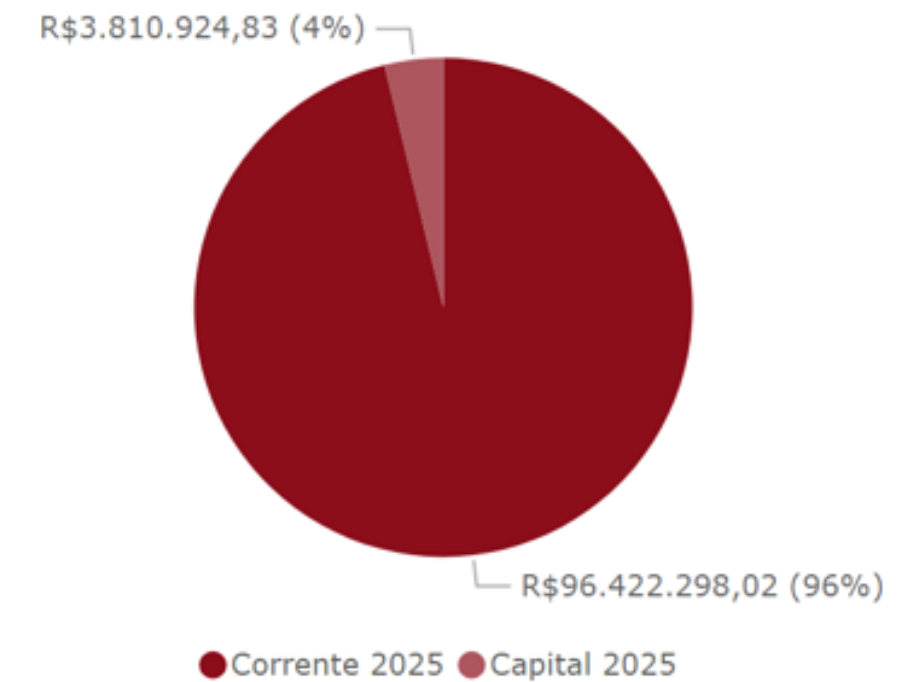


No exercício de 2025, o orçamento fixado atingiu o montante de R\$ 142.993.030,04, com receita realizada de R\$ 116.893.224,11 e despesa empenhada de R\$ 103.150.982,55, resultando em superávit orçamentário de R\$ 13.742.241,56. Esse resultado reafirma o compromisso da Autarquia com o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade financeira de suas atividades.

Receita por estágio

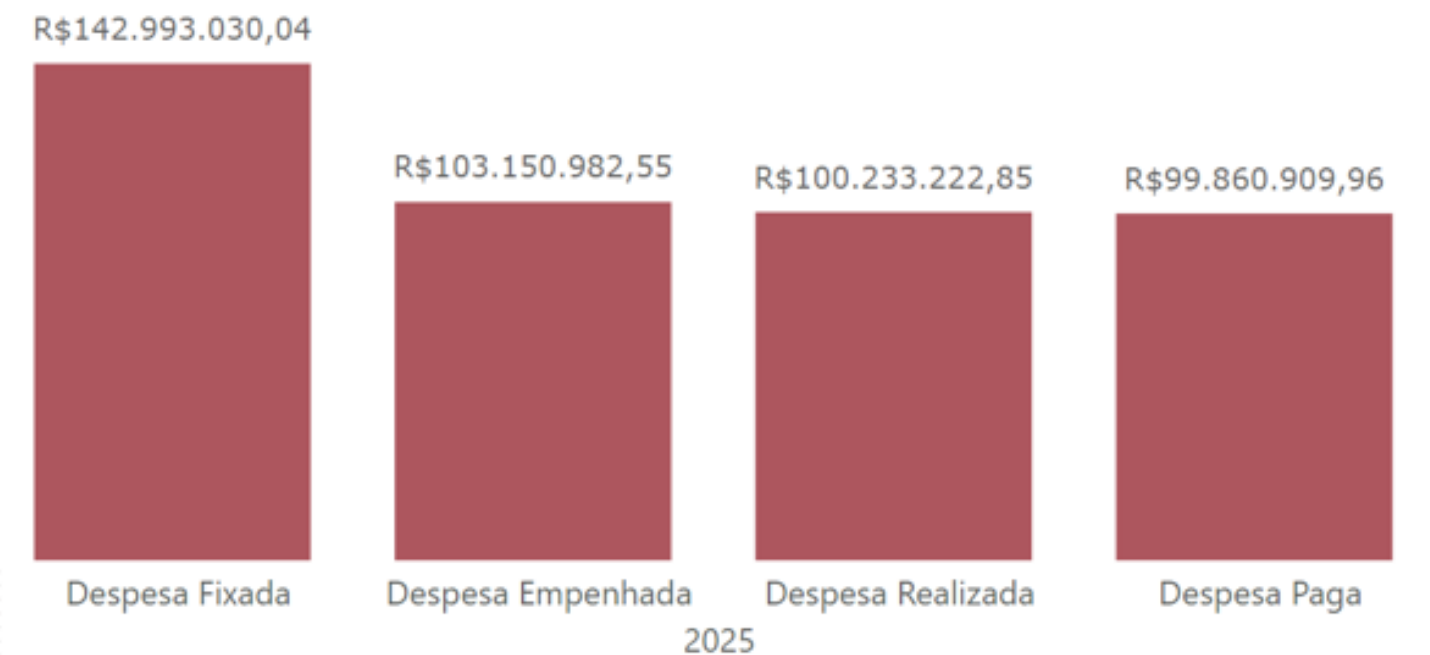


Despesa por categoria



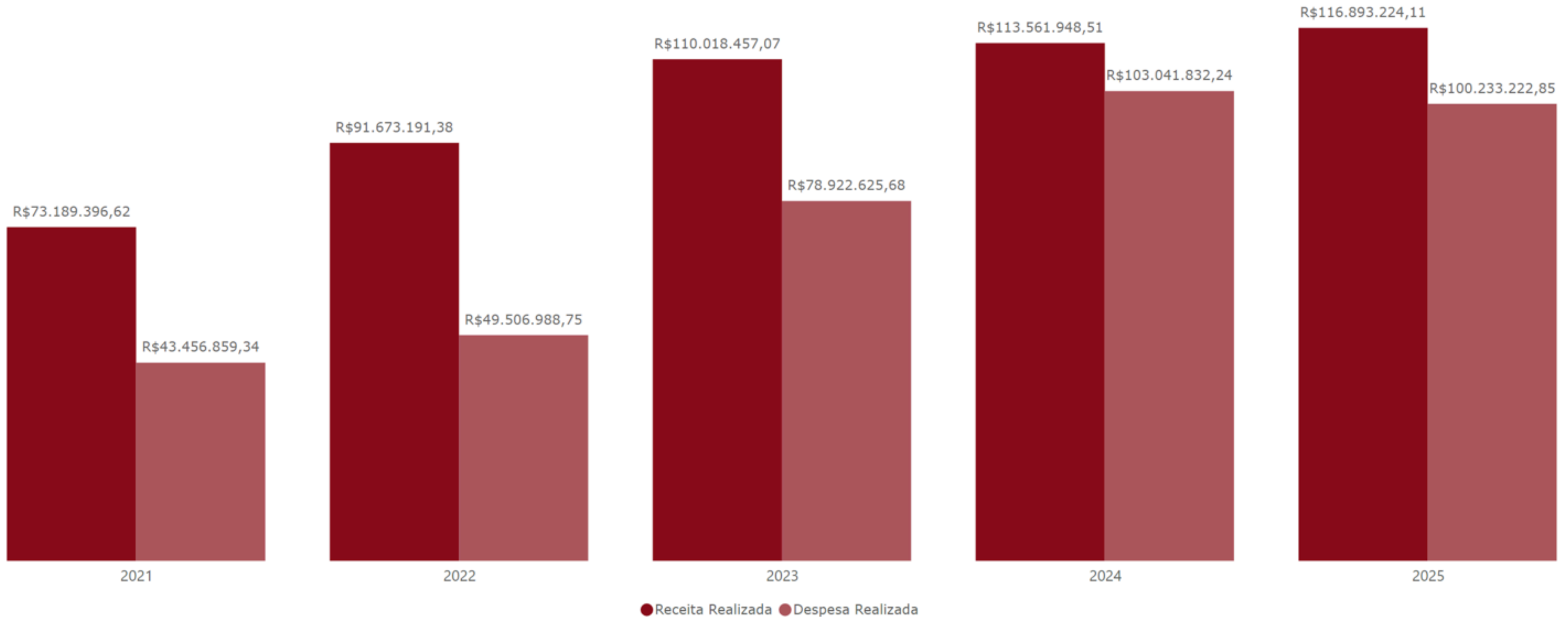
Observa-se, ainda, que a maior parte das receitas decorre de contribuições institucionais (cota-parte), que representam a principal fonte de arrecadação, seguidas pelas receitas financeiras e outras receitas correntes. Do lado das despesas, há predominância dos gastos correntes, especialmente com manutenção administrativa e pessoal, o que é característico da natureza operacional da entidade.

Despesa por estágio



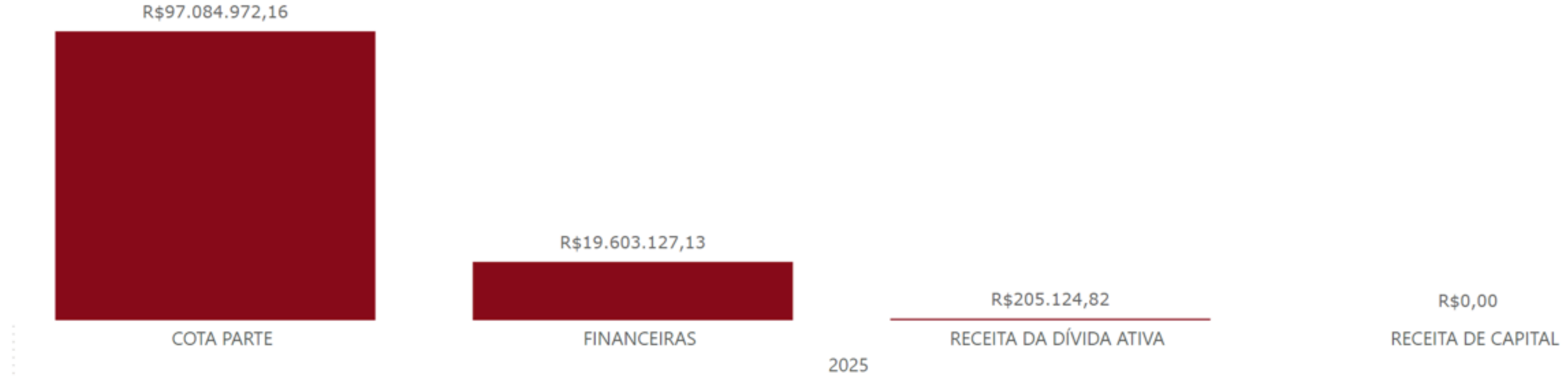
A execução orçamentária do exercício reflete uma gestão pautada na responsabilidade fiscal, no planejamento e na eficiência na alocação de recursos, assegurando o pleno funcionamento das atividades institucionais e o atendimento às finalidades legais da Autarquia.

Receita Realizada x Despesa Realizada



Receita realizada por tipo

R\$116.893.224,11



Despesa realizada por tipo

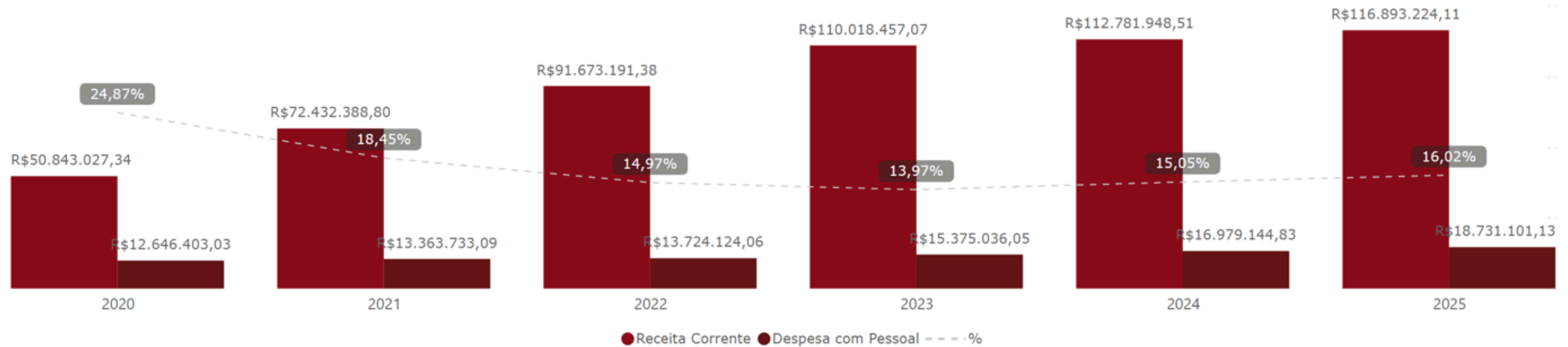
R\$100.233.222,85



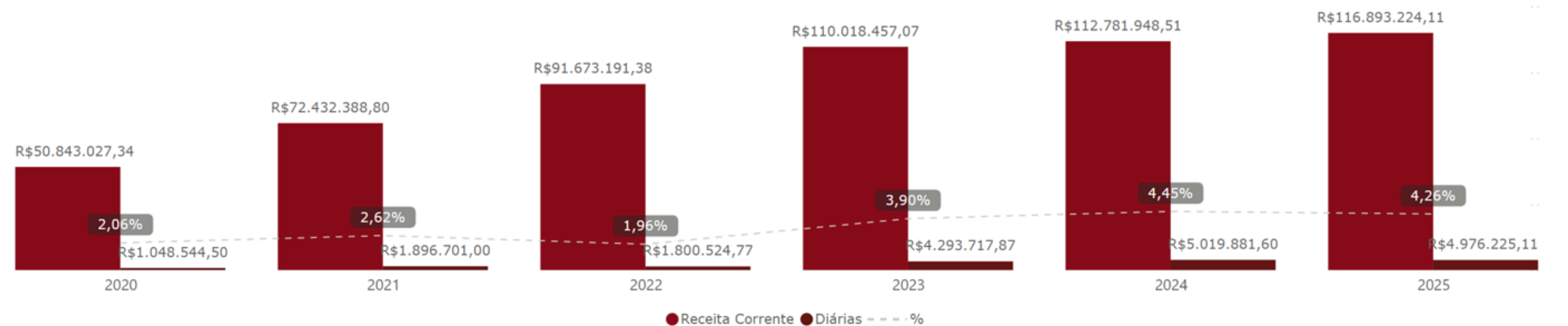
A Lei complementar N° 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece na esfera Federal o limite máximo para gastos com pessoal em 50% da receita corrente líquida. De acordo com os dados apresentados no gráfico abaixo, nota-se que o Conselho Federal de Odontologia encontra-se com percentual dentro do limite prudencial.

As despesas com diárias, por sua vez, mantiveram-se em níveis moderados, representando cerca de 4,26% da receita corrente, compatíveis com a dinâmica institucional e as demandas de representação, sem apresentar mudanças significativas frente ao ano anterior.

Receita Corrente x Despesa com Pessoal (LRF)



Receita Corrente x Despesa com Diárias



A Gerência Contábil do Conselho Federal de Odontologia - GERCON, de acordo com o Regimento Interno - Resolução CFO 034 de 29/10/2002 compõe a estrutura organizacional do CFO e conforme parágrafo único do artigo 69 exerce a competência organizacional para proceder aos registros de contabilidade da autarquia, levantamento de balancetes e demais demonstrações contábeis, dentre outras atividades.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da autarquia e o arcabouço documental que deu suporte aos registros. Todavia, antes da efetiva declaração, cabe fazer algumas considerações e ressalvas para melhor esclarecer sobre os serviços que originaram o levantamento da situação econômico-financeira do CFO e dar maior clareza as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

O tratamento dos documentos e consequentes registros contábeis efetuados pelo CFO foram realizados, via de regra, diariamente, por meio do SISCONT_NET, sistema contábil fornecido pela empresa Implanta Informática, com os trabalhos de registros feitos pelo serviço de contabilidade da Gerência Contábil do CFO, conforme citado. A verificação e instrução dos documentos em processos de recebimentos e de pagamentos realizados, que dão suportes aos lançamentos contábeis foi realizada, no âmbito da Gerência Financeira, previamente precedida dos procedimentos de compras e licitação, gerenciadas por setor próprio.

É importante registrar a atuação efetiva de natureza fiscalizatória da Comissão de Tomada de Contas do CFO, com apoio técnico de empregado(a) designado(a) especificamente para realização dos trabalhos de análise dos documentos e dos consequentes registros de gestão, em observância ao princípio da segregação de função, com reuniões periódicas e sucessivas, conforme se demonstra no site de transparência do CFO.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia - CFO são as seguintes:

Balanço Patrimonial - evidencia os ativos e passivos da autarquia;

Balanço Orçamentário - traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;

Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa - visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas no decorrer do exercício;

Demonstração das Variações Patrimoniais - neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) e,

Notas Explicativas - são informações adicionais às apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Por fim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes no Brasil, como: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e as Normas internas do CFO.

DECLARAÇÃO

No que concerne à regularidade da peças contábeis, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, regidos no que couber aos Conselhos de Fiscalização, pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2025, refletem nos seus aspectos mais relevantes à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Odontologia, **ainda que não tenham sido realizados serviços de auditoria independente no CFO.**

Brasília, fevereiro de 2026.

Márcio da Silva Marcellino
CRC-RJ nº 091.904/O - Gerência Contábil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PERÍODO 01/01/2025 A 31/12/2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	138.508.030,04	138.508.030,04	116.893.224,11	-21.614.805,93
COTA PARTE	116.828.689,05	116.828.689,05	97.084.972,16	-19.743.716,89
FINANCEIRAS	20.879.340,99	20.879.340,99	19.603.127,13	-1.276.213,86
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	20.879.340,99	20.879.340,99	19.603.127,13	-1.276.213,86
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	20.879.340,99	20.879.340,99	19.603.127,13	-1.276.213,86
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	800.000,00	800.000,00	205.124,82	-594.875,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	199.538,21	-200.461,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	199.538,21	-200.461,79
RECEITAS DIVERSAS	400.000,00	400.000,00	5.586,61	-394.413,39
RECEITA DE CAPITAL	4.485.000,00	4.485.000,00	0,00	-4.485.000,00
ALIENACAO DE BENS	4.485.000,00	4.485.000,00	0,00	-4.485.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	4.485.000,00	4.485.000,00	0,00	-4.485.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	142.993.030,04	142.993.030,04	116.893.224,11	-26.099.805,93
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	142.993.030,04	142.993.030,04	116.893.224,11	-26.099.805,93

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	121.733.030,04	133.933.030,04	96.988.214,33	96.422.298,02	96.049.985,13	36.944.815,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.660.667,53	20.960.667,53	18.731.101,13	18.731.101,13	18.367.904,93	2.229.566,40
REMUNERAÇÃO PESSOAL	14.354.359,64	16.254.359,64	14.555.030,90	14.555.030,90	14.555.030,90	1.699.328,74
ENCARGOS PATRONAIS	4.306.307,89	4.706.307,89	4.176.070,23	4.176.070,23	3.812.874,03	530.237,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.894.114,42	87.394.114,42	57.188.076,97	56.622.160,66	56.613.043,97	30.206.037,45
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.941.000,00	6.341.000,00	5.359.957,15	5.359.957,15	5.359.957,15	981.042,85
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	360.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	58.983.114,42	69.483.114,42	42.745.249,16	42.179.332,85	42.170.216,16	26.737.865,26
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.610.000,00	11.510.000,00	9.082.870,66	9.082.870,66	9.082.870,66	2.427.129,34
CONTRIBUIÇÕES	21.429.048,09	19.329.048,09	15.699.048,08	15.699.048,08	15.699.048,08	3.630.000,01
SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.279.200,00	4.779.200,00	4.512.751,77	4.512.751,77	4.512.751,77	266.448,23
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	120.000,00	120.000,00	86.971,23	86.971,23	86.971,23	33.028,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.000.000,00	1.300.000,00	759.357,60	759.357,60	759.357,60	540.642,40
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	350.000,00	50.000,00	10.907,55	10.907,55	10.907,55	39.092,45
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	21.260.000,00	9.060.000,00	6.162.768,22	3.810.924,83	3.810.924,83	2.897.231,78
INVESTIMENTOS	9.260.000,00	1.560.000,00	153.243,20	153.243,20	153.243,20	1.406.756,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	7.260.000,00	1.560.000,00	153.243,20	153.243,20	153.243,20	1.406.756,80
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	3.000.000,00	1.606.931,04	1.606.931,04	1.606.931,04	1.393.068,96
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	3.000.000,00	1.606.931,04	1.606.931,04	1.606.931,04	1.393.068,96
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	12.000.000,00	4.500.000,00	4.402.593,98	2.050.750,59	2.050.750,59	97.406,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.000.000,00	4.500.000,00	4.402.593,98	2.050.750,59	2.050.750,59	97.406,02
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	142.993.030,04	142.993.030,04	103.150.982,55	100.233.222,85	99.860.909,96	39.842.047,49
SUPERÁVIT	0,00	0,00	13.742.241,56	0,00	0,00	13.742.241,56
TOTAL	142.993.030,04	142.993.030,04	116.893.224,11	100.233.222,85	99.860.909,96	26.099.805,93

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	2.391.879,84	3.743.288,30	3.523.612,73	3.523.612,73	2.611.555,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.391.879,84	3.723.288,30	3.503.612,73	3.503.612,73	2.611.555,41	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.006.333,97	9.500.000,00	4.827.693,21	0,00	1.178.640,76	5.500.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	2.006.333,97	9.500.000,00	4.827.693,21	0,00	1.178.640,76	5.500.000,00
TOTAL:	4.398.213,81	13.243.288,30	8.351.305,94	3.523.612,73	3.790.196,17	5.500.000,00

O **Balanço Orçamentário** é uma ferramenta importante para o controle financeiro e a tomada de decisões do CFO, pois permite que gestores e stakeholders avaliem o desempenho financeiro da organização em relação às metas e objetivos estabelecidos no orçamento. Ele fornece uma visão clara das finanças da organização e ajuda a identificar áreas que podem exigir ajustes orçamentários ou ações corretivas.

Por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas no orçamento com aquelas efetivamente realizadas. O superávit orçamentário do período totaliza R\$ 13.742.241,56.

O **Balanço Financeiro** tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO - PERÍODO 01/01/2025 A 31/12/2025 E PERÍODO ANTERIOR 01/01/2024 A 31/12/2024

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	116.893.224,11	113.561.948,51	Despesa Orçamentária	103.150.982,55	116.285.120,54
RECEITA REALIZADA	116.893.224,11	113.561.948,51	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.917.759,70	13.243.288,30
RECEITA CORRENTE	116.893.224,11	112.781.948,51	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	372.312,89	614.112,50
COTA PARTE	97.084.972,16	94.626.396,93	CREDITO EMPENHADO – PAGO	99.860.909,96	102.427.719,74
FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70	DESPESA CORRENTE	96.049.985,13	97.982.239,20
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	19.603.127,13	17.949.139,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.555.030,90	13.119.836,97
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70	ENCARGOS PATRONAIS	3.812.874,03	3.538.294,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	205.124,82	206.411,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.613.043,97	56.826.309,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	199.538,21	136.380,45	CONTRIBUIÇÕES	15.699.048,08	17.902.757,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	199.538,21	136.380,45	SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.512.751,77	3.462.598,61
RECEITAS DIVERSAS	5.586,61	70.031,43	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	86.971,23	43.668,25
RECEITA DE CAPITAL		780.000,00	SENTENÇAS JUDICIAIS	759.357,60	3.088.066,08
ALIENACAO DE BENS		780.000,00	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	10.907,55	707,51
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		780.000,00	DESPESA DE CAPITAL	3.810.924,83	4.445.480,54
			INVESTIMENTOS	153.243,20	406.000,00
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.606.931,04	
			OUTRAS DESPESAS CAPITAL	2.050.750,59	4.039.480,54
			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	36.222.965,27	38.212.017,29	Pagamentos Extraorçamentários	84.686.387,11	32.119.744,14
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.917.759,70	13.243.288,30	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.523.612,73	4.685.578,98
Inscrição de Restos a Pagar Processados	372.312,89	614.112,50	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.134.534,96	3.385.251,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	198.158,82	108.236,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	99.995,80	73.886,21
Outros Recebimentos Extraorçamentários	32.734.733,86	24.246.380,18	Outros Pagamentos Extraorçamentários	77.928.243,62	23.975.026,97
Saldo em espécie do Exercício Anterior	183.274.759,39	179.905.658,27	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	148.553.579,11	183.274.759,39
Caixa e Equivalente de Caixa	183.098.893,81	179.764.142,79	Caixa e Equivalente de Caixa	148.287.262,25	183.098.893,81
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	175.865,58	141.515,48	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	266.316,86	175.865,58
Total:	336.390.948,77	331.679.624,07		336.390.948,77	331.679.624,07

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2025

BALANÇO E VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O **Balanço Patrimonial** tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Entidade por meio de contas representativas do patrimônio por ela gerido. Ele fornece uma visão geral dos recursos e obrigações da empresa e é frequentemente utilizado por investidores, credores, analistas financeiros e outros stakeholders para tomar decisões informadas.

BALANÇO PATRIMONIAL - PERÍODO 01/01/2025 A 31/12/2025 E PERÍODO ANTERIOR 01/01/2024 A 31/12/2024

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	151.878.903,05	185.202.516,94	PASSIVO CIRCULANTE	7.997.946,24	5.728.148,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	148.287.262,25	183.098.893,81	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.821.146,17	1.395.255,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.814.769,59	1.105.865,58	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.847.090,17	4.157.028,07
ESTOQUES	537.209,22	632.162,31	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	239.661,99	365.595,24	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	329.709,90	175.865,58
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	25.544.446,41	26.052.646,41	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
IMOBILIZADO	25.544.446,41	26.052.646,41	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	4.144.336,61	4.056.220,54	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	24.042.656,32	24.042.656,32	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47	47.812,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.690.358,99	2.094.042,92	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	7.997.946,24	5.728.148,68
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	19.047.799,57	19.047.799,57
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	150.377.603,65	186.479.215,10
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.425.403,22	205.527.014,67
TOTAL	177.423.349,46	211.255.163,35	TOTAL	177.423.349,46	211.255.163,35
ATIVO FINANCEIRO	195.098.445,80	184.240.354,63	PASSIVO FINANCEIRO	12.887.445,56	20.425.042,09
ATIVO PERMANENTE	17.675.096,34	27.014.808,72	PASSIVO PERMANENTE	896.380,54	312.728,86
SALDO PATRIMONIAL				163.639.523,36	190.517.392,40
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	182.211.000,24		163.815.312,54		

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2025

BALANÇO E VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das **Variações Patrimoniais** visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. O Balanço apresenta um déficit patrimonial na ordem de R\$ 36.101.611,45, ocasionado sobretudo pelo ajuste de perda de investimento no período, que totalizou R\$ 45.693.683,01.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PERÍODO 01/01/2025 A 31/12/2025 E PERÍODO ANTERIOR 01/01/2024 A 31/12/2024

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	117.298.630,12	113.576.126,19	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	153.400.241,57	108.751.391,64
CONTRIBUIÇÕES	97.084.972,16	94.626.396,93	PESSOAL E ENCARGOS	24.180.927,65	22.524.402,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	97.084.972,16	94.626.396,93	REMUNERACAO DE PESSOAL	14.628.393,70	13.151.733,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	97.084.972,16	94.626.396,93	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	14.628.393,70	13.151.733,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70	ENCARGOS PATRONAIS	4.192.576,80	3.863.189,61
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	4.192.576,80	3.863.189,61
MULTAS SOBRE ANUIDADES	19.603.127,13	17.949.139,70	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.359.957,15	5.509.479,44
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	35.938,35	794.177,68	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	5.359.957,15	5.509.479,44
GANHOS COM ALIENACAO	0,00	780.000,00	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	55.380.295,97	54.424.435,40
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	780.000,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.579.939,01	3.958.435,08
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	35.938,35	14.177,68	CONSUMO DE MATERIAL	2.579.939,01	3.958.435,08
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	35.938,35	14.177,68	SERVIÇOS	52.185.877,23	49.756.455,19
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	574.592,48	206.411,88	DIÁRIAS CIVIL	5.037.318,95	5.018.781,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	574.592,48	206.411,88	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	9.940.753,17	8.238.330,07
INDENIZAÇÕES	199.538,21	136.380,45	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	37.207.805,11	36.499.343,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	375.054,27	70.031,43	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	614.479,73	709.545,13
			DEPRECIACAO	614.479,73	709.545,13
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.512.751,77	3.462.598,61
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4.512.751,77	3.462.598,61
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.512.751,77	3.462.598,61
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6.878.443,80	6.275.098,63
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.878.443,80	6.275.098,63
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.878.443,80	6.275.098,63
			DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	45.871.537,92	684.657,43
			REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	45.693.683,01	0,00
			REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	45.693.683,01	0,00
			PERDAS COM ALIENACAO	52.714,74	456.735,82
			PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	52.714,74	456.735,82
			PERDAS INVOLUNTARIAS	125.140,17	227.921,61
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	125.140,17	227.921,61
			TRIBUTARIAS	15.806.019,31	18.291.425,85
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	86.971,23	43.668,25
			IMPOSTOS	86.971,23	43.668,25
			CONTRIBUICOES	15.719.048,08	18.247.757,60
			CONTRIBUICOES	15.719.048,08	18.247.757,60
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	770.265,15	3.088.773,59
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	770.265,15	3.088.773,59
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	770.265,15	3.088.773,59
Total das Variações Ativas :	117.298.630,12	113.576.126,19	Total das Variações Passivas :	153.400.241,57	108.751.391,64
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício	36.101.611,45		Superávit do Exercício		4.824.734,55
Total	153.400.241,57	113.576.126,19	Total	153.400.241,57	113.576.126,19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A **demonstração de fluxo de caixa** visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade. O Balanço apresenta uma geração líquida de caixa negativa em R\$ 34.811.631,56, ocasionado sobretudo pelo ajuste de perda de investimento no período, que totalizou R\$ 45.693.683,01.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO 01/01/2025 A 31/12/2025 E PERÍODO ANTERIOR 01/01/2024 A 31/12/2024

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	149.922.329,41	137.136.565,00
RECEITA CORRENTE	116.893.224,11	112.781.948,51
COTA PARTE	97.084.972,16	94.626.396,93
FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	19.603.127,13	17.949.139,70
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19.603.127,13	17.949.139,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	205.124,82	206.411,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	199.538,21	136.380,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	199.538,21	136.380,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	5.586,61	70.031,43
OUTROS INGRESSOS	33.029.105,30	24.354.616,49
DESEMBOLSOS	180.923.036,14	130.112.916,06
DESPESA CORRENTE	96.049.985,13	97.982.239,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.555.030,90	13.119.836,97
ENCARGOS PATRONAIS	3.812.874,03	3.538.294,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.613.043,97	56.826.309,35
CONTRIBUIÇÕES	15.699.048,08	17.902.757,60
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.512.751,77	3.462.598,61
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	86.971,23	43.668,25
SENTENÇAS JUDICIAIS	759.357,60	3.088.066,08
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	10.907,55	707,51
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	84.873.051,01	32.130.676,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-31.000.706,73	7.023.648,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	780.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	780.000,00
DESEMBOLSOS	153.243,20	406.000,00
INVESTIMENTOS	153.243,20	406.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.606.931,04	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	2.050.750,59	4.039.480,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.810.924,83	-3.665.480,54
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-34.811.631,56	3.358.168,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	183.098.893,81	179.764.142,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	148.287.262,25	183.098.893,81

A gestão patrimonial e de infraestrutura do CFO no exercício de 2025 encontra-se alinhada ao Objetivo Estratégico nº 6 - Aprimorar o Planejamento Financeiro e Orçamentário, constante no Planejamento Estratégico Institucional 2020-2025.



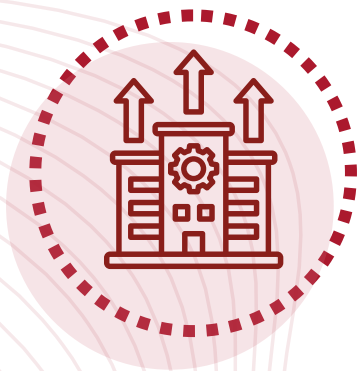
• Patrimônio e Infraestrutura

- Em 2025, o CFO investiu **R\$ 157.954,47** em equipamentos, sendo R\$ 116.043,20 em equipamentos de informática e R\$ 41.911,27 em máquinas e aparelhos. Ademais, pode-se considerar também como investimento o valor de **R\$ 5.342.444,16** repassado aos CRO's através do Programa para Aquisição, Ampliação, Reforma ou Construção de Sede (PROINFRA).



• Ativos

- Não houve desfazimento de ativos no exercício de 2025, além das baixas por doação, e estas estão adstritas à doação de tablets aos CRO's, totalizando **R\$ 51.440,32**, visando apoiar o desempenho das atividades finalísticas do Sistema de Conselhos de Odontologia.



• Locações

- As locações de bens e equipamentos no exercício de 2025 constituem **R\$ 4.038.411,61**, sendo R\$ 460.270,44 relativo à Locação de Bens Imóveis e Condomínios, R\$ 3.450.784,51 relativo à Locação de Veículos e R\$ 127.356,66 relativo à Locação de Equipamentos e Materiais Permanentes.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com seu domicílio em Brasília no Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a fiscalização e a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos.

As demonstrações contábeis do exercício de 2025, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN - MCASP.

Quanto à responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi fundamentada com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destas, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

NOTA 2 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2025 o montante de R\$ 148.287.262,25 aplicados em:

1.1.1.1.1.02 - BANCOS-C/MOVIMENTO	7.017,03D	196.814.933,75	196.820.519,19	1.431,59D
1.1.1.1.1.02.01 - Banco do Brasil S/A	0,00	194.936.541,56	194.936.541,56	0,00
1.1.1.1.1.02.07 - Caixa Econômica Federal - ag. 3310 - c/c 20760	3.369,29D	44.753,80	46.691,50	1.431,59D
1.1.1.1.1.02.09 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Suprimento Aluizio	0,00	71.098,34	71.098,34	0,00
1.1.1.1.1.02.11 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.460-8 Suprimento Karine	0,00	76.310,28	76.310,28	0,00
1.1.1.1.1.02.13 - UNICRED Agência 1720 Conta Corrente 12002-2	3.647,74D	1.653.761,12	1.657.408,86	0,00
1.1.1.1.1.02.14 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.563-9 Suprimento Marcos Tavares da Silva	0,00	32.343,35	32.343,35	0,00
1.1.1.1.1.02.15 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Suprimento Renata Araujo	0,00	125,30	125,30	0,00
1.1.1.1.1.03 - BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00	92.709.177,66	92.709.177,66	0,00
1.1.1.1.1.03.06 - Banco do Brasil S/A CC 7139-0	0,00	92.709.177,66	92.709.177,66	0,00
1.1.1.1.1.04 - DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	0,00	1.650,06	1.650,06	0,00
1.1.1.1.1.04.01 - Disponibilidade em trânsito BB 174.000-8	0,00	1.650,06	1.650,06	0,00
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	183.091.876,78D	114.668.579,53	149.474.625,65	148.285.830,66D
1.1.1.1.2.02 - BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	183.091.876,78D	114.668.579,53	149.474.625,65	148.285.830,66D
1.1.1.1.2.02.04 - BB CP Administrativo Diferenciado	94.194.798,28D	107.652.747,94	67.053.626,17	134.793.920,05D
1.1.1.1.2.02.10 - Caixa FI Mega Referenciado DI	8.625.288,64D	1.241.802,58	0,00	9.867.091,22D
1.1.1.1.2.02.11 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Aplicação de Suprimento Aluizio	18.104,99D	143.012,90	161.117,89	0,00
1.1.1.1.2.02.12 - Banco Safra - Fundos de investimento	27.163.470,59D	3.152.337,51	26.749.044,50	3.566.763,60D
1.1.1.1.2.02.13 - Solstic Capital Invest. e Participações Ltda 341.2937.23692-1	45.693.683,01D	0,00	45.693.683,01	0,00
1.1.1.1.2.02.16 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7460-8 Aplicação de Suprimento Karine	446,81D	230.353,78	223.787,31	7.013,28D
1.1.1.1.2.02.17 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7563-9 Aplicação de Suprimento Edilane França	29.518,11D	25.448,49	54.966,60	0,00
1.1.1.1.2.02.18 - Unicred Centro Sul Aplicação - conta - 012002-2	5.779.164,50D	224.369,27	6.003.533,77	0,00
1.1.1.1.2.02.19 - Unicred BTG Pactual Aplicação - Conta 005652142	1.587.401,85D	66.359,27	1.653.761,12	0,00
1.1.1.1.2.02.20 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7563-9 Aplicação de Suprimento Marcos Tavares da Silva	0,00	261.853,41	230.383,31	31.470,10D
1.1.1.1.2.02.21 - Banco Safra - Poupança Plus	0,00	1.619.359,17	1.619.359,17	0,00
1.1.1.1.2.02.22 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Aplicação de Suprimento Renata Araujo	0,00	50.935,21	31.362,80	19.572,41D

NOTA 3 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

Consta no balanço, débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Constam empréstimos concedidos a Conselhos Regionais, sendo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010 e, R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016, R\$ 406.931,04 (quatrocentos e seis mil, novecentos e trinta e um reais e quatro centavos) ao CRO do Amazonas, processo 0752/2025 e R\$ 1.200.000,00 ao CRO Rio Grande do Sul, processo 0721/2025.

Consta débito da empresa Solstic Capital Investimento e Participações Ltda no valor de R\$ 45.693.683,01 que possui ação de cobrança autuada sob o n. 1031139.93.2025.4.01.3400, foi constituída provisão para perda no período correspondente ao valor (processo 0584/2025).

1.1.3.3.2 - DEVEDORES DA ENTIDADE	500.000,00D	47.403.011,73	1.697.807,03	46.205.204,70D
1.1.3.3.2.13 - Sociedade Incorporadora Sorrento LTDA	500.000,00D	0,00	0,00	500.000,00D
1.1.3.3.2.20 - Devedores Diversos	0,00	1.709.328,72	1.697.807,03	11.521,69D
1.1.3.3.2.26 - Solstic Capital Investimento e Participações Ltda	0,00	45.693.683,01	0,00	45.693.683,01D
1.1.3.3.3 - ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS	430.000,00D	1.606.931,04	0,00	2.036.931,04D
1.1.3.3.3.01 - Cro- Alagoas	100.000,00D	0,00	0,00	100.000,00D
1.1.3.3.3.02 - Cro-Paraíba	330.000,00D	0,00	0,00	330.000,00D
1.1.3.3.3.16 - Conselho Regional de Odontologia do Amazonas	0,00	406.931,04	0,00	406.931,04D
1.1.3.3.3.17 - Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul	0,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00D
1.1.3.9 - (-) AJUSTE DE PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	45.693.683,01	45.693.683,01C
1.1.3.9.1 - (-) AJUSTE DE PERDA DE CRÉDITO	0,00	0,00	45.693.683,01	45.693.683,01C
1.1.3.9.1.01 - (-) Ajuste de Perdas de Crédito	0,00	0,00	45.693.683,01	45.693.683,01C

NOTA 5 - ESTOQUES

O Almojarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2025 representavam o saldo de R\$ 537.209,22.

1.1.5.6.1.01 - Carteiras de Identidade	551.428,33D	0,00	117.906,30	433.522,03D
1.1.5.6.1.02 - Outros Materiais	80.733,98D	30.187,08	7.233,87	103.687,19D

NOTA 4 - CONTA DEPÓSITO VINCULADA

Valores destinados a salvaguarda na contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal para a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a possibilidade de responsabilização subsidiária do poder público.

1.1.3.5.1.01 - Contrato 06/2018 - GSI Ltda	69.723,58D	53.972,01	47.926,19	75.769,40D
1.1.3.5.1.06 - Contrato CFO nº 03/2023 - Green House Serviços	41.450,23D	28.588,20	7.141,87	62.896,56D
1.1.3.5.1.07 - Contrato 04/2023 - Interativa Facilities LTDA	6.783,36D	9.552,76	10.580,32	5.755,80D
1.1.3.5.1.08 - Contrato 11/2023 - Ativa Brigadista LTDA	56.272,08D	25.801,98	2.381,06	79.693,00D
1.1.3.5.1.10 - Contrato CFO Nº 007/2024 - Atenas Terceirização e Obras LTDA	1.636,33D	18.679,52	0,00	20.315,85D
1.1.3.5.1.11 - Contrato 036/2023 - BS Tecnologia e Serviços LTDA	0,00	20.198,94	0,00	20.198,94D

NOTA 6 - IMOBILIZADO

Os saldos de bens móveis encontram-se atualizados e depreciados em 31/12/2025. Os saldos de bens imóveis, títulos e ações encontram registrados pelo valor de aquisição.

1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	4.056.220,54D	158.994,47	70.878,40	4.144.336,61D
1.2.3.1.1.02 - Máquinas Motores e Aparelhos	185.567,34D	41.911,27	0,00	227.478,61D
1.2.3.1.1.03 - Insignias Flâmulas Brasões e Bandeiras	1.085,91D	0,00	0,00	1.085,91D
1.2.3.1.1.04 - Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	316.796,84D	1.040,00	0,00	317.836,84D
1.2.3.1.1.05 - Utensílios de Copa e Cozinha	399,90D	0,00	0,00	399,90D
1.2.3.1.1.08 - Equipamentos Diversos	2.202,09D	0,00	0,00	2.202,09D
1.2.3.1.1.10 - Equipamentos de Informática	3.550.168,46D	116.043,20	70.878,40	3.595.333,26D
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	24.042.656,32D	0,00	0,00	24.042.656,32D
1.2.3.2.1 - BENS IMOVEIS	24.042.656,32D	0,00	0,00	24.042.656,32D
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	21.883.349,74D	0,00	0,00	21.883.349,74D
1.2.3.2.1.03 - Obras e Instalações	2.159.306,58D	0,00	0,00	2.159.306,58D
1.2.3.3 - TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47D	0,00	0,00	47.812,47D
1.2.3.3.1 - TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47D	0,00	0,00	47.812,47D
1.2.3.3.1.01 - Telefônica do Rio de Janeiro	43.841,12D	0,00	0,00	43.841,12D
1.2.3.3.1.02 - Ações	3.930,32D	0,00	0,00	3.930,32D
1.2.3.3.1.03 - Eletrobrás	0,01D	0,00	0,00	0,01D
1.2.3.3.1.04 - Telemar	41,02D	0,00	0,00	41,02D
1.2.3.8 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.094.042,92C	18.163,66	614.479,73	2.690.358,99C
1.2.3.8.1 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.094.042,92C	18.163,66	614.479,73	2.690.358,99C
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	2.094.042,92C	18.163,66	614.479,73	2.690.358,99C
1.2.3.8.1.01.01 - (+) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	2.094.042,92C	18.163,66	614.479,73	2.690.358,99C

NOTA 7 - PASSIVO CIRCULANTE

Apresentou em 31/12/2025 o saldo de R\$ 7.997.946,24 representado por consignações e provisões trabalhistas, encargos sociais sobre prestação de serviços e restos a pagar.

2.1.1.1.1 - PESSOAL A PAGAR	0,00	15.019.582,13	15.073.902,86	54.320,73C
2.1.1.1.1.01 - Despesas de Pessoal a Pagar	0,00	15.019.582,13	15.073.902,86	54.320,73C
2.1.1.1.2 - CONSIGNAÇÕES	397.152,57C	3.946.687,17	4.048.926,82	499.392,22C
2.1.1.1.2.01 - INSS	58.846,49C	941.602,02	958.350,03	75.594,50C
2.1.1.1.2.02 - IRRF	338.306,08C	2.489.296,71	2.541.975,12	390.984,49C
2.1.1.1.2.03 - Sindicato	0,00	4.593,42	5.420,67	827,25C
2.1.1.1.2.04 - Empréstimos	0,00	511.195,02	543.181,00	31.985,98C
2.1.1.1.3 - Passivos Derivados de Apropriações por Competência	806.511,17C	1.605.572,50	1.695.441,87	896.380,54C
2.1.1.1.3.01 - Férias a pagar	493.782,31C	488.334,47	543.356,62	548.804,46C
2.1.1.1.3.02 - 1/3 de Férias a Pagar	164.594,16C	162.778,17	181.118,82	182.934,81C
2.1.1.1.3.03 - INSS Sobre Férias a Pagar	103.694,33C	102.550,29	114.104,87	115.248,91C
2.1.1.1.3.04 - FGTS Sobre Férias a Pagar	39.502,56C	39.066,73	43.468,50	43.904,33C
2.1.1.1.3.05 - Pis Sobre Férias a Pagar	4.937,81C	4.883,36	5.433,58	5.488,03C
2.1.1.4.1 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	191.591,29C	3.746.227,78	3.925.689,17	371.052,68C
2.1.1.4.1.01 - IRRF (serviços prestados)	15.261,66C	142.554,58	144.639,35	17.346,43C
2.1.1.4.1.02 - TRIBUTOS FEDERAIS (PIS, COFINS E CSLL)	121.553,25C	2.739.068,03	2.888.492,52	270.977,74C
2.1.1.4.1.03 - INSS (Serviços Prestados)	20.678,35C	304.326,88	311.994,32	28.345,79C
2.1.1.4.1.04 - ISS retenção de terceiros	34.098,03C	560.278,29	580.562,98	54.382,72C
2.1.3.1.1 - FORNECEDORES DIVERSOS	4.157.028,07C	118.590.761,67	120.280.823,77	5.847.090,17C
2.1.3.1.1.01 - FORNECEDORES DIVERSOS	0,00	114.769.851,18	114.769.851,18	0,00
2.1.3.1.1.03 - Fornecedores Diversos - Restos a Pagar	4.137.103,47C	3.504.002,62	5.200.006,10	5.833.106,95C
2.1.3.1.1.05 - Depósito em Conta Garantia/vinculada	19.924,60C	279.513,90	268.007,92	8.418,62C
2.1.3.1.1.06 - BS Tecnologia e Serviços LTDA	0,00	37.393,97	42.958,57	5.564,60C

NOTA 8 - RECEITAS

As receitas totais arrecadadas no período totalizaram R\$ 116.893.224,11, entre arrecadação, financeiras e provenientes de alienação de bens. Crescimento de 2,93% em relação ao exercício anterior.

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	142.993.030,04	116.893.224,11	116.893.224,11	26.099.805,93
RECEITA CORRENTE	138.508.030,04	116.893.224,11	116.893.224,11	21.614.805,93
COTA PARTE	116.828.689,05	97.084.972,16	97.084.972,16	19.743.716,89
FINANCEIRAS	20.879.340,99	19.603.127,13	19.603.127,13	1.276.213,86
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	20.879.340,99	19.603.127,13	19.603.127,13	1.276.213,86
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	20.879.340,99	19.603.127,13	19.603.127,13	1.276.213,86
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	800.000,00	205.124,82	205.124,82	594.875,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	199.538,21	199.538,21	200.461,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	199.538,21	199.538,21	200.461,79
RECEITAS DIVERSAS	400.000,00	5.586,61	5.586,61	394.413,39
RECEITA DE CAPITAL	4.485.000,00	0,00	0,00	4.485.000,00
ALIENACAO DE BENS	4.485.000,00	0,00	0,00	4.485.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	4.485.000,00	0,00	0,00	4.485.000,00
Total:	142.993.030,04	116.893.224,11	116.893.224,11	26.099.805,93

NOTA 9 - DESPESAS

O total de despesas liquidadas no período foram R\$ 100.233.222,85, entre despesas corrente e de capital. Diminuição de 2,8% em relação ao exercício anterior.

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	142.993.030,04	100.233.222,85	100.233.222,85	42.759.807,19
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	133.933.030,04	96.422.298,02	96.422.298,02	37.510.732,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.960.667,53	18.731.101,13	18.731.101,13	2.229.566,40
REMUNERAÇÃO PESSOAL	16.254.359,64	14.555.030,90	14.555.030,90	1.699.328,74
ENCARGOS PATRONAIS	4.706.307,89	4.176.070,23	4.176.070,23	530.237,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.394.114,42	56.622.160,66	56.622.160,66	30.771.953,76
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.341.000,00	5.359.957,15	5.359.957,15	981.042,85
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	69.483.114,42	42.179.332,85	42.179.332,85	27.303.781,57
DIÁRIA CIVIL	6.190.000,00	4.976.225,11	4.976.225,11	1.213.774,89
MATERIAL DE CONSUMO	5.493.000,00	2.476.605,39	2.476.605,39	3.016.394,61
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	532.600,00	348.698,24	348.698,24	183.901,76
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	532.600,00	348.698,24	348.698,24	183.901,76
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	57.267.514,42	34.377.804,11	34.377.804,11	22.889.710,31
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.510.000,00	9.082.870,66	9.082.870,66	2.427.129,34
CONTRIBUIÇÕES	19.329.048,09	15.699.048,08	15.699.048,08	3.630.000,01
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.779.200,00	4.512.751,77	4.512.751,77	266.448,23
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	120.000,00	86.971,23	86.971,23	33.028,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.300.000,00	759.357,60	759.357,60	540.642,40
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	10.907,55	10.907,55	39.092,45
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	9.060.000,00	3.810.924,83	3.810.924,83	5.249.075,17
INVESTIMENTOS	1.560.000,00	153.243,20	153.243,20	1.406.756,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.560.000,00	153.243,20	153.243,20	1.406.756,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.000.000,00	1.606.931,04	1.606.931,04	1.393.068,96
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.000.000,00	1.606.931,04	1.606.931,04	1.393.068,96
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	4.500.000,00	2.050.750,59	2.050.750,59	2.449.249,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.500.000,00	2.050.750,59	2.050.750,59	2.449.249,41
Total:	142.993.030,04	100.233.222,85	100.233.222,85	42.759.807,19

NOTA 10 - RESULTADO DO PERÍODO

Ocorreu a mutação patrimonial devido ao déficit do exercício em R\$ R\$ 36.101.611,45. Pela constituição de provisão de perda de investimentos.

O resultado orçamentário foi superavitário. O superávit orçamentário do período totaliza R\$ 13.742.241,56.

2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	186.479.215,10C	340.074.205,05	303.972.593,60	150.377.603,65C
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	186.479.215,10C	340.074.205,05	303.972.593,60	150.377.603,65C
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	186.479.215,10C	340.074.205,05	303.972.593,60	150.377.603,65C
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	4.824.734,55C	158.224.976,12	117.298.630,12	36.101.611,45D
2.3.7.1.1.02 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	181.849.228,93C	181.849.228,93	186.673.963,48	186.673.963,48C
2.3.7.1.1.03 - Ajustes de Exercícios Anteriores	194.748,38D	0,00	0,00	194.748,38D

Brasília, fevereiro de 2026.

Márcio da Silva Marcellino
CRC-RJ nº 091.904/O - Gerência Contábil

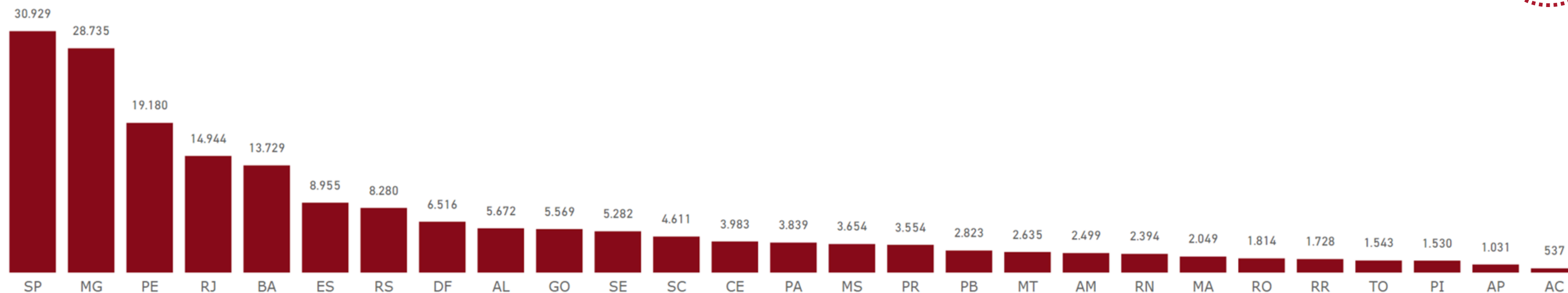
INFORMAÇÕES AGREGADAS DO SISTEMA CFO/CROS

A supervisão da ética odontológica ocorre por meio das atividades finalísticas de fiscalização dos profissionais e entidades, bem como da instauração e julgamento de processos éticos.

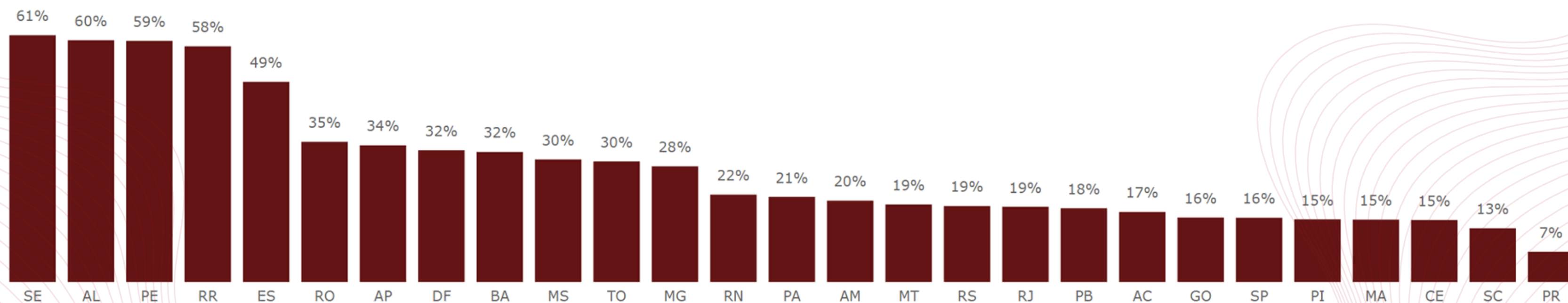
A Resolução CFO-SEC-238, de 23 de julho de 2021, Institui o Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema CFO/CROs, com o objetivo de fomentar a fiscalização do exercício das profissões odontológicas e nortear as ações de fiscalização, visando o cumprimento da legislação vigente.

Fiscalizações por UF

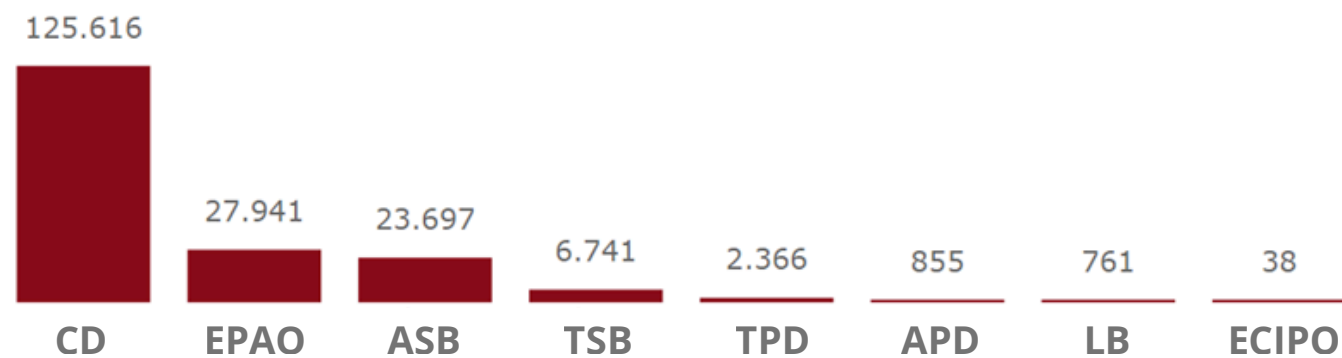
188.015



% de Fiscalização por total de inscritos ativos



Fiscalizações por categoria 188.015



CD - Cirurgiões-Dentistas

EPAO - Entidades Prestadoras de Assistência Odontológica

ASB - Auxiliares em Saúde Bucal

TSB - Técnicos em Saúde Bucal

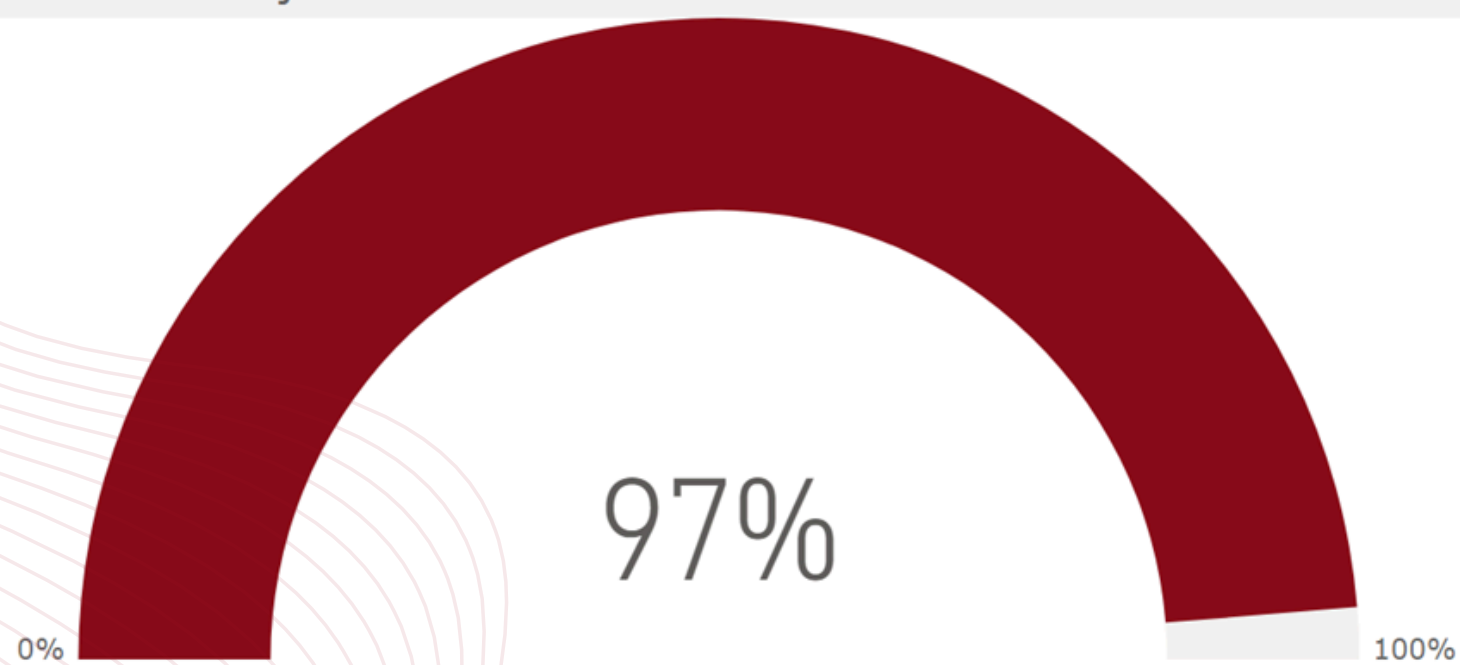
TPD - Técnicos em Prótese Dentária

APD - Auxiliares de Prótese Dentária

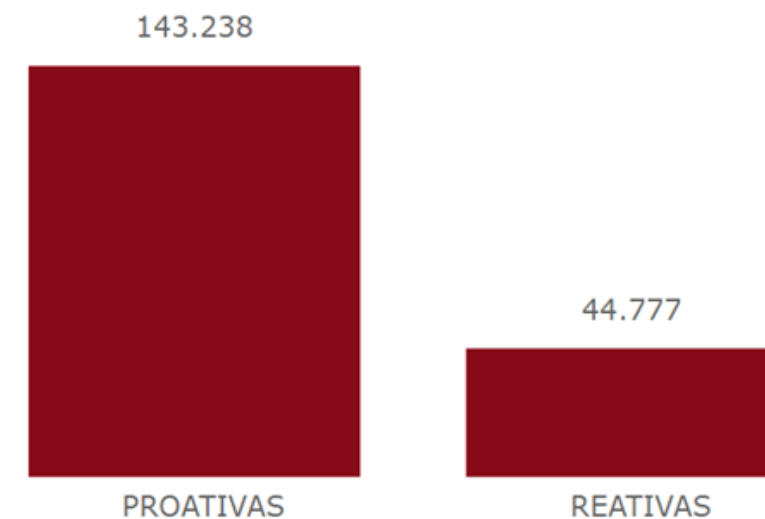
LB - Laboratórios de Prótese Dentária

ECIPO - Empresa que comercializa e/ou industrializa produto odontológico

% de Fiscalizações com Termo



Fiscalizações por tipo 188.015

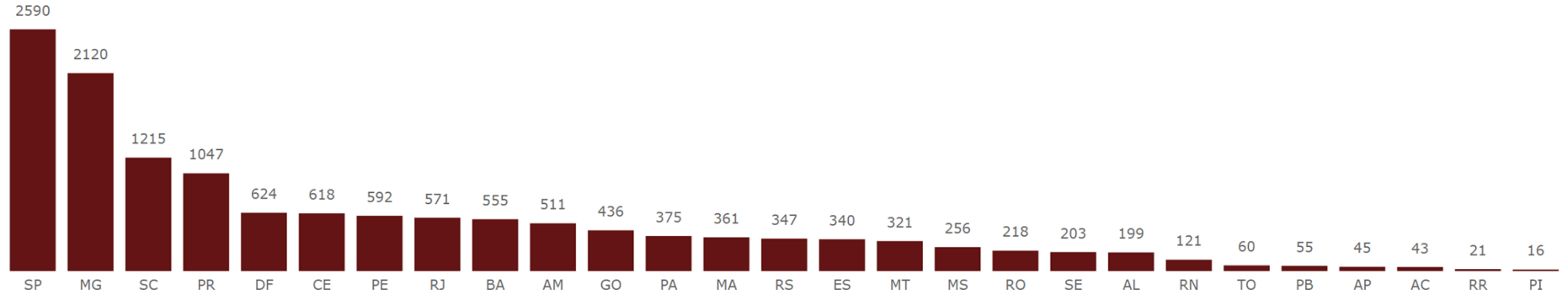


Notificações



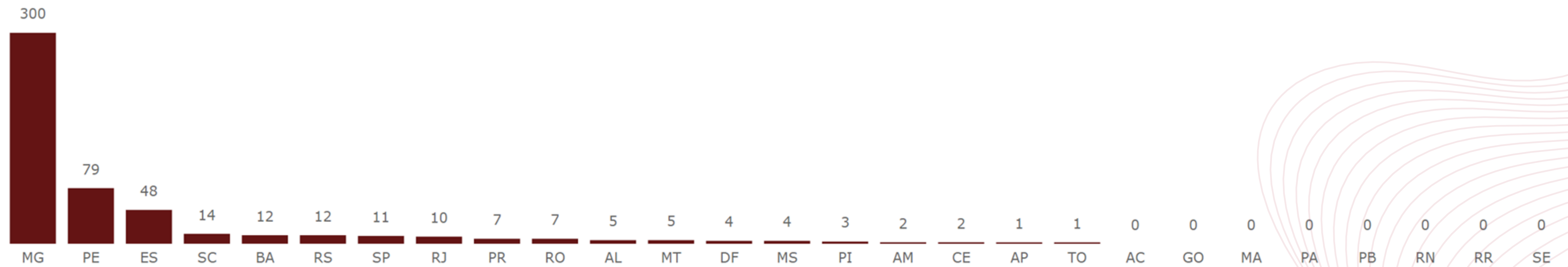
Denúncias recebidas por UF

13.860



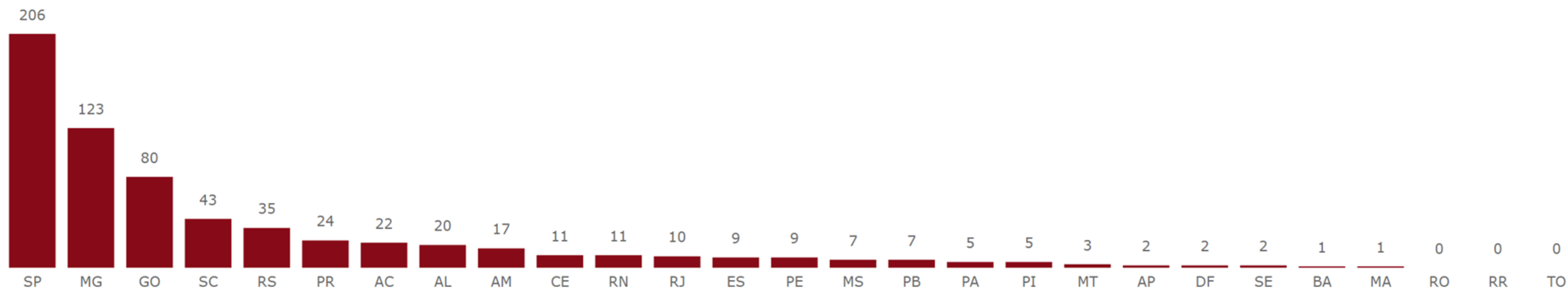
Fiscalizações realizadas em conjunto com outros órgãos por UF

527



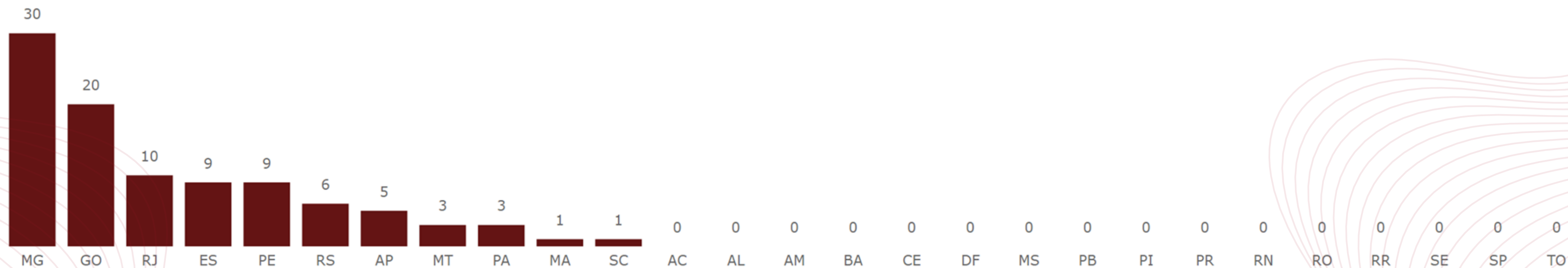
Fiscalizações relacionadas ao exercício ilegal da profissão

655



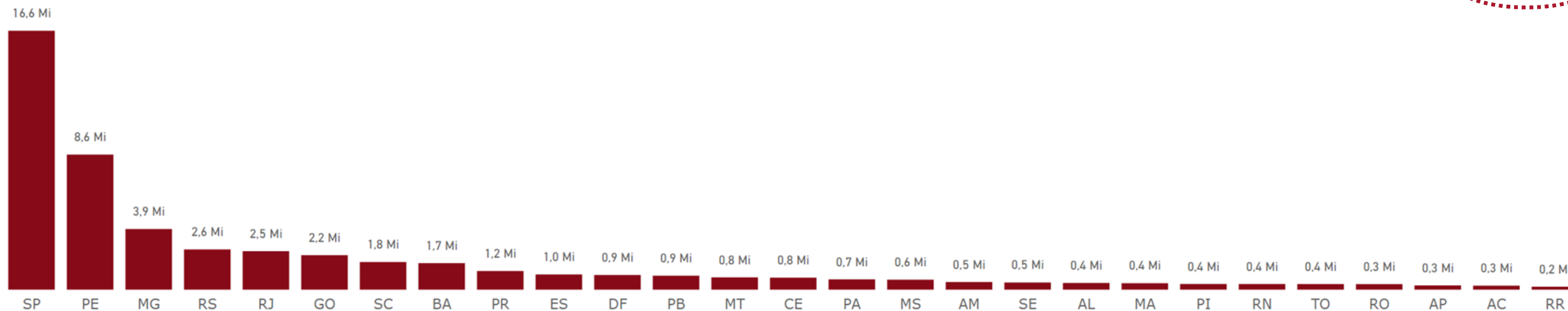
Processos enviados ao Ministério Público por UF (exercício ilegal da profissão)

97



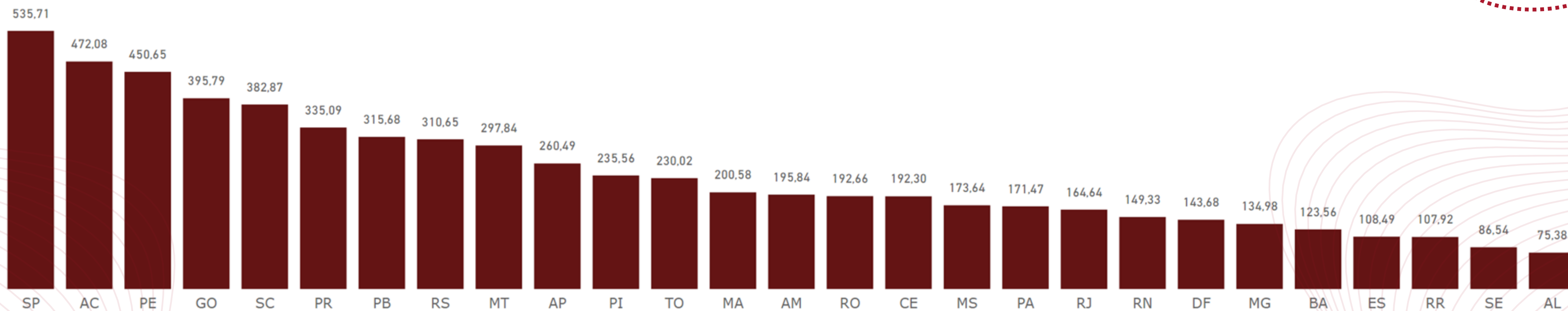
Valor gasto com atividades de fiscalização por UF (R\$)

R\$50.538.768



Valor médio gasto com fiscalização por UF (R\$)

R\$268,80

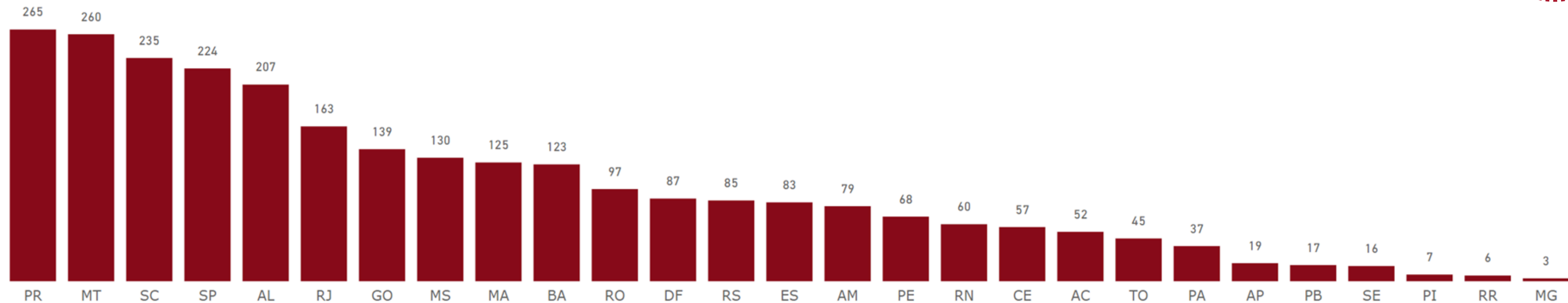


O processo ético-profissional é o instrumento utilizado pelos Conselhos de Odontologia para apurar possíveis infrações éticas cometidas por profissionais registrados, sempre com base na legislação vigente e no Código de Ética Odontológica, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Embora a decisão final possa resultar na aplicação de sanções, o objetivo do processo ético-profissional não é punir automaticamente, mas apurar fatos com responsabilidade, garantir justiça ao profissional e proteger a sociedade, fortalecendo a credibilidade e a ética na Odontologia.

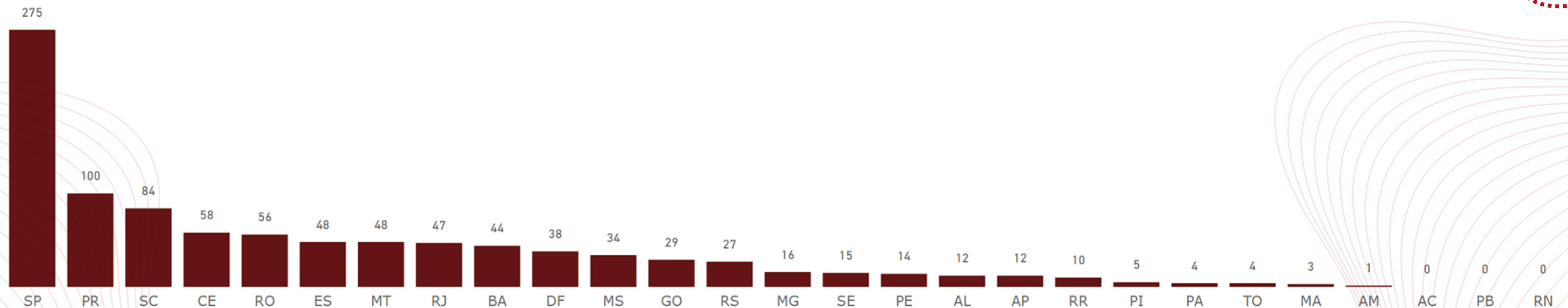
Processos instaurados por UF

2.689



Processos julgados por UF

984



Sanções aplicadas por UF

UF	Advertência confidencial, em aviso reservado	Censura confidencial, em aviso reservado	Censura pública, em publicação oficial	Multas aplicadas	Suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias	Cassação do exercício profissional
AC	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	2	0
AM	0	1	0	1	0	0
AP	5	0	5	0	2	1
BA	16	10	7	7	0	0
CE	23	1	20	98	1	0
DF	7	12	27	0	11	0
ES	27	13	14	69	14	1
GO	10	20	0	10	0	0
MA	0	0	0	0	3	0
MG	1	1	2	9	3	0
MS	21	4	1	23	3	0
MT	30	2	0	97	1	0
PA	1	3	0	4	1	0
PB	0	0	0	0	0	0
PE	2	5	0	2	2	0
PI	0	0	0	0	0	0
PR	57	22	62	32	9	3
RJ	1	4	33	23	0	1
RN	0	0	0	0	0	0
RO	14	3	4	79	0	0
RR	4	0	5	4	0	0
RS	12	15	10	2	1	0
SC	44	6	39	64	17	0
SE	2	6	2	2	3	0
SP	404	229	29	3243	13	0
TO	4	0	0	0	0	0
Total	685	357	260	3769	86	6

TABELA DE INFORMAÇÕES AGREGADAS DO SISTEMA CFO/CROS

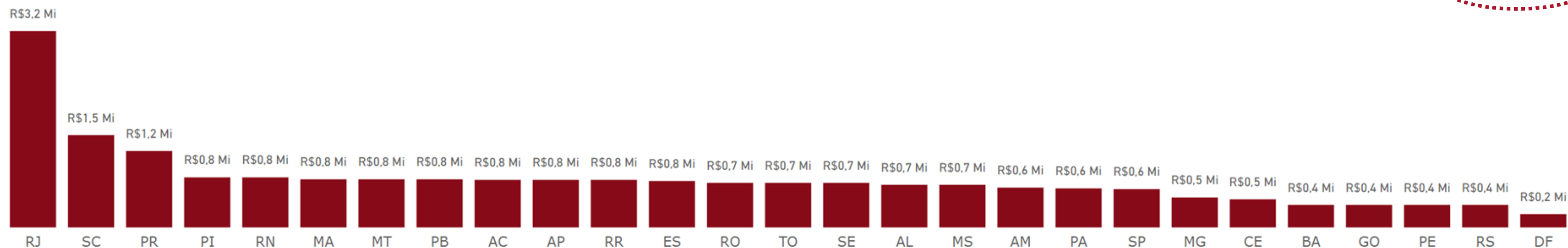
CRO/CFO	Inscritos (PF)	Inscritos (PJ)	Fiscalizações Realizadas	Valor gasto com atividades de fiscalização	Profissionais Fiscalizados (PF)	Empresas Fiscalizadas (PJ)	Notificações (indícios de irregularidade)	Denúncias	Processos Instaurados	Processos Julgados
CFO										225
AC	2.867	246	537	R\$ 253.507,76	426	111	334	43	52	-
AM	11.866	612	2.499	R\$ 489.403,99	2.278	221	645	511	79	1
AP	2.857	207	1.031	R\$ 268.570,24	955	76	116	45	19	12
BA	38.004	4.862	13.729	R\$ 1.696.342,21	11.235	2.494	3.310	555	123	44
CE	23.786	2.341	3.983	R\$ 765.945,31	3.489	494	928	618	57	58
DF	16.999	3.088	6.516	R\$ 936.234,01	5.280	1.236	301	624	87	38
ES	15.603	2.562	8.955	R\$ 971.500,09	7.554	1.401	1.786	340	83	48
GO	30.715	4.392	5.569	R\$ 2.204.166,50	4.793	776	2.638	436	139	29
MG	88.126	12.778	28.735	R\$ 3.878.718,58	24.291	4.444	2.369	2.120	3	16
MS	10.712	1.397	3.654	R\$ 634.468,73	3.022	632	1.173	256	130	34
MT	11.850	1.956	2.635	R\$ 784.801,66	2.228	407	1.011	321	260	48
PA	16.549	1.764	3.839	R\$ 658.288,03	3.226	613	1.493	375	37	4
PB	14.393	1.160	2.823	R\$ 891.171,66	2.440	383	1.400	55	17	-
PE	29.665	2.628	19.180	R\$ 8.643.479,64	18.157	1.023	729	592	68	14
PR	40.662	7.207	3.554	R\$ 1.190.925,68	2.911	643	1.532	1.047	265	100
RJ	73.323	7.294	14.944	R\$ 2.460.308,53	12.896	2.048	3.124	571	163	47
RN	10.352	778	2.394	R\$ 357.498,67	2.358	36	221	121	60	-
RO	4.437	816	1.814	R\$ 349.492,78	1.544	270	585	218	97	56
RR	2.618	359	1.728	R\$ 186.478,16	1.408	320	297	21	6	10
RS	38.988	5.274	8.280	R\$ 2.572.163,21	7.137	1.143	815	347	85	27
SC	29.806	5.072	4.611	R\$ 1.765.416,83	3.643	968	2.276	1.215	235	84
SE	7.219	1.471	5.282	R\$ 457.101,00	4.490	792	1.046	203	16	15
SP	168.326	27.233	30.929	R\$ 16.568.930,74	23.412	7.517	8.160	2.590	224	275
MA	11.780	1.572	2.049	R\$ 410.996,17	1.806	243	1.153	361	125	3
AL	8.809	716	5.672	R\$ 427.530,05	5.404	268	1.383	199	207	12
PI	9.256	665	1.530	R\$ 360.410,24	1.402	128	411	16	7	5
TO	4.669	528	1.543	R\$ 354.917,53	1.490	53	31	60	45	4
	724.237	98.978	188.015	R\$ 50.538.768,00	159.275	28.740	39.267	13.860	2.689	1.209

RESULTADOS DE PROJETOS E AÇÕES

O CFO desenvolveu, ao longo dos últimos anos, uma série de programas estratégicos com o objetivo de apoiar, estruturar e aprimorar as atividades dos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) em todo o país, evidenciando suas contribuições para a consecução dos objetivos do sistema e demonstrando a boa e regular aplicação dos recursos auferidos. O Programa de Fortalecimento das Atividades de Fiscalização (PROFIS) foi criado com a finalidade de garantir que os CROs cumpram sua missão institucional com maior eficiência e eficácia. O Programa Nacional de Melhoria Administrativa (PROMAC) viabiliza a estruturação e o custeio dos CROs que possuem menor arrecadação. O Programa para Aquisição, Ampliação, Reforma ou Construção de Sede (PROINFRA) possibilita a execução de obras, aquisição de terrenos e imóveis para abrigar as sedes e delegacias dos Conselhos Regionais.

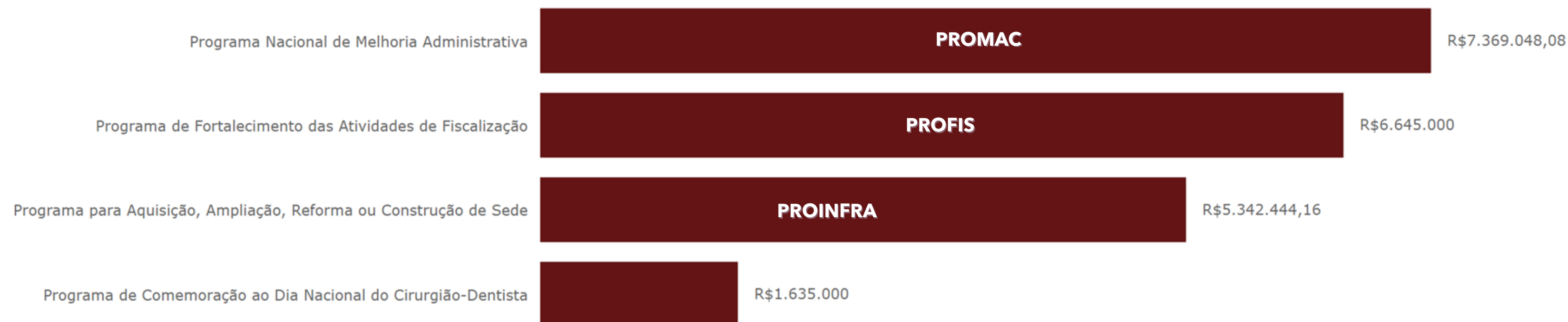
Contribuições aos CROs (Auxílios e Programas) por UF (2025)

R\$20.991.492,24



Contribuições aos CROs por programa (2025)

R\$20.991.492,24



LINKS ÚTEIS

Site CFO: <https://website.cfo.org.br/>

Notícias: <https://website.cfo.org.br/noticias/>

Contato: <https://website.cfo.org.br/contato/>

Informação CROs: <https://website.cfo.org.br/conselhos-regionais-de-odontologia/>

Estatísticas: <https://website.cfo.org.br/estatisticas/>

Transparência: <https://transparencia.cfo.org.br/>

Legislações Federais: <https://website.cfo.org.br/leis-federais/>

Regimentos: <https://website.cfo.org.br/regimentos/>

Normas: <https://website.cfo.org.br/normas-cfo-cros/>

Códigos de Ética: <https://website.cfo.org.br/codigos/>

Atos Normativos: <https://transparencia.cfo.org.br/atos-normativos/>

Planejamento Estratégico 2020-2025: <https://transparencia.cfo.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Estrategico-Alta-Final.pdf>

Relatórios de Gestão anteriores: <https://transparencia.cfo.org.br/relatorio-tcu-gestao-e-cgu/>

© Copyright 2026,
Conselho Federal de Odontologia
<<https://website.cfo.org.br/>>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Conselho Federal de Odontologia
Superintendência Executiva

BRASIL. Conselho Federal de Odontologia. Relatório de gestão CFO 2025. 1.ed. Brasília: Conselho Federal de Odontologia / Superintendência Executiva, 2026.

1. Relatório de Gestão. — 2. Prestação de Contas. — 3. Administração Pública. — 4. Governança. — 5. Transparência.

Ficha catalográfica elaborada pela Superintendência Executiva.



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

EXERCÍCIO DE

ES
N
O
N